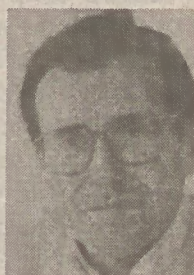


Alentejo: rosas e espinhos

O PS não perdeu tempo. Aos comissários políticos laranja sucederam-se os comissários rosa.



■ José Soeiro

Pág. 21

TRABALHADORES

Vitória na Grundig

Concentrações, desfiles e greves na Riopele, Casa Hipólito, Função Pública, Comércio e Serviços, Hotelaria, Caminhos-de-Ferro, EFA's, Educação.

Págs. 10 e 11

NACIONAL

Estudantes contra Governo

Estudantes do Ensino Superior de todo o País manifestaram-se em Lisboa contra a política educativa do Governo.

Pág. 9

INTERNACIONAL

A luta de classes na ordem do dia

Uma verdadeira vaga de lutas reivindicativas e protestos contra as políticas neoliberais assola vários países.

Págs. 14 e 15

SIDA

O flagelo do século
O que é preciso
é solidariedade

• Entrevista com
José Manuel Osório

Págs. 22 e 23



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 28 de Novembro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1200 • Director: Carlos Brito

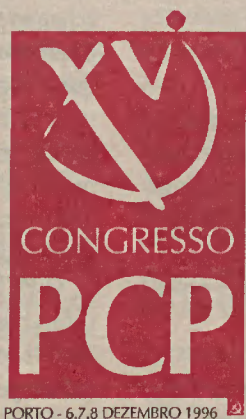
Reuniu o Comité Central do PCP

PROPOSTAS AO CONGRESSO



O Comité Central do PCP aprovou as propostas de alteração aos Estatutos e a de Resolução Política e, ainda, a composição da lista do CC a propor para eleição no XV Congresso.

Pág. 5



PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

Autarquias Uma das frentes de luta por uma nova política

Conversa com os camaradas Luís Sá, Abílio Fernandes, António José Ganhão e Lino Paulo

Págs. 18 e 19

IR AO CONGRESSO

- Horário de funcionamento
- Acessos • Apoio aos delegados • Informações



Centrais



Os estudantes do Ensino Superior continuam em luta

RESUMO

20
Quarta-feira

Os estudantes universitários cumprem greve contra a política de Marcel Grilo e a alteração à Lei de Bases ■ O árbitro José Guimaro é condenado por corrupção passiva ■ Os camionistas franceses promovem vários bloqueios rodoviários, reivindicando melhores salários e a redução do horário de trabalho ■ Mais de cem mil refugiados hutus na zona de Bukavu avançam em direcção a Goma ■ Bill Clinton anuncia que os EUA podem vir a pressionar a Indonésia para a resolução da questão de Timor-Leste, no mesmo dia em que reforça a tradicional aliança militar com a Austrália ■ Raul Bragança Neto é nomeado primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe.

21
Quinta-feira

A DORP promove uma jornada de informação e propaganda, na cidade do Porto ■ Jorge Sampaio inicia uma visita à região do Porto ■ O Comité Europeu denuncia que a polícia portuguesa continua a espancar regularmente os detidos ■ O líder da oposição zairese chega a entendimento com o presidente Mobutu Sese Seko sobre uma «reconciliação nacional», enquanto o primeiro-ministro anuncia a intenção de reconquistar o território do leste do país, onde se travam novos combates ■ O mandato da OSCE na Bósnia é prolongado por um ano ■ Nas Nações Unidas, os Estados Unidos vetam a reeleição de Butros-Ghali para secretário-geral da organização.

22
Sexta-feira

Carlos Carvalho participa na assembleia plenária da célula do PCP da Siderurgia Nacional ■ Cerca de mil professores protestam em frente ao Ministério da Educação, em Lisboa, exigindo um Estatuto de Carreira Docente diferente ■ Em França, o patronato faz as primeiras cedências às reivindicações dos camionistas ■ Os dezanove países reunidos em Estugarda não conseguem definir as dimensões que deverá ter a força multinacional a enviar para o Leste do Zaire, decidindo apenas que terá apenas como função abrir corredores humanitários ■ Na Rússia, a Duma apela a Ieltsin que afaste provisoriamente o chefe da sua administração e o vice-primeiro-ministro.

23
Sábado

Cerca de 200 mil funcionários espanhóis participam num gigantesco protesto em Madrid, ameaçando Aznar com uma greve geral se este avançar com o congelamento dos seus salários em 1997 ■ Os russos e

os tchetchenos assinam um acordo provisório para as relações entre ambos ■ Depois de ser desviado por piratas do ar, um avião etíope cai no Oceano Índico.

24
Domingo

O Comité Central do PCP reúne-se em Lisboa ■ Portugal passa a estar incluído num comando na NATO ■ Em Díli, D. Ximenes Belo reza uma missa sem incidentes junto ao Cristo-Rei, monumento que pretende simbolizar a anexação do território na Indonésia ■ Os ministros das Finanças dos Quinze chegam a acordo sobre a taxa de reentrada da lira no Sistema Monetário Europeu ■ O PC russo critica o acordo russo-tchetcheno, ameaçando apresentar uma moção de censura ao Governo ■ Os presidentes da China e dos EUA encontram-se em Manila.

25
Segunda-feira

O ministro da Administração Interna anuncia, numa entrevista, que os guardas da PSP vão receber subsídio de risco ■ Um armazém e uma fábrica na Maia são completamente destruídos por um incêndio de origem desconhecida ■ Os camionistas portugueses bloqueados em França pedem indemnizações ao Estado português ■ A UE decide analisar a situação dos direitos humanos em Timor a partir do próximo ano e promete a Jaime Gama que irá dar apoio concreto à Igreja católica e a ONGs que actuem no território ■ Na cimeira da APEC, os EUA garantem apoio inequívoco ao plano de abertura dos mercados para os produtos de electrónica até ao ano 2000 ■ A propósito do adiamento do envio de uma força humanitária para o Zaire, a França acusa a comunidade internacional de racismo.

26
Terça-feira

O Presidente Jorge Sampaio encontra-se em Paris com Jacques Chirac, a quem convida para visitar Portugal ■ PS recusa ultimato do PSD para negociar e assinar um acordo na revisão constitucional «até ao último dia do ano» ■ Comissão de Finanças discute verbas para a Defesa ■ Falha tentativa de protesto de camionistas portugueses contra os seus colegas franceses ■ Trabalhadores ferroviários franceses decidem entrar em greve de apoio aos camionistas ■ II Fórum Mundial da Juventude, reunido em Viena, discute comunicação ■ Exército israelita manifesta-se disposto a recuperar territórios autónomos palestinianos, enquanto Netanyahu desafia a comunidade internacional ao apoiar explicitamente o relançar da colonização.

EDITORIAL

O descontentamento e a luta

Amanhã é a greve dos ferroviários, ontem foram as manifestações nacionais dos estudantes, nos dias 1 e 2 estão previstas as acções reivindicativas da hotelaria, no dia 5 é a jornada de luta da Administração Pública.

Ao mesmo tempo, desenvolvem-se importantes acções de protesto e de luta contra os despedimentos e de reivindicação por melhorias salariais e outras em numerosas empresas, com destaque para as do Complexo Grunding, onde após 10 dias de greve, e a provar que vale a pena lutar, os trabalhadores já obtiveram a promessa por escrito do patronato de atender às suas razões quanto à manutenção de 700 postos de trabalho, que queria liquidar.

Entre os agricultores, intelectuais e quadros técnicos, com destaque para os professores e os enfermeiros, noutras camadas médias, entre os reformados cresce o descontentamento e desenvolvem-se planos de resistência.

Nas próprias bases do PS alastram sentimentos e atitudes públicas de contestação à política seguida pelo Governo e a direcção nacional do partido em relação à regionalização, que é entendida (veja-se o que se passou na Convenção PS/Porto) como um adiamento «sine die» desta reforma que se conta entre as mais explícitas promessas eleitorais do PS e da «nova maioria».

Ao falar do clima político reinante no país em vésperas do XV Congresso do PCP, Carlos Carvalho salientou há dias que «cresce o desencanto, a frustração e o protesto dos trabalhadores e de amplos sectores da sociedade pelas consequências de uma política que nos seus principais eixos não se afasta daqueles que constituíram a matriz da política que os portugueses quiseram ver derrotada».

Não admira, por tudo isto, que o Primeiro-Ministro, António Guterres, se tenha visto na necessidade de presidir à reunião do Secretariado Nacional do PS, agora já não para receber os aplausos de um ano governação, como aconteceu há semanas, mas para tentar que o partido o ajude a enfrentar as alterosas vagas da contestação.

Comprometido como está com uma estratégia que tem como opção prioritária a marcha forçada para a moeda única, não é de esperar da parte do Governo qualquer inflexão real à política que tem vindo a seguir, mas apenas inflexões de discurso, com novas toadas demagógicas.

Mas mesmo para estas o campo de manobra não é muito grande.

As políticas restritivas de Maastricht estão a provocar em todos os países da União Europeia uma fortíssima indignação que se traduz em poderosas lutas de massas, com especial expressão na França, na Itália, na Alemanha, na Bélgica, mas que estende a todos os outros como acontece neste momento na Dinamarca.

A crise social em que a Europa está mergulhada não se resolve com palavras em nenhum destes países ou se atacam as causas com outras opções, valores e política global ou tudo continuará na mesma e a agravar-se, como se tem visto.

Entre nós, a demagogia governamental passa a enfrentar um nova dificuldade com a apresentação por parte da CGTP da sua proposta de «acordo de concertação».

Como diz a Central Sindical na introdução à proposta: «No quadro de dificuldades e problemas com que o país vai ter se confrontar é inteiramente legítimo e justo, que os trabalhadores exijam contrapartidas e garantias que lhes assegurem aquilo que numa sociedade democrática é condição elementar: direito ao trabalho com respeito pelos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores; condições de subsistência dignas; protecção individual eficaz.»

É deste ângulo que a proposta aborda as próprias concepções de concertação, os problemas da nossa economia nas suas diferentes componentes, para depois de se concentrar nas políticas activas de emprego, educação, formação, na reforma da segurança social, política de saúde e no sistema fiscal, com o desagravamento dos rendimentos do trabalho.

Por fim, numa proposta de "concertação a curto prazo" especifica algumas das mais instantes reivindicações dos trabalhadores portugueses nos principais domínios: dos salários (aproximação da média comunitária); salário mínimo nacional (60 contos), pensões de reforma (mínima não inferior a 60 por cento do salário mínimo nacional), emprego, organização do tempo de trabalho, orientações para a contratação colectiva.

O Governo está agora confrontado com a visão, as razões e as reivindicações dos trabalhadores e vai ter que optar ou a favor deles ou a

favor do grande capital.

É neste quadro político de crescente descontentamento, de maior desmascaramento da política governamental e desenvolvimento de processos de luta que se reúne o XV Congresso do PCP.

Ao encerrar, no passado Domingo, o debate sobre as Teses e aprovar o Projecto de Resolução Política que será apresentado ao Congresso, o Comité Central pôde verificar não só a concordância na generalidade que as Teses mereceram ao partido, mas também a confirmação que receberam do próprio desenvolvimento da realidade do país no período que se seguiu à sua elaboração.

A necessidade de uma alternativa democrática e o papel que na sua concretização cabe ao PCP como pólo aglutinador de valores e aspirações de esquerda ganha ainda maior força e credibilidade com as últimas evoluções do comportamento do PS e do quadro partidário.

O PCP protagoniza o papel de pólo aglutinador ao colocar-se à frente do descontentamento, não permitindo que ele se transforme em desânimo, nem que seja apropriado pelas forças da direita, mas para que se traduza em acção e lutas pelas reivindicações populares e a solução dos problemas nacionais.

Os trabalhos do XV Congresso que se iniciam no próximo dia 6 de Dezembro, no Porto, vão tornar ainda mais evidente esta atitude dos comunistas portugueses e toda a importância que lhes cabe na complexa tarefa de assegurar a construção de uma alternativa à ruína política de direita dos últimos anos e que o PS continua a seguir nas áreas essenciais.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial de Maia
Sector IX
Rua B Lz. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão:
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/65

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$00;	50 números: 24 750\$00
25 números: 3 487\$50	
ESPAÑA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$00	50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	— 50 números: 26 650\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Acordar tarde

A regionalização mexe, por muito que custe aos seus inimigos e detractores e àqueles amigos que a querem manter no congelador.

É muito significativa a votação na Assembleia Municipal do Porto onde não houve votos contra, contando-se na larga maioria favorável os votos dos eleitos do PCP e do PS e até os votos de eleitos dos partidos da direita. É semelhante o panorama da grande maioria das Assembleias que até agora se pronunciaram.

Merecem também um especial destaque as posições assumidas pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, na passada semana, ao salientar que «não é possível esperar mais» pela «descentralização administrativa» sob pena de se «agravarem os riscos de exacerbação de focos de tensão inter-regionais» e ao apelar para a fixação de calendários «para não prolongar eternamente este debate».

Dentro do PS reina um grande rebuliço, bem ilustrado pela Convenção Distrital do Porto realizada em Valongo.

Os responsáveis nortenhos do PS parece que só agora se deram conta de que «o parti-

do desacelerou o tema», como confessava um deles, e que «pode ficar com o nariz comprido do Pinóquio por não cumprir a promessa», como receava outro.

O ministro Jorge Coelho é que não deixou dúvidas sobre o lugar secundário que a regionalização ocupa hoje nos planos do Governo e da direcção nacional do PS, ao responder, com alguma brutalidade, às pressões das bases, que «a prioridade é a moeda única», não a regionalização.

Isto mostra como acordaram tarde os organizadores da Convenção do Porto.

Na verdade, ficaram silenciosos quando o PCP denunciou as cedências da direcção do PS às chantagens do PSD que conduziram ao duplo referendo acordado por estes dois partidos em sede de revisão da Constituição.

Isto implica que a regionalização só pode avançar depois de aprovada a revisão da Constituição, depois de aprovada a lei que regulamente a complexa questão dos dois referendos, depois da realização destes com a participação de mais de 50 por cento dos eleitores para ser vinculativo, o que dá um papel determinante à abstenção e até aos

mortos que numa grande percentagem não foram abatidos ao recenseamento.

Estão aqui as malhas do bloqueio do processo.

Pior do que acordar tarde seria acordar tarde e mal, o que aconteceria se a justíssima campanha para acelerar o processo de criação e instituição das regiões administrativas fosse acompanhado da exacerbação dos regionalismos, dos confrontos entre o Norte e o Sul, entre o Porto e Lisboa.

Em contrapartida, acordar tarde não significa que não se acorde ainda a tempo.

Por exemplo, as combinações PS-PSD na comissão de revisão da Constituição ainda não estão constitucionalizadas, não foram votadas por maioria de dois terços no plenário da Assembleia, a todo o momento podem ser postas em causa.

Mais campanhas de esclarecimento e mais iniciativas autárquicas, são outras formas de forçar a vontade política daqueles que querem fazer a regionalização «quando for possível», como disse Guterres, o que pode ser «no dia de são nunca à tarde», como diz o nosso povo.

■ Carlos Brito

Entrevistas & Entrevistados

Até parece anedota a pergunta que o Diário de Notícias dirigiu ao ministro da Solidariedade e Segurança Social na entrevista inserida na edição da passada segunda-feira: «Como justifica os aumentos para as pensões muito superiores à inflação, num quadro de contenção orçamental, e depois de ter afirmado que isso não iria acontecer? Gestão política ou a prova de que a Solidariedade é a grande aposta política deste Governo?»

Respondeu o ministro, doutoralmente e sem se desconcertar: «toda a política do Governo é no sentido de tentar conciliar o rigor na área económica com a preocupação de desenvolvimento social» (...) «limitei-me a tentar traduzir na prática essa ideia».

Ora acontece, como se repete para todos os que por distração ou afazeres diversos ainda não sabem, que o governo do PS anunciou uma actualização do Regime Geral (contributivo) da Segurança Social de apenas 3,3%, um valor semelhante ao da inflação verificada no presente ano. E que por isso, acima da pensão mínima, os pensionistas não vão ter quaisquer aumentos reais de pensões.

Acresce que o Governo, como o DN reconhece, aprovou uma tal regressividade nas pensões de maior montante que elas viram reduzido o seu valor real. Facto que o ministro, em pose «justiceira», procurou justificar com as queixas dos próprios pensionistas em relação à «perversidade» das percentagens, mas que efectivamente obedece a outros propósitos.

É evidentemente justo o princípio de que as pensões mais baixas devem beneficiar de uma actualização muito superior às restantes. Mas isso não deve servir de pretexto para a diminuição do valor real de quaisquer pensões do regime contributivo, mesmo que elas sejam em número reduzido.

Porque essa diminuição ofende um direito que, nos termos legais, foi formado por contribuições. E porque ela tem realmente em vista deslocar as contribuições de valor mais elevado para os sistemas privados, o que reduzindo a dimensão do sistema público de Segurança Social e os meios que ele tem ao seu dispor, acaba de facto por prejudicar a generalidade dos seus beneficiários.

A «sensibilidade» do ministro em relação aos interesses privados que querem assenhorear-se dos descontos dos trabalhadores ficaria aliás também demonstrada com o propósito, que anunciou nesta entrevista, de testar o chamado segundo pilar da Segurança Social em alguns sectores profissionais, baixando-lhes as contribuições para o sistema público, contra descontos obrigatórios para fundos de pensões (geridos por interesses privados, o que não foi explicitado, mas é óbvio).

Claro que o ministro mostra ter consciência que o plafonamento, o estabelecimento de um tecto para as contribuições, representa uma redução da dimensão do sistema público de Segurança Social e apresenta um «impacto imediato negativo sobre as receitas». E que por isso «financiar a transição» - ou privatizar a Segurança Social, nas nossas palavras - «é o grande problema, sobretudo numa época de forte contenção do défice».

Depois desta entrevista, apesar da linguagem redonda utilizada e das evidentes cautelas «gradualistas», haverá ainda alguém que duvide do sentido privatizador da reforma da Segurança Social que o PS está a preparar?

■ Edgar Correia

Virtudes e pecados

A entrevista de Francisco Assis, deputado e porta-voz oficial do PS, publicada no último «Expresso», constitui um exemplo acabado de como, nesta área política, se continua a apostar na esperança em que as verdades mais duras possam ser sepultadas ou obscurecidas através de uma cortina de habilidades conceptuais e truques semânticos.

Sem menosprezar algumas elucidativas declarações sobre questões da conjuntura política (por exemplo, as que respeitam ao futebol e à regionalização), talvez as mais deslumbrantes pérolas desta entrevista de F.A. em algumas das suas afirmações sobre a orientação do PS ou a sua identidade.

Por elas ficamos a saber, por exemplo, que a governação do PS «está a despertar interesse por

essa Europa fora» por causa do seu «aspecto mais interessante» que seria «a tentativa de descobrir um caminho original no sentido de adoptar o que vem da nossa tradição do socialismo democrático, marcadas pela queda de algumas utopias, que serviam de referência à esquerda, e pela crise do Estado-Providência».

E depois de sentenciar que «os modelos partidários estão desajustados» e que «em Portugal, quem está a ajustar melhor o seu fato é o PS», o porta-voz do PS explica-nos docemente que esse ajuste se faz pela absorção de «elementos da tradição liberal». Isto porque, segundo diz, «a esquerda pode até (...) reencontrar-se com os elementos mais virtuosos do capitalismo», a saber, «um apelo à mobilidade, à iniciativa, à transformação e à cultura

de inovação» que «o capitalismo consagra e a que a esquerda não se deve opor». E F.A. acrescenta ainda que, depois do momento em que valorizaram mais a liberdade política, «agora percebemos que é preciso valorizar mais a liberdade económica».

As citações falam por si, e por isso apenas nos apetece dizer que, se não soubessemos amargamente em que «liberdade económica» o PS está a pensar, poderíamos aventar que foi então este atraso na valorização desta «liberdade» que deve ter estado na origem da hostilidade, sabotagem e guerra que o PS moveu a formas de exercício de «liberdade económica» como eram, por exemplo, as UCP's da Reforma Agrária ou as empresas em autogestão.

Apenas nos apetece dizer que só mesmo um dirigente do PS é

que poderia dar de barato que o apelo «à iniciativa, à transformação e à cultura de inovação», em vez de ser legítimo património da esquerda digna desse nome, é antes monopólio do capitalismo.

Apenas nos apetece dizer que o ajuste de fato pelo PS de que fala Francisco Assis se está fazendo sim mas com os mais pecaminosos elementos do capitalismo, desde a exploração dos trabalhadores até ao saque e apropriação privada do património público.

Finalmente, apenas nos apetece dizer que, mais cedo do que tarde, o PS vai descobrir que não será nenhum inventado «interesse» da Europa pela sua «original» governação que o salvará da indignação e do descontentamento populares que estão aí e vão crescer.

■ Vítor Dias

LADRÕES

«respeitáveis»

No seu número de 4.11.96, a revista norte-americana de negócios *Business Week* promove um livro cujo título em português é qualquer coisa como «O boom russo que vem aí». Saltando alegremente por cima do desastre socioeconómico dos últimos anos - nos primeiros seis meses deste ano o PIB russo contraiu mais seis por cento, os autores do livro prometem um mar de rosas para o futuro. De entre o arsenal de argumentos, a revista refere que, embora a criminalidade galopante represente um obstáculo, os autores «vêm sinais de que os criminosos russos desejam legitimar os seus ganhos ilegais». E cita esta pérola dos autores do livro: «Aqueles que fizeram fortunas através do roubo já pretendem adquirir reputações por práticas mais respeitáveis, e desejam ver um forte sistema legal para proteger a propriedade que adquiriram pelo roubo».

Após felicitar-mos os autores por ao menos falarem claro, torna-se inevitável parar para reflectir sobre a enormidade que nos está a ser dita. Não há uma condenação, um repúdio pelo facto de um grande país estar a ser pilhado e saqueado por - são os autores que o dizem - ladrões. (E como podia haver, se o que se passa em matéria económica na Rússia é ditado pelos FMI's deste mundo?) O que há é um fleumático e optimista comentário de que agora esses abutres «desejam tornar-se respeitáveis» e «legitimar aquilo que roubaram», para o qual precisam de ordem, polícias, tribunais e leis. Numa frase os autores resumiram a política «ocidental» (de todo o «Ocidente» - quem se opôs?) para a Rússia pós-soviética: criar em poucos meses uma cleptoburguesia cuja riqueza resultasse da pilhagem do património nacional acumulado ao longo de décadas de suor e trabalho, pois sem essa cleptoburguesia não haveria base de sustentação social do novo sistema capitalista.

Mas será isto surpreendente? A verdade é que a história da acumulação primitiva de capital e da grande burguesia mundial está recheada de pilhagem de recursos e riquezas, com a posterior instauração de Estados e «éticas» que legitimassem e aumentassem a riqueza antes roubada - aos seus povos ou aos outros povos. No Século XVI a rainha Isabel I de Inglaterra concedeu ao «Ladrão-Mor do Mundo Desconhecido» - como Francis Drake era carinhosamente conhecido na sua pátria (*A History of Europe* de H.A.L. Fisher, 1936, pg. 603) - o título de Cavaleiro do Reino. Fê-lo como reconhecimento dos prestimosos serviços que esse *Sir* pirata dos altos mares prestou na acumulação primitiva de capital na nascente potência (Occidental e Cristã) inglesa, ao pilhar o ouro dos navios espanhóis - que por sua vez havia sido roubado aos povos indígenas das Américas pelos *Muy Católicos Reyes de España*. Quando, em 1839, o Governo Chinês pediu ao governo de Sua Majestade Britânica que impedisse o tráfico de ópio (cujo consumo foi introduzido na China pelos ingleses), este respondeu que nada podia fazer pois tratava-se de «navios livres de comerciantes livres» (*A Concise History of East Asia*, C.P. Fitzgerald, 1966, pg. 93). Mas quando o Governo Chinês decidiu então resolver o problema pelas próprias mãos, mandando queimar mil toneladas de ópio que barcos britânicos e americanos haviam levado para o porto de Cantão, logo o Império da «Mãe de Todos os Parla-mentos» respondeu com a guerra. Guerra que veio a ficar na História como a Primeira Guerra do Ópio e que terminou em 1842 com a assinatura do Tratado de Nanquim onde, além de obrigar a China a pagar uma vultuosa quantia à Democracia-Occidental-de-Economia-de-Mercado Britânica, se entregava a esta a colónia de Hong Kong, numerosos benefícios comerciais e - claro - se legalizava o comércio do ópio. (O problema do Totó Riina é que chegou tarde à cena da História.)

Estes dois exemplos, tirados um pouco ao acaso dessa infindável procissão de infâmias que é a história do capitalismo, ilustram que a ideia de «roubar hoje para se tornar respeitável amanhã», em que «respeitável» significa «não deixar que os outros façam o que eu faço», não é nova. O problema é que está na moda entre os defensores do neoliberalismo, os privatizadores, os salteadores da Segurança Social, os defensores dos programas de «reajustamento estrutural» do FMI, os arautos da desregulamentação dos mercados financeiros, os teóricos do Fim - do Fim do emprego, da saúde, das férias, das reformas, da segurança, do ensino.

■ Jorge Cadima

Bronca do «Acção Socialista»

Um artigo publicado no «Acção Socialista», órgão oficial do PS, lançou a confusão nas hostes socialistas, suscitando

to a ceder no decorrer do debate na especialidade.

Objecto de manchete, o artigo, intitulado «O ABC do Orçamento do Estado», revela, por exemplo, que o Governo «se tem mostrado disposto a ceder nos artigos do OE que estipulam a retroactividade do imposto de selo devido por suprimientos de capitais entre sociedades de um mesmo grupo e também a retroac-

tividade da colecta mínima». Desvendada nas páginas do jornal do PS é também a intenção de deixar cair do OE a «antecipação do pagamento do IVA, que ficou conhecida como o décimo terceiro mês do IVA».

Depois da bronca ocorrida há menos de um ano no «Acção Socialista», originada então pelas orelhas de burro colocadas a Narciso Miranda, este incidente volta a causar sérios embarras no PS, havendo quem garanta que vão rolar cabeças.

Sampaio no Norte

A regionalização foi um dos temas fortes que dominou a visita de três dias do Presidente da República à Área Metropolitana do Porto. Em mais que uma ocasião, Jorge Sampaio trouxe o assunto para primeiro plano, reiterando a sua convicção de que urge incrementar o processo de «descentralização».

«Não é possível esperar mais tempo - sublinhou numa desses momentos - sob pena de se agravarem tensões políticas que começam a ultrapassar o limite da razoabilidade e são, objectivamente, factores de desagregação da unidade nacional».

O Presidente da República, que não perdeu a oportuni-

dade para deixar também um apelo à dignificação da classe política, esclareceu ainda de modo lapidar o seu pensamento sobre a criação das regiões: «penso o que pensa a Constituição da República, que consagra a Regionalização como um ponto fundamental da organização do Estado».

Desemprego aumenta

O desemprego voltou a subir em Outubro último, revelam as estatísticas oficiais. O número de desempregados inscritos nas delegações do Instituto do Emprego e Formação Profissional naquele mês elevava-se a 457 mil, o que significa um acréscimo de 1,3 por cento relativamente ao mês de Setembro e de 4,7 por cento em relação ao mês homólogo.

Ao inverter a tendência de relativa estagnação que vinha ocorrendo desde Maio, este novo aumento do número de desempregados, de acordo com os dados agora divulgados, vem pôr em causa as políticas de emprego anunciadas pelo Governo. Comprovado fica, designadamente, ser descabida e abusiva qualquer ideia que pretenda atribuir ou associar à acção do Ministério para a Qualificação e Emprego a

tendência que mantém sem agravamento os níveis de desemprego estrutural existentes no País. O que parece ser certo, isso sim, é que foram de novo factores de natureza conjuntural que estiveram na base da estagnação verificada nos meses de Primavera e Verão, ou seja, foi a sazonalidade que voltou a condicionar a subida do desemprego naquele período através de uma maior oferta de emprego na agricultura e no ramo hoteleiro.



Guerra dos medicamentos

A chamada guerra dos medicamentos conheceu novos desenvolvimentos que puseram em evi-

alidades farmacêuticas. Num quadro marcado pela situação de quase ruptura

tría farmacêutica (dominada pelas multinacionais) da Associação Nacional de Farmácias (ANF)

seu desejo, as farmácias invocam os interesses dos doentes e do próprio Estado que, garantem, veriam reduzidos os custos. Quem não vê com bons olhos esta solução parece ser a indústria que passaria a ter um concorrente num domínio até agora exclusivamente seu. Neste fogo cruzado, segundo os farmacêuticos, há ainda que contar com o que dizem ser a resistência da classe médica, a qual, na sua esmagadora maioria, continua a prescrever com base na designação comercial, sendo baixíssimo o número dos que recebem de acordo com a substância activa.



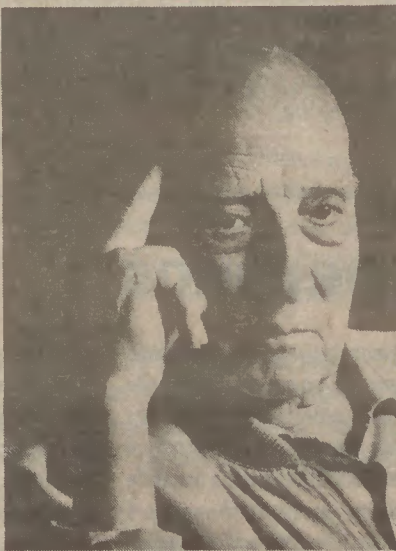
dência os diferentes interesses que se digladiam num negócio que ultrapassará este ano os 300 milhões de contos em volume global de vendas de especi-

financeira do Ministério da Saúde e por uma dívida do Estado às farmácias que ultrapassa os 22 milhões de contos, a questão de fundo que divide a indús-

prende-se com a campanha desenvolvida por esta última em favor dos medicamentos genéricos. Entrando directamente na produção de fármacos, como é

Gedeão fez 90 anos

Rómulo de Carvalho, que escolheu António Gedeão para seu pseudónimo literário, fez 90 anos. Figura grande da cultura científica - foi professor, pedagogo, historiador de ciência e de educação, divulgador científico -, destacou-se igualmente no campo da poesia, conferindo encanto e ritmo a palavras - como é o caso de Pedra Filosofal -



que ganharam musicalidade pela inspiração de compositores e chegaram a um vasto público pela voz de cantores.

Recusando protagonismos, segundo os que o conhecem de perto, Gedeão reflecte na poesia as suas preocupações sociais e o seu humanismo, traços estes que, longe de a diminuir, são garantia de intemporalidade e universalidade.



Negócio com Champalimaud

Houve mesmo acordo entre o Governo e António Champalimaud no obscuro processo de privatização do Banco Pinto & Sotto Mayor. Várias vezes negados e recusados a instituições de controlo desde que foi celebrado em 1992 - o próprio Sousa Franco, mais de um ano depois da tomada de posse do Governo continua a nada esclarecer quanto à sua existência -, os termos do acordo vieram na passada semana a lume nas páginas do «Independente».

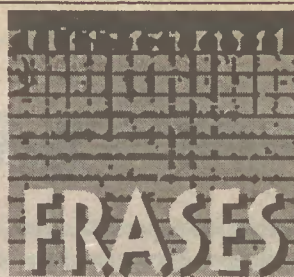
De acordo com o documento, o Governo

atribuiu na altura a António Champalimaud uma verba em dinheiro que atingiu os 17,6 milhões de contos, como contrapartida pela sua desistência em processos judiciais que movera contra o Estado português. Com este valor, António Champalimaud adquiriu a Mundial Confiança, conseguindo a partir daqui iniciar a reconstituição de todo o grupo sem despendir um tostão.

Este assunto, recorde-se, ainda em Setembro passado foi objecto de um pedido de inquérito parlamentar apresentado pelo PCP,

visando, designadamente, apurar as circunstâncias do processo e o conteúdo do acordo.

Mas o mais chocante - agora que são conhecidos novos detalhes deste escandaloso processo de favorecimento, depois da obstrução sistemática imposta pela maioria absoluta do PSD - continua a ser o pesado e estranho silêncio do Governo perante um negócio que lesou gravemente os interesses patrimoniais do País e levanta sérias dúvidas quanto à postura ética e política como se conduzem os negócios do Estado.



«Não têm as habilidades do presidente do FC Porto. E são habilidades que se fazem lá, como qualquer empresário faz na fuga ao fisco, como qualquer civil o faz também. Corrupção é a microcorrupção. Veja o que se passa com a microcorrupção nas câmaras do País. Eu para conseguir uma casa tenho de oferecer qualquer coisa ao engenheiro. Por que é que devemos preocupar-nos com o futebol?»

(Ludgero Marques - «Semanário», 23-11-96)

«Vou matar a Lola.»

(Ana Bola - RTP 2, Programa Falatório, 25-11-96)

«É evidente que há hoje uma campanha alimentada por determinados sectores, para denegrir a instituição FC Porto e atingir o seu presidente.»

(Francisco Assis - «Expresso», 23-1-96)

«Não podemos ver o futebol isolado da sociedade: a crise do futebol emerge de uma deterioração das condições das pessoas, é um fenómeno enquadrado por uma realidade social, económica e política permissiva da impunidade e da corrupção.»

(Carvalho da Silva - «Diário de Notícias», 25-11-96)

«Estou convencido de que, cada vez que o Partido Socialista passa pelo governo, mete qualquer coisa na gaveta. Há vinte anos foi o socialismo, agora foi a regionalização.»

(Marcelo Rebelo de Sousa - citado no «Diário de Notícias», 25-11-96)

«Ao fim de pouco mais de um ano, o Governo do PS parece apenas levar alguma vantagem sobre os governos anteriores: ainda está em estado de graça na imprensa. No resto, o País está igual. Como no tempo de Cavaco Silva.»

(Editorial do «Semanário», 23-11-96)

«O PSD insistia no referendo e cedemos porque achámos que uma reforma estrutural como a regionalização deveria suscitar o envolvimento de todos os agentes políticos. Mas até hoje o PSD ainda não nos deu razões para acreditarmos que essa foi de facto a melhor solução.»

(Francisco Assis - «Expresso», 23-11-96)

«Penso o que diz a Constituição, que consagra a regionalização como ponto fundamental da organização do Estado.»

(Jorge Sampaio - citado no «Público», 24-11-96)

«O PS e António Guterres têm procurado meter a regionalização na gaveta. E nós continuamos a pressionar para que não seja congelada «ad aeternum».»

(Octávio Teixeira - «O Independente», 22-11-96)



O Comité Central do PCP, reunido no passado domingo, aprovou as propostas de alteração aos Estatutos e à Resolução Política - Teses - a apresentar ao XV Congresso, fruto do amplo debate efectuado em todo o Partido. Na reunião foi também aprovada a lista do CC a propor no Congresso. Num encontro com a comunicação social, na segunda-feira, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, deu a conhecer os aspectos mais relevantes das decisões tomadas: extinção do Conselho Nacional, fim das distinções entre membros efectivos e suplentes do CC, renovação de 20 por cento dos membros do Comité Central.

Como foi anunciado, a reunião do Comité Central foi fundamentalmente dedicada ao exame de importantes questões relativas à fase final da preparação do XV Congresso do PCP que se inicia no próximo dia 6 de Dezembro no Porto.

Neste sentido, o Comité Central, na sequência do amplo debate realizado em todas as organizações do Partido e da consideração das opiniões e propostas de alteração e emenda aos documentos apresentadas pelos militantes, aprovou a Proposta de Alterações aos Estatutos e a Proposta de Resolução Política - Teses - a submeter à apreciação e aprovação finais dos delegados ao Congresso.

Neste âmbito, cabe informar que a proposta de Resolução Política incorpora muitas alterações resultado do debate no colectivo partidário. De acordo com as orientações definidas pelo Comité Central do passado dia 3 de Novembro, as propostas de alteração aos Estatutos limitam-se no essencial às adaptações decorrentes da proposta de extinção do Conselho Nacional e em terminar com a distinção entre membros efectivos e suplentes.

Exercendo a competência e a responsabilidade que lhe é atribuída pelos Estatutos, e na sequência de um amplo processo de recolha de propostas e de auscultação e consultas a organismos do Partido, o Comité Central apreciou e aprovou a composição da lista do Comité Central a propor para a eleição no XV Congresso.

Entre outros aspectos, a proposta de lista em apreciação, que foi elaborada de acordo com critérios definidos na última reunião do Comité Central, a ser aprovada, corresponderá à renovação de 20 por cento dos membros do Comité Central, e tem na sua composição um reforço de jovens e de mulheres e uma maioria de operários e empregados, com uma forte componente operária.

Ao concluir-se a fase preparatória do XV Congresso, o Comité Central saúda as organizações do Partido pelo grande empenho político e intensos esforços que têm dedicado à sua organização e

dinamização, com o justo objectivo de, superando ou atenuando dificuldades objectivas existentes, assegurar a maior participação dos membros do Partido e o fortalecimento da sua vida democrática interna, quer na realização, ao longo dos últimos meses das reuniões e Assembleias para a discussão dos documentos (cujas orientações fundamentais mereceram um apoio ou concordância generalizados), quer para a eleição dos delegados ao Congresso. Das Assembleias programadas e das já realizadas calcula-se em 1700 o número de delegados representando as organizações do Partido. Estão também, até este momento, já confirmadas cinquenta e cinco delegações

CC do PCP última preparação do XV Congresso



— Declaração de Carlos Carvalho, Secretário-geral do PCP

estrangeiras de todos os Continentes.

O Comité Central saúda igualmente todos os membros do Partido que com a sua participação, opinião e reflexão enriqueceram o processo de debate, de intercâmbio de pontos de vista, de esforço colectivo de aprofundamento de análises e definição de orientações.

O Congresso que tem sido preparado a par de uma intensa intervenção do Partido junto dos trabalhadores, das populações e das suas lutas e com uma significativa e qualificada intervenção institucional decorre num quadro em que cresce o desencanto, a frustração e o protesto dos trabalhadores e de amplos sectores da sociedade pelas consequências de uma política que nos seus principais eixos não se afasta daqueles que constituíram a matriz da política que os portugueses quiseram ver derrotada.

A política de contracção da economia e de penalização dos trabalhadores na distribuição do Rendimento Nacional, bem assim como de desresponsabilização em

relação às funções do Estado, tal como está expresso no Orçamento de Estado para 1997, é uma política que vai aumentar o desemprego, agravar as dificuldades do povo português, acentuar as desigualdades e as injustiças sociais e debilitar o já frágil tecido produtivo nacional.

Por outro lado, exige-se que o Governo dê públicas e claras explicações sobre os anunciados escândalos da venda da Siderurgia com a lesão do Estado em dezenas de milhões de contos e dos financiamentos públicos à CAP e igualmente quanto ao caso do acordo secreto do Estado com Champalimaud e sobre a renovação da frota da TAP.

No que respeita à Revisão Constitucional, o PCP pronuncia-se firmemente contra a perspectiva de negociação entre o PS e o PSD à margem da respectiva Comissão Parlamentar, e que só pode ter por objectivo o acordo sobre alterações prejudiciais à democraticidade do sistema político, em particular no que respeita ao sistema eleitoral da Assembleia da República e das Câmaras Municipais e à confirmação de outras

alterações, bem como, a recusa do referendo sobre a moeda única.

O PCP pronuncia-se contra mais esta operação conducente a acordos entre o PS e PSD, que vem na esteira do que aconteceu nas revisões constitucionais anteriores e de outros entendimentos, designadamente no que respeita ao Orçamento de Estado de 1997, às políticas de Maastricht e à moeda única.

As tomadas de posição e as movimentações dos estudantes do ensino superior, críticas da falta de resposta do Governo e do Ministério da Educação aos sérios problemas que atingem este importante sector educativo, constituem um dos aspectos marcantes da actualidade nacional. Salientando o sentido de unidade e as provas de maturidade política que o movimento estudantil vem evidenciando, o PCP saúda os estudantes do ensino superior, e reafirma-lhes o seu apoio na luta por um ensino de maior qualidade e para todos.

A Convenção do PS - Porto, ao recolocar na ordem do dia a temática da Regionalização, bem como as declarações do Presidente da

República sobre este tema, tornam obrigatório sublinhar que nada pode pôr em segundo plano as responsabilidades do Partido Socialista na travagem do processo, na criação de dificuldades por via do acordo com o PSD e PP para a revisão constitucional e no facto de contrariar os seus compromissos políticos e eleitorais. De resto, as declarações do membro do Governo presente apontam claramente para outras prioridades (como a moeda única) e para manter uma situação que se caracteriza pela perspectiva de consumação do acordo nesta matéria entre o PS, PSD e PP na revisão constitucional e por não indicar um calendário concreto para a Regionalização.

Ao contrário do que afirmou o líder do PSD, a regionalização não depende de um acordo do PS e PSD e da revisão constitucional. Esse foi um quadro criado na sequência do acordo do PS com os que combatem a regionalização e não a querem efectivar.

O PCP desafia o PS a assumir o cumprimento dos seus compromissos em matéria de regionaliza-

ção, rompendo com os acordos com a direita para a dificultar e propondo um calendário concreto ao país, com vista à sua efectivação, tal como aponta a Constituição e a consulta aos municípios que está a decorrer.

A onze dias da abertura dos trabalhos do XV Congresso, o Comité Central exprime a sua profunda convicção de que o Congresso constituirá um importante impulso para o reforço do PCP e uma forte afirmação do seu destacado papel na vida nacional e na democracia portuguesa e dará renovado testemunho da força e do valor da sua identidade, dos seus ideais e do seu projecto político de partido comunista que se orgulha de ser e de querer continuar a ser, da sua insubstituível ligação aos interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo português, da serenidade e firmeza e da confiança e audácia com que se dispõe a enfrentar os desafios do presente e a avançar na luta para um novo rumo para Portugal e para o seu futuro democrático e socialista.

Orçamento do Estado

Uma má prenda para as regiões

As estruturas do PCP continuam a divulgar publicamente as suas críticas ao Orçamento do Estado, em particular ao Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), cuja contracção de verbas põe em causa projectos vitais para as diferentes regiões.

BARCELOS

Particularmente afectado pela redução de verbas, o concelho de Barcelos vê ameaçada a concretização de vários investimentos previstos. De facto, em 1997, o PIDDAC destina apenas 630 mil contos para várias obras, montante que representa menos de metade do que foi atribuído no ano de 1996 (1 milhão e 323 mil contos).

Em consequência, são visíveis cortes drásticos num conjunto de projectos, nomeadamente na Escola Superior de Tecnologia, Escola Superior de Gestão, Câmara Municipal de Barcelos, extensão do Centro de Saúde de Barcelinhos, entre outros.

O PCP sublinha ainda que ficaram de fora obras essenciais como a construção do mercado municipal em Arcozelo, a despoluição do rio Cávado, a recuperação do Teatro Gil Vicente e do Convento de Vilar de Frades, a construção da Central de Camionagem, do viaduto para supressão da passagem de nível em Moure, a recuperação do Castelo de Faria, a construção de pavilhões gimnodesportivos nas escolas de Barcelos e Barcelinhos e de um lar para idosos na freguesia de Arcozelo.

FAMALICÃO

No mesmo sentido são dirigidas as críticas da Concelhia de Famalicão do PCP ao PIDDAC/97. Comparando com as previsões, o Plano de Investimentos desilude pelos montantes reduzidos que destina às obras no concelho. É disso exemplo os mil contos atribuídos ao Quartel da GNR de Riba D'Ave, quando estavam previstos 12 mil contos; ou o Hospital Distrital que de 320 mil contos afinal só receberá 75 mil.

Assim dos 740 mil contos inscritos, 500 são absorvidos pelo Hospital distrital, Centro Social de Lousado, EB 2 e 3 de Calendário e Centro de Emprego. As restantes áreas são contempladas com pequenas dotações «que mais não representam do que um programa de donativos para ano eleitoral».

Os comunistas recordam que o Governo esqueceu as promessas feitas, citando em particular o secretário de Estado das Obras Públicas, Crisóstomo Teixeira, que garantiu a inscrição de 1 milhão e 600 mil contos para o início da variante a nascente, da qual não há notícia no PIDDAC/97.

Entre as propostas do PCP para investimentos no concelho, destacam-se: a aquisição e recuperação do Teatro Augusto Correia; a construção de pavilhões gimnodesportivos nas escolas Júlio Brandão e Benardino Machado; instalação e construção do Posto da GNR em Ribeirão; instalação

do Tribunal de Círculo em Famalicão, construção da variante a nascente com ligação à A7, passagem desnivelada na variante intermunicipal Joane/Vizela; construção de piscinas nas Vilas de Riba D'Ave e Joane e de um infantário em Vermoim.

SETÚBAL

O segundo orçamento da responsabilidade do Governo PS «não está a responder a questões essenciais do desenvolvimento do distrito de Setúbal, nem às principais necessidades e aspirações da população e de diversas estruturas sociais, económicas e culturais» considerou a DORS do PCP, em conferência de imprensa promovida na passada semana.

A organização refere a realidade económica e social, «marcada por um elevado desemprego (mais de 55 mil trabalhadores), pela destruição do aparelho produtivo, encerramento e ameaça de encerramento de empresas, pela redução da actividade na agricultura e nas pescas».

Esta situação é agravada pelo actual Orçamento de Estado que no entender da DORS é «profundamente lesivo do desenvolvimento do Distrito e dos interesses dos trabalhadores e da população».

Os comunistas acusam o Governo de fugir ao «cumprimento das promessas eleitorais» como a duplicação em quatro anos das verbas para as autarquias locais (FEF). Para que tal acontecesse, «era preciso que em 1996 e 1997 o FEF tivesse aumentado 39%, na realidade só cresceu cerca de 16%. Para 1997 o aumento do FEF atinge no distrito de Setúbal uma média de apenas 5% havendo concelhos como o Barreiro, Santiago do Cacém, Montijo e Alcochete com aumentos

de 2,5%, isto é, tendo em conta a inflação não têm qualquer aumento».

Por outro lado, o PIDDAC não refere sequer projectos estratégicos para o distrito caso do Metro Sul do Tejo (MST) - metropolitana ligeiro de superfície; a Circular Regional Interior da Península de Setúbal (CRIPS); a travessia do Tejo no Corredor Central; o Sistema de Abastecimento de Água; o Sistema de Tratamento de Águas Residuais; a criação de novos pólos universitários e politécni-

tiago do Cacém, Centro de Saúde do Lavradio, Tribunal do Barreiro, quartéis da GNR de Alcochete e do Torrão.

Para a DORS, «ao contrário do que o Governo pretende fazer crer, embora as verbas sejam sempre limitadas, a ausência de respostas aos problemas do distrito de Setúbal não decorre da falta de dinheiro, mas sim de opções de fundo da política do Governo PS que, ao mesmo tempo que recusa verbas para projectos de desenvolvimento de urgência e impor-

educação e o ensino (creches, pré-escolar, básico e secundário, superior politécnico e universitário); a saúde (hospitais, centros e extensões de saúde; a implementação da rede pública de atendimento, tratamento e reinserção social de toxicod dependentes; os equipamentos de apoio a idosos; a educação física e desporto; os equipamentos culturais, as instalações das forças de segurança; os quartéis de bombeiros; a construção de tribunais, a conservação e consolidação de escarpas e falésias

mento básico às principais povoações da freguesia e de alterações nos transportes municipalizados, propostas que fará na Câmara de Coimbra através do vereador da CDU, José Carlos Viana.

VIANA DO CASTELO

O Alto Minho é também penalizado pelo Orçamento, segundo uma nota da DORVIC que chama a atenção para a verba irrisória de pouco mais de 6 milhões contos atribuída ao distrito de Viana do Castelo, o montante mais baixo dos últimos três anos. Os comunistas sublinham o caso de Valença, um dos dez concelhos do distrito, que é contemplado com cerca de 9 mil contos (!) para investimentos.

A DORVIC salienta ainda que, no quadro dos dezoito distritos do continente, na distribuição das verbas, Viana do Castelo fica entre os mais prejudicados com 1,33% do total nacional, superior apenas ao distritos de Vila Real e de Beja.

A estrutura comunistas observa que as dotações orçamentais destinam-se a obras anteriores já lançadas, ignorando assim novos projectos, designadamente na área das infra-estruturas rodoviárias (IC1, IC9 e IC 28) e ferroviárias; nos domínios da modernização do sector da educação e do desporto; recuperação do património cultural e artístico, saúde e defesa ambiental.

Apresentando propostas concretas no valor de 1 milhão de contos, o PCP valoriza uma dezena de projectos que considera fundamentais: melhoramento da estrada Soajo/Paradomonte; aquisição da Casa Florestal de Entre-Outeiros, no Soajo, para Pousada da Juventude; construção do Posto Médico do Lindoso; escola C+S de S. Martinho da Gândra; recuperação do Mosteiro do Portinho de Abrigo de Castelo de Neiva; Pista de Remo e Canoagem no rio Lima; Edifício para a Biblioteca Municipal de Viana do Castelo e Pousada de Artes/ideias para intelectuais e artistas.



A DORS considera o OE/97 profundamente lesivo para o distrito de Setúbal

cos, no Barreiro, Litoral Alentejano e da Escola de Enfermagem.

Problemas de grande importância nos concelhos e na região não têm também qualquer referência como por exemplo a passagem desnivelada da Recosta e os acessos ao terminal rodofluvial do Barreiro; a variante Santana-Porto de Pesca de Sesimbra; a variante urbana à Vila de Alcochete, a consolidação das falésias e escarpas do concelho de Almada; os centros de saúde de Amora, Corroios, Vale da Amoreira, Azeitão e as extensões de saúde de Sarilhos Grandes e Quinta do Anjo.

Noutros casos, programas assumidos no PIDDAC de anos anteriores desapareceram ou são contemplados com verbas ridículas ou a sua concretização é objecto de arrastamento por mais alguns anos como acontece por exemplo com o Hospital Distrital de San-

tânica comprovada, decide dar mais 60 milhões de contos aos latifundiários do Alentejo e prevê no próprio Orçamento de Estado 190 milhões de contos de benefícios fiscais, em particular às grandes empresas e às operações e actividades financeiras e especulativas.

No seguimento das propostas já avançadas por autarquias locais e outras entidades, a DORS elaborou um conjunto de propostas que serão apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, abrangendo áreas como os transportes e a modernização da rede viária (Metro Sul do Tejo, CRIPS, estudos para a travessia do Tejo no Corredor Central); o abastecimento de água; o tratamento de águas residuais, a gestão integrada dos recursos hídricos, o plano de desenvolvimento dos concelhos do Montijo e Alcochete; a

as; a recuperação de zonas urbanas, a melhoria de portos de pesca.

O PCP exige medidas para promover o desenvolvimento do distrito de Setúbal e reivindica do Governo o apoio à concretização do Programa Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal (PROIDDS) reclamado por várias entidades regionais.

SOUSELAS

A Comissão de Freguesia de Souselas do PCP volta a reclamar a alteração do Orçamento na especialidade de forma a inscrever uma verba de 25 mil contos para a construção de um pavilhão gimnodesportivo, recordando que esta proposta já foi chumbada no ano passado pelo PS e pelo PP. Em comunicado, a estrutura comunista fala ainda da necessidade de ampliar a rede de sanea-

Travessia fluvial do Tejo

Medidas anunciadas são insuficientes

Em resposta às medidas anunciadas na passada sexta-feira pelo Governo no sentido de aumentar a capacidade de circulação fluvial entre as duas margens do Tejo, a Direcção Regional de Setúbal do PCP divulgou a uma nota recordando que aquelas são «há muito reivindicadas pelas populações da Margem Sul».

Assinalando que os melhoramentos permitem reduzir o tempo de deslocação e descongestionar («pouquíssimo») o tráfego na Ponte 25 de Abril, a DORS observa que «o problema das acessibilidades entre as duas margens é de tal modo grave que carece de assunção, por parte do Governo, de um vasto conjunto de medidas

integradas, pelo que, as agora anunciadas, não deixando de ser importantes, são claramente insuficientes e não resolvem os problemas de fundo».

A DORS resfirma a necessidade da abolição da portagem na Ponte 25 de Abril e a concretização de obras fundamentais para a resolução do problema da circulação entre as duas margens. São estas a construção da Alameda Atlântica da Costa da Caparica à Trafaria e o Terminal Rodofluvial da Trafaria; o Corredor Central Bairro/Chelas; a Circular Regional Interior da Península de Setúbal (CRIPS) com ligação à L3 já construída pela Câmara Municipal de Almada; a alternativa à

Estrada Nacional 10 do Seixal; o Metropolitano Sul do Tejo.

Os comunistas lamentam entretanto que o Orçamento de Estado

para 1997 não contemple verbas para nenhum destes projectos.

Pinhal Novo

CP cede às populações

A Comissão de Freguesia de Pinhal Novo manifesta satisfação por finalmente a CP ter decidido construir a passagem desnivelada para peões. Os comunistas recordam que se trata de uma velha reclamação das autarquias e da população que se organizaram e promoveram um abaixo-assinado que recolheu 4200 assinaturas. Só depois desta movimentação a CP anunciou que o projecto já está concluído e a obra adjudicada estará pronta em Março do próximo ano.

Em simultâneo, a estrutura do PCP critica o fecho de uma outra passagem de nível na Rua Eça de Queiroz, onde se registou elevado número de acidentes mortais. Os comunistas alertaram para o perigo e exigiram que o Nó Ferroviário de Lisboa ali colocasse cancelas comandadas pela funcionária. Em resposta, a CP decidiu pura e simplesmente encerrar a passagem que, em caso de acidente na estrada nacional, é a única alternativa para bombeiros, polícia e população.



SEIXAL

Célula da Siderurgia

Com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, decorreu na passada sexta-feira uma assembleia plenária da Célula da Siderurgia, dedicada à análise das teses e eleição de delegados ao Congresso. Depois da intervenção de Carlos Carvalhas, que introduziu os principais temas tratados nas Teses, vários militantes tomaram a palavra para falar da grave situação na Siderurgia, agora desmembrada em SN Serviços, ainda do Estado, e em SN Longos e SN Planos. Os comunistas presentes denunciaram em particular a transferência de prejuízos, na ordem dos 5 milhões de contos, destas duas últimas empresas privatizadas para a SN Serviços, a qual suporta ainda os custos da despoluição do rio. «Como se compreende que recaia sobre o erário público estas despesas?», perguntou um militante.

A assembleia terminou com a eleição dos delegados ao 15º congresso do PCP.

SUÍÇA

Emigrantes discutem teses

Na cidade de Berna teve lugar a Assembleia Plenária dos membros do PCP emigrados na Suíça. A par da apreciação geral das Teses, foram debatidos os problemas da comunidade portuguesa neste país. A Assembleia pronunciou-se sobre a ida à Suíça, prevista para Dezembro, do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Lello, tendo constatado, mais uma vez, que os governantes do PS procedem de forma semelhante aos dos anteriores governos do PSD. De facto, o programa das deslocações de José Lello reduzem-se a um conjunto de iniciativas festivas e de inaugurações - indo ao ridículo de se anunciar a «inauguração da nova imagética da chancelaria consular» - não estando prevista, nesta que é a sua primeira visita à Suíça como SECP, nenhuma reunião de trabalho com representantes das comunidades portuguesas, nomeadamente com o movimento associativo. Foram também dirigidas críticas pelo facto de estar previsto que a Suíça eleja para o Conselho das Comunidades Portuguesas somente três membros, o que é manifestamente insuficiente, no entanto, os comunistas apelam à participação dos emigrantes portugueses neste processo de forma a garantir a eleição de pessoas identificadas com os reais problemas da comunidade portuguesa.

A Assembleia procedeu também à eleição dos delegados que irão estar presentes em representação da organização do Partido na Suíça no 15º Congresso.

RIO DE MOURO

Um Partido mais forte

Sob o lema «Um Partido mais Forte na Freguesia», reuniu no passado dia 24 de Novembro, no centro de trabalho local, a 2ª Assembleia de Rio de Mouro que analisou a situação social e política, tecendo várias críticas ao Governo e à gestão camarária do PS, em Sintra.

A assembleia discutiu ainda o rejuvenescimento da organização e apontou como objectivos eleitoriais a manutenção da presidência CDU da Junta e o reforço da votação no concelho com vista à conquista da maioria na Câmara Municipal. No final, foi eleito o novo organismo de direcção, composto por 24 membros e foram eleitos os dois delegados ao Congresso.

OVAR

Debate vivo

Os comunistas de Ovar reuniram na passada sexta-feira a sua assembleia para debaterem as teses e elegerem os delegados ao Congresso. A reunião foi rica em intervenções tendo sido apresentadas algumas propostas de alteração ao documento proposto. Os presentes deram particular destaque ao reforço da militância, que consideraram como um factor decisivo para a concretização da alternativa à política de direita. Finda a discussão, foi aprovado na generalidade o projecto de Teses em debate e eleitos seis delegados, três efectivos e três suplentes ao Congresso.

PCP

Évora

Alqueva e Minutos sem conclusão à vista

Comentando as repetidas intervenções de dirigentes locais do PS que afirma que o Governo está a cumprir as principais promessas eleitoriais para o Alentejo, a Direcção Regional de Évora do PCP afirma que obras essenciais como as barragens do Alqueva e dos Minutos estão seriamente comprometidas.

Em relação ao Alqueva, a DOREV refere que «apesar dos discursos bombásticos do Ministro da Tutela, os atrasos na empreitada principal de construção do aproveitamento hidroeléctrico», bem como uma série de outros, «podem comprometer

o prosseguimento da obra, conforme é reconhecido pela própria empresa».

Quanto à barragem dos Minutos, calculada no valor de 5 milhões de contos, o PCP sublinha que o Orçamento para 1997 prevê pela primeira vez uma dotação de 50 mil contos, não definindo qualquer verba para a continuação da obra nos próximos anos. Este facto é interpretado pela DOREV como «uma manobra para calar o movimento popular que exige justamente a construção da Barragem».

Mas o fosso entre as palavras e os actos é ainda mais patente

no caso do Hospital do Patrocínio. Em Setembro de 1995, António Guterres prometeu em Évora que o Hospital seria aberto nos primeiros seis meses de governo. Agora, é o próprio Governo que prevê o termo das obras só para o ano 2000.

A DOREV desmente que se tenha verificado uma diminuição do desemprego no distrito e cita os dados oficiais que indicam que de 10,8 por cento em Agosto de 1995 se passou para 11,7 por cento um ano depois. «Foi com este Governo que encerrou a Melka, que a Lee está a ameaçar despedir dezenas de

trabalhadores, que nada é feito para garantir que a Portucel continue na região, como nada é feito para estimular a fixação de novas indústrias», afirmam os comunistas de Évora.

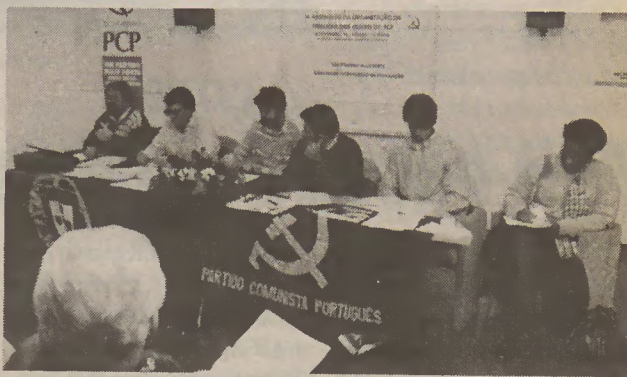
O PCP acusa ainda o PS de ter travado o processo de regionalização e que «se na oposição tanto criticou o PSD pela partidarização do aparelho de Estado, passando para o Governo caiu no mesmo pecado. Hoje os organismos desconcentrados do Estado são autênticas extensões políticas do PS na região, com realce para a CCRA e Governo Civil».

Mais delegados do Ribatejo

No passado fim-de-semana, foram eleitos mais 35 delegados ao XV Congresso do PCP nas Assembleias Plenárias que se realizaram em diversos concelhos e freguesias do Ribatejo. Destacaram-se entre elas: a de Alpiarça, com 60 militantes e a participação de Agostinho Lopes; a do Cartaxo, realizada no seguimento de um jantar de confraternização, com 90 participantes e a intervenção de Vítor Dias; a de Samora Correia com cerca de 30 participantes e a intervenção de Jerónimo de Sousa; a de Benavente, com 34 militantes e a participação de Carlos Brito; e de Santarém

com cerca de 30 participantes e a intervenção de Carlos Gonçalves, que também interveio na Célula dos Ferroviários do Entroncamento.

Os delegados de Abrantes foram eleitos na IV Assembleia da Organização Concelhia realizada no passado dia 23. A Assembleia, que também elegeu uma nova Comissão Concelhia, debateu um plano de actividades, apresentado por Rolando Silva, da Concelhia, as questões de organização apresentadas por Jorge Ferreira, do CC e do Executivo da DORAL, e as Teses ao XV Congresso apresentadas por Carlos Brito.



Assembleia nos Olivais

Decorreu no passado dia 16 de Novembro a 6ª Assembleia da Organização da Freguesia dos Olivais, que reuniu cerca de 50 militantes, no auditório da BDteca do Palácio do Contador-Mor da CML.

Sob o lema um «Partido mais forte, maior intervenção da população», a assembleia debateu a renovação e rejuvenescimento da direcção da freguesia, traçou orientações para a batalha autárquica e elegeu os delegados ao 15º Congresso.

Os presentes aprovaram por unanimidade a resolução política

e elegeram o novo organismo de direcção que agora é composto por 14 membros, 7 dos quais são mulheres e 4 reformados. Foram agendadas quatro acções de esclarecimento e visitas às populações até ao final do ano, e decidido reactivar as reuniões regulares com os núcleos de bairro.

A assembleia decidiu ainda realizar o plenário mensal de militantes na última quarta-feira de cada mês e uma iniciativa mensal com reformados, para além de outras iniciativas de contacto e debate com as populações.

Orçamento lesa emigrantes

«Descubra as diferenças» poderia ser o mote na análise do Orçamento do Estado para 1997, em matéria de emigração, apresentado pelo Governo do PS e em comparação com os orçamentos dos governos do PSD. Só que as diferenças, essas, seriam irrelevantes», afirma em comunicado a Direcção da Organização da Emigração do PCP que cita alguns exemplos:

«1) A proposta do Governo que altera o valor da taxa do IRS, sobre os depósitos da conta emigrante, de 12,5% para 12%, é uma redução insignificante. De facto, é necessário ter em conta que o valor desta taxa foi alterada no OE de 94 (pelo Governo do PSD e com o apoio dos deputados deste partido eleitos pela emigração) passando de 7,5% para os actuais 12,5%.

2) A atribuição de 25 mil contos para o Conselho das Comunidades Portuguesas é insuficiente

tendo em conta que o próximo ano é ano de eleições e de instalação do Conselho.

3) Flagrante é a redução real, em relação ao orçamento deste ano, nas verbas atribuídas ao Instituto Camões, menos 3%. Sendo este o instrumento privilegiado do Estado para a divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, uma tal diminuição reduz a mera propaganda das declarações de governantes sobre esta matéria.

4) Manifestamente insuficientes são as verbas atribuídas ao ensino de Português no estrangeiro (mais 4,2%). Tanto mais que este é um sector que ao longo dos últimos anos tem visto reduzir de forma drástica o valor real daquelas verbas.

Esta situação torna-se ainda mais preocupante quando nas Grandes Opções do Plano para 1997, em relação às comunidades portuguesas, não é feita nenhuma referência ao ensino da língua portuguesa.»

Guimarães vota teses

Cerca de uma centena de militantes participou na assembleia plenária de da organização de Guimarães, reunida no passado sábado, que contou com a presença de António Lopes, membro da Comissão Política do PCP.

A reunião, que se destinou-se à análise das teses e à eleição dos delegados ao Congresso, foi aberta com uma intervenção de António Lopes sobre os principais aspectos das teses. Este dirigente começou por chamar a atenção para as questões internacionais, condenando a política neoliberal dos países mais ricos e os seus reflexos no aumento do desemprego e da miséria a nível planetário.

No plano da política nacional fez críticas à política do Gover-

no PS, que considerou como contrária aos interesses nacionais e responsável pela continuação da destruição do aparelho produtivo e pelo aumento do desemprego.

Referindo-se ao trabalho partidário, valorizou o balanço francamente positivo da actividade, com milhares de iniciativas realizadas em todo o país. Por outro lado, apelou à participação de todos os militantes no reforço do PCP, condição indispensável para um novo impulso na afirmação do projecto de democracia e socialismo para Portugal.

Após a discussão de vários pontos das teses, os presentes aprovaram-nas por unanimidade, assim como elegeram os delegados ao Congresso.

Madeira

A memória do 25 de Novembro

Reagindo ao projecto de resolução apresentado pelo PSD/Madeira no sentido de comemorar anualmente o 25 de Novembro na Assembleia Legislativa Regional, (aprovado com o apoio do CDS/PP) Edgar Silva, o deputado eleito pela CDU, interveio para sugerir que se fizesse naquela data, não uma sessão solene, mas «o Dia da Memória (...) para que não se esqueçam os atentados à democracia na Região» particularmente, disse, «os atentados bombistas». E recordou:

«Assistiu-se ao desenvolvimento duma violência multiforme. Fez-se o jogo da subversão política, ideológica, económica. Fez-se activar a capacidade destrutiva. passou por aqui, demorado, o Anjo Negro para o extermínio.

«O poder especial de repressão, pela organização da violência, instaurou o grande medo. Muito mais do que uma guerra psicológica, as acções bombistas verificadas na Madeira são um fenómeno político e social, na sua natureza e nos seus fins.

«A lógica do terror substituiu então a lógica política e democrática.(...)»

«Com uma escalada rigorosamente calculada, é uma fase da nossa história onde se terá atravessado a fronteira entre o radicalismo e o crime. Os atentados bombistas foram o exacerbamento da subversão ideológica, conferindo à política dimensões extremas. Através da tática e estratégia operacionais de sabotagem, quiseram ocupar o lugar da política. Usaram as

armas da manipulação, do pânico, da confusão dos sentimentos.(...)»

«A violência terrorista resultou da resistência a Abril, a resistência feroz, insensata e desesperada dos proprietários da sociedade.(...) Os atentados bombistas na Madeira, o terrorismo, maquiado de movimento independentista, foi a expressão da força dos poderosos. Os senhores tinham a sua lógica própria, a sua gramática.

«A violência armada foi um meio para alcançar fins de dominação política e, por isso, assegurar privilégios e interesses financeiros.

«Sabemos que pretender, como se sonha em Abril, pôr fim à exploração do homem pelo homem, põe em perigo os inte-

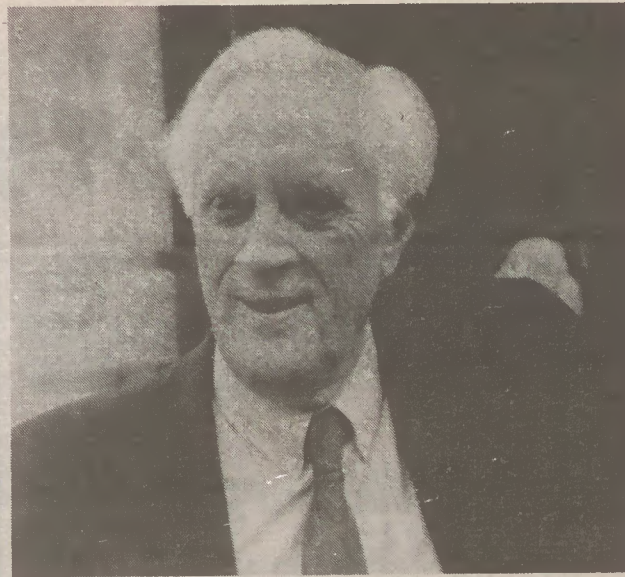
resses do capital, o poder dominante.

«Ficou de novo provado que, por muito "liberal" e "democrática" que seja, a classe dominante não hesita em violar a lei e recorrer a métodos abertamente terroristas.

«Com métodos terroristas fez-se a política dos grandes proprietários, do privilégio dos grandes poderosos» (...)

«Lembrar esse desgraçado acontecimento histórico permitirá reafirmar que crimes odiosos estão por julgar.

«O uso da violência deixa marcas profundas. Não se pode fazer tábua rasa sobre o abismo do horror. Não pode o Estado calar-se diante de crimes cometidos contra a sociedade, contra os cidadãos, contra a democracia» (...)



Homenagem a Artur Ramos

«É minha profunda convicção que a Televisão acabará por sair deste buraco e que os vendilhões não conseguirão reduzir o universo mediático a um espremer para obtenção de lucros máximos. Mas esta convicção só tem sentido se se inserir numa convicção mais vasta. A televisão vai seguir a evolução da sociedade no campo cultural (a que em princípio pertence) mais também, e sobretudo no campo económico, político e cultural. Julgo ter razão ao dizer que o mundo vai ser melhor. Se não tivesse esta firme convicção não era com certeza o comunista que sou e serei.»

Foram palavras de Artur Ramos no convívio que, assinalando os seus setenta anos (e 40 de actividade na Televisão), foi promovido na semana passada por colegas da RTP e outros amigos, reunindo muitas dezenas de participantes, entre os quais o presidente da SPA, Luís Franciso Rebelo, Carmen Dolores, Lurdes Norberto e Júlio César, que fizeram intervenções de saudação às qualidades profissionais e humanas do homenageado, bem como outros actores (como Raul Solnado e Estrela Novais, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo), realizadores e outros profissionais e colaboradores da Televisão (como António Casimiro e Luís Filipe Costa) e o presidente do Conselho de Administração da RTP. Foram lidas mensagens de Mário Castrim, Correia da Fonseca, Vasco Gonçalves, de Alvaro Cunhal e Carlos Carvalhas.

Despoluição do Tejo

O executivo da Câmara Municipal de Lisboa aprovou, na passada quarta-feira, a proposta do vereador Rui Godinho de adjudicação da empreitada para a "Concepção/Construção do Sistema Interceptor da Zona Oriental da Cidade, desde a Bica do Sapato à Calçada do Grilo", uma obra que se insere no completamento do sistema de despoluição do Estuário do Tejo.

Este empreendimento é participado com fundos europeus e vem na sequência das obras de despoluição já realizadas entre Algés e Cais do Sodré. A construção do Sistema Interceptor da Zona Oriental de Lisboa junta-se, assim, ao Sistema Interceptor de Alcântara, já construído e em funcionamento. Seguir-se-á o complemento da ETAR de Chelas, a construção do interceptor que irá da Calçada do Grilo à Av. Marechal Gomes da Costa e o completamento da ETAR de Beirilol, ficando assim despoluída a margem alfacinha do estuário do Tejo.

Requalificações ambientais

No quadro do plano estratégico para requalificação paisagística e ambiental da cidade de Lisboa, foram aprovadas esta semana pela Câmara diferentes intervenções.

Envolvendo um montante previsto de 168 mil contos e um prazo de execução de 50 semanas, vai proceder-se à requalificação urbana, paisagística e ambiental do Eucalptal de Benfica.

Simultaneamente, deverá proceder-se a diferentes arranjos na zona do Campo Grande - obras que se integram no plano de requalificação do grande Eixo, que começa na Calçada de Carriche, desembocando no rio Tejo pelo Terreiro do Paço e Praça do Município.

Concertos de Natal na Moita

Este ano, para celebrar a quadra de Natal, a Câmara Municipal da Moita vai promover dois concertos de Natal com o Coro Gregoriano de Lisboa. O primeiro, no dia 13 de Dezembro, na Igreja da N.ª Senhora da Boa Viagem, na Moita, e o segundo, em 15 de Dezembro, na Igreja Matriz de Alhos Vedros.

O Coro Gregoriano de Lisboa é constituído por um conjunto de vozes masculinas, fundado em 1989, por professores e alunos do Instituto Gregoriano de Lisboa.

A Câmara da Moita decidiu ainda, à semelhança do ano passado, oferecer a algumas crianças do concelho a possibilidade de assistirem a um espectáculo de circo na quadra natalícia.

O Circo Chen, que apresenta no seu elenco artistas do Circo Nacional da República Popular da China, é a Companhia escolhida para divertir as crianças de escolas da Baixa da Banheira, de Brejos e da Barra Cheia.

Açores

ALR recupera protagonismo

Na sua primeira intervenção sobre o programa do Governo, o deputado comunista na Assembleia Legislativa Regional, Paulo Valadão, falou da nova situação política regional sublinhando que o eleitorado devolveu à ALR «a possibilidade de ter o protagonismo político que lhe cabe no quadro do sistema autonómico».

O facto de nenhum partido ter naquele órgão maioria absoluta

permite que a ALR seja «o local não só de debate, mas também o local de decisão potencialmente mais equilibrada que durante longos anos raramente foi», explicou.

Considerando que esta «mudança qualitativa absolutamente vital» poderá motivar «a participação das populações e dos cidadãos na vida política», o deputado afirmou que «a humildade democrática terá de ser um

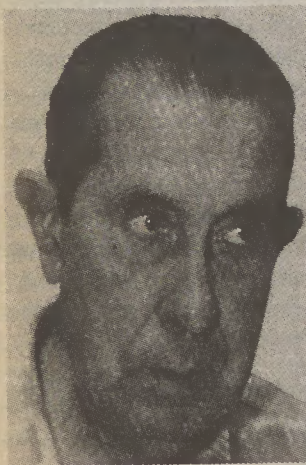
valor cultivado por todos os intervenientes, nomeadamente pelo Governo e pelo partido que o apoia e por todos os partidos sem excepção, porque embora não exercendo o poder governativo, têm todos, com as suas atitudes e posições, o poder de influenciar e contribuir para as decisões finais desta assembleia».

Paulo Valadão destacou ainda que a modificação política «desfez o mito da invencibilidade do partido governante durante 20 anos», o qual «constituía, ele próprio, um factor desmobilizador para muitos cidadãos». Constatando existir uma «descompressão social» motivada pela alteração política, o deputado comunistas frisou que para evitar o «saudosismo é imperioso que o

novo poder político saiba dar respostas que correspondam a políticas melhores, mais adequadas e mais justas».

Nomeadamente, referiu-se à situação social e económica da região, marcada por uma crise que se arrasta há vários anos, com o desemprego «muito acima» dos 10 por cento, salários baixos e uma economia desvitalizada. É este a este quadro concreto que «o novo poder tem de responder», disse Paulo Valadão, salientando a necessidade de a Assembleia e o Governo se afastarem «quer dos conservadorismos antes instituídos quer de outros conservadorismos que alguns querem transformar em moda».

CAMARADAS FALECIDOS



Alexandre Cabral

Manifestando o profundo pesar e expressando as sentidas condolências do PCP pelo falecimento de Alexandre Cabral, o Secretariado do Comité Central do PCP enviou um telegrama à família em que evoca «o escritor, o estudioso da literatura portuguesa e ensaísta de grande mérito com um intenso labor que engrandece a cultura nacional, o homem generoso, fraterno, e vertical, o antifascista e democrata coerente e combativo, o comunista empenhado ao longo de muitas décadas

na luta pelos ideais da liberdade, da democracia, do progresso social e do socialismo».

António Rocha Barbado

Faleceu com 30 anos de idade, vítima de um brutal acidente de automóvel, António Alfredo Rocha Barbado, que pertencia à Organização de Freguesia de Corroios.

Arnaldo Correia Barbosa

Faleceu, com 78 anos de idade, Arnaldo Correia Barbosa. Era membro do PCP desde 1974 e estava organizado na Freguesia de Corroios.

Bárbara de Jesus Marques

Faleceu, com 64 anos, Bárbara de Jesus Marques que era militante desde 1975 e estava organizada na Covilhã.

Joaquim Pinto Macedo

Faleceu, no passado dia 19 de Novembro, Joaquim Tiago Pinto Macedo, de 76 anos de idade. Era natural de Lordelo do Ouro, no concelho do Porto, e foi militante do MDP/CDE até 1974, tendo participado em várias acções de protesto contra a ditadura fascista. Militante do PCP desde 1975, foi membro da Comissão Concelhia de Barcelos do PCP durante vários anos.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Colóquio em Sintra sobre cidades-património

Por iniciativa da CDU/Sintra, realizou-se na passada terça-feira um colóquio sobre experiências de cidades Património Mundial em Portugal, no qual participaram Abílio Fernandes, presidente da CM de Évora, António Rui Andrade, presidente da CM de Angra do Heroísmo, e Lino Paulo, vereador da CM de Sintra.

Os três autarcas fizeram intervenções sobre experiências na recuperação e preservação dos centros históricos das suas cidades e dos problemas que encontraram após a sua nomeação para património mundial da UNESCO, designadamente aos níveis do trânsito, saneamento básico e degradação do património histórico.

Abriu-se depois um período de debate em que assistência, de que faziam parte autarcas, comerciantes e munícipes em geral, colocou as suas perguntas à mesa. Nas intervenções finais, os autarcas referiram ainda a importância do planeamento das acções das câmaras, referindo-se o exemplo da CM de Évora que possui há vários anos um plano director municipal. Foi também sublinhada a necessidade de uma grande ligação à população que só depois de ver resolvidas as suas maiores carências se sentirá sensibilizada para o problema do património histórico.

NACIONAL

Estudantes protestam contra política educativa

Financiamento, avaliação das instituições, Acção Social Escolar e linhas orientadoras dos subsistemas do ensino superior - são os temas abordados no documento apresentado ontem ao ministro da Educação, Marçal Grilo, no quadro de uma manifestação que reuniu estudantes do ensino superior de todo o país.

Numa acção de protesto contra a política educativa que vem sendo seguida, concentraram-se frente ao Ministério da Educação, em Lisboa, estudantes das academias do Porto, Coimbra, Minho, Algarve, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Interior, Aveiro, Évora, para além de muitas escolas das universidades de Lisboa.

Como fundo do actual surto de descontentamento, estão as alterações propostas pelo governo à Lei de Bases. Mas as razões da luta e as propostas avançadas pelos estudantes são bem mais amplas e contrapõem medidas concretas ao fracasso do diálogo e das expectativas em torno das políticas para o ensino superior. Um imprescindível objectivo unificador num contexto em que são sensíveis as diferenças geradas entre estudantes em torno das alterações à Lei de Bases.

No documento sobre política de educação, elaborado por mais de uma dezena de associações de estudantes, recordam-se, oportunamente, as

numerosas promessas não cumpridas: a *ampliação do esforço nacional no Ensino Superior e na investigação científica*, o *reforço do apoio social* a todos os estudantes, a *garantia da qualidade*, o *alargamento da capacidade de acolhimento do Ensino Superior* com vista à eliminação dos *numerus clausus*, a *revisão do sistema de propinas tendo em conta que o esforço financeiro das famílias com filhos a estudar é muito alto*.

Um conjunto de promessas que gerou a confiança em que a abordagem das questões do ensino superior seria feita de forma "menos economicista e mais humana".

A realidade é outra. Um ano



Manifestação estudantil contra a política de educação (foto de arquivo)

depois as opções assumidas estão bem longe das promessas e "o governo esqueceu a tão apregoada capacidade de diálogo".

Estas as razões da manifestação estudantil, em que, de par do protesto, foram avançadas algumas propostas concretas sobre questões fundamentais para o ensino superior.

No que respeita ao **financiamento**, o documento das

associações de estudantes critica a proposta governamental, por assumir "como linha orientadora uma tendência inaceitável que transforma um direito inerente à cidadania, num bem de consumo" e exigem um aumento do financiamento por parte do Estado, nomeadamente como condição do aumento de qualidade do ensino superior.

Os estudantes criticam igualmente a **Lei de Avalia-**

ção, antes do mais pelo próprio afastamento dos estudantes deste processo. Discordam dos cortes de financiamento previstos para as Universidades que não cumpram os critérios de avaliação estabelecidos, pois isso significa na prática que "uma lei que tem como objectivo a melhoria qualitativa do sistema de ensino, tenha um carácter punitivo para essas mesmas instituições". Consideram

ainda inaceitáveis os próprios critérios de avaliação "de que são exemplo a imagem do curso junto do mercado de trabalho e as saídas profissionais, que não são passíveis de serem quantificadas".

O documento estudantil assinala o agravamento da situação no que respeita à **Acção Social Escolar** e refere, em particular, a "tentativa de implementação de um sistema de empréstimos, que compromete financeiramente o estudante aquando da sua entrada para a vida activa" e a clara degradação dos **Serviços Sociais**.

A urgência em "definir os papéis" dos diversos subsistemas do ensino superior é outra das questões abordadas no documento agora apresentado ao Ministério da Educação.

As associações signatárias defendem que qualquer redefinição destes papéis deverá ater-se a critérios como as necessidades específicas do país e "o cumprimento das legítimas expectativas dos estudantes dos diversos subsistemas do Ensino Superior, no que respeita às saídas profissionais".

Actual estado da Educação Propostas da JCP

O actual estado da educação e as propostas da JCP foram tema de uma conferência de imprensa promovida, a semana passada, pela Juventude Comunista Portuguesa/Porto, no quadro da campanha nacional **Por uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade**.

Numa avaliação particularmente oportuna da situação do ensino - quando em Lisboa estudantes de todo o país se manifestam por uma outra política educativa - a JCP/Porto percorre todo o sistema de ensino, do pré-escolar ao ensino superior, sublinhando que *o que parece mover o Ministério da Educação são critérios economicistas que nada contribuem para a melhoria da qualidade do ensino em Portugal*.

A inexistência de condições efectivas para a criação de uma rede pública pré-escolar e a falta de investimento para a criação e manutenção de infra-estruturas no ensino básico, nomeadamente cantinas e pavilhões gimnodesportivos são apontados, no documento agora divulgado pela JCP/Porto, como "sintomas do desleixo governamental face aos primeiros anos de escolaridade, pilares de todo o sistema educativo".

Sublinha-se, em particular, a criação de turmas com currículos alternativos para alunos com dificuldades como a institucionalização de "formas de exclusão baseadas em critérios injustos, que prepararão os jovens para um sistema de injustiças em que alguns

terão sempre mais oportunidades que outros".

No que respeita aos programas, "demasiado extensos e impossíveis de cumprir, completamente desadequados da realidade do mundo do trabalho", a JCP defende a redução da carga horária, abrindo espaço à intervenção dos estudantes noutras áreas e à efectiva aplicação das orientações da Área-Escola; a reestruturação dos currículos, ligando o ensino à vida e preparação profissional e formação humanista; e ainda a revogação do actual sistema de avaliação, "valorizando o cumprimento e a dignificação da avaliação contínua", a revogação das provas globais do 10º e 11º ano, a implementação do sistema de avaliação contínua no 3º Ciclo do ensino básico e o fim do actual sistema burocratizado.

A JCP/Porto questiona o regime geral de acesso ao ensino superior, condenando "um sistema educativo que desde o ensino básico promove desigualdades, o insucesso e o abandono escolar".

O financiamento é outro dos temas abordados, considerando a JCP que "está ainda por criar uma Lei de Financiamento do Ensino Superior que tenha em conta as necessidades de expansão verificadas quer na contratação de pessoal docente e não docente, quer na criação de infra-estruturas adequadas que garantam a qualidade do ensino, que valorize a autonomia das instituições e que permita um real investimento que colmate as insuficiên-

cias registadas ao longo dos anos na investigação em Portugal".

O documento dos jovens comunistas sublinha a discordância "com o sistema de empréstimos como muleta do actual sistema de acção social escolar" e defende que "a resolução dos problemas dos estudantes, nesta matéria, passa por medidas de fundo que permitam o aumento do montante das bolsas assim como da sua abrangência, e não por um sistema que poderá vir a substituir as bolsas como actualmente as concebemos, visando a desresponsabilização do Estado nesta matéria".

No que respeita à questão, particularmente sensível, da proposta de alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo apresentada pelo governo, a JCP/Porto considera-a fraudulenta, "na medida em que resulta de um processo não participado pelos protagonistas" do processo educativo e sublinha que "as alterações apresentadas representam sérias ameaças ao processo de democratização e à qualidade do sistema de ensino, pois pretendem criar mais entraves ao acesso ao Ensino Superior, transferindo para as escolas a responsabilidade de definir os critérios de acesso e seriação dos candidatos, criando mais desigualdades entre os estudantes".

A concluir, os estudantes comunistas exigem "um verdadeiro diálogo com os estudantes, protagonistas da Educação, de modo a proporcionar e assegurar a sua participação e intervenção".

Campanha em marcha

Dia Regional da Educação

A JCP/Algarve encerra amanhã, dia 29, a sua Campanha por uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade, com a realização de um debate público subordinado ao tema **Dia Regional da Educação**.

O debate decorre no Centro de Trabalho de Faro do PCP, pelas 21.30, e conta com a participação do deputado do PCP António Filipe, de dirigentes do sindicato dos Professores da Zona Sul e do movimento associativo da Universidade do Algarve. No início, será feito um balanço da Campanha.

Nesse mesmo dia, realiza-se uma visita à Escola Secundária de Silves, que inclui encontros com o Conselho Directivo e a Associação de Estudantes. Pela tarde estão previstas audiências com o Reitor da Universidade do Algarve e com as Associações de Estudantes da UAL.

Esta Campanha começou no passado dia 30 de Setembro e envolveu visitas a Escolas Secundárias de Faro, Quarteira, Albufeira, Tavira, Vila Real de Santo António, Lagos, Silves, Portimão, Olhão e Universidade do Algarve.

Mais de um milhar de postais assinados

No distrito do Porto, a Campanha tem sido marcada pelo contacto directo com os estudantes e as populações através da distribuição do jornal "A Paixão" nas várias escolas do distrito e da recolha de postais assinados (já foram recolhidos mais de um milhar) reivindicando uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade, a enviar ao Ministério da Educação.

Outro objectivo da Campanha é a criação de espaços de discussão e debate sobre a actual situação da educação no país, tendo sido já realizado um debate sobre Educação e outras Questões da Juventude, inserido nas comemorações do 17º aniversário da JCP.

Para além destas iniciativas, estão previstas outras acções de esclarecimento e apresentação de propostas dos jovens comunistas.

OS ALEMÃES OU A OLIVA?

A instalação de uma unidade de fabricação de torneiras em Albergaria-a-Velha, com apoios oficiais de quase dois milhões de contos, vem trazer para o distrito de Aveiro uma concorrente da Oliva, empresa em processo de viabilização e que deve beneficiar, «no mínimo, das mesmas facilidades por parte do Estado português, para bem do País em geral e dos seus trabalhadores em especial», reclama a Comissão Concelhia de São João da Madeira, numa nota enviada segunda-feira à nossa Redacção.

US DO PORTO «CHUMBA» OE

Por travar o aumento dos rendimentos das famílias, a proposta de Orçamento de Estado apresentada pelo Governo e aprovada na generalidade pelos deputados do PS e do PSD não merece a concordância da União dos Sindicatos do Porto. Em conferência de imprensa dada dia 20, Victor Ranita salientou a manutenção de uma carga fiscal elevada sobre os rendimentos do trabalho, os baixos aumentos das pensões e subsídios e a manutenção de elevados níveis de desemprego.

«O Governo prevê a criação de apenas cerca de 30 mil empregos, número inferior ao dos jovens que anualmente chegam ao mercado de trabalho», referiu o coordenador da USP/CGTP, citado pela Lusa, salientando que «a situação é particularmente grave para o distrito do Porto, onde o desemprego já atinge cerca de 83 mil pessoas». Referiu-se ainda ao agravamento das desigualdades regionais no âmbito do PIDDAC, citando a título de exemplo que o montante previsto para investimentos públicos no distrito do Porto é de apenas 53,6 milhões de contos, ou seja, apenas 35,6 por cento do previsto para Lisboa.

MATADOURO

Em reunião com o ministro-adjunto Jorge Coelho, realizada na semana passada, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública obteve a garantia de revogação do despacho do secretário de Estado da Produção Agro-Alimentar que, declarando como disponíveis 25 trabalhadores do Matadouro da Figueira da Foz, violava o acordo de Janeiro de 1996. A Direcção do Sindicato da Função Pública do Centro, informando da garantia dada pelo ministro, apela à sindicalização dos trabalhadores.

REFORMADOS

É inadmissível que as pensões de reforma estejam sujeitas apenas a critérios de inflação, quando a esmagadora maioria delas tem valores extremamente reduzidos, considera a União dos Sindicatos de Setúbal, criticando o anúncio, recentemente feito pelo Governo, de que as reformas aumentarão em percentagens ligeiramente superiores à inflação prevista - que situa entre os 2,2 e os 2,5 por cento. Para discutir este e outros direitos, a Inter-Reformados da USS/CGTP-IN realizou, no passado dia 22, um encontro distrital no Centro de Reformados do Barreiro.

Cerca de 600 pessoas participaram no I Encontro de Quadros Reformados, Pensionistas e Idosos do Alentejo, que teve lugar dia 17 em Beja e onde os valores extremamente baixos das pensões foram referidos como um dos mais graves problemas desta camada social. No VI Encontro de Reformados do Calçado do distrito do Porto, realizado sexta-feira, foi aprovada uma resolução classificando como «manifestamente insuficientes» os aumentos de pensões anunciados pelo Governo, porque não cobrem o aumento do custo de vida.

CORRER EM PARIS

A convite da União dos Sindicatos de Lisboa, os atletas Alberto Chaiça, do Maratona de Portugal, e Cristina Luta, da Juventude Operária Monte Abraão, estiveram no passado domingo no Cross RATP, disputado em Fontenay, nos arredores de Paris. Esta participação resulta de um protocolo de cooperação estabelecido entre a USL e a União dos Sindicatos da Região de Paris-CGT, que prevê a retribuição da visita por parte de atletas franceses, no próximo dia 1 de Maio de 1997, quando da realização da 16ª edição da Corrida Internacional 1º de Maio da CGTP-IN.

POLÍCIAS

O direito à formação de um sindicato na Polícia, foi reafirmado dia 20 pela Associação Sócio-Profissional da PSP, surge na sequência de declarações nesse dia proferidas por Alberto Costa. Na cerimónia de abertura do ano lectivo da Escola Superior de Polícia, o ministro da Administração Interna afirmou que «com este Governo não haveria sindicato para os polícias», o que levou a ASPP a «manifestar mais uma vez o nosso indelével direito ao sindicato, tanto mais que é óbvio que, promulgada a alteração à Lei Orgânica da PSP, não restará ao poder executivo outra hipótese que não o reconhecimento e a consagração do sindicalismo policial», salienta um comunicado citado pela Lusa. A Associação lembra que «o próprio ministro não nos negou tal direito na primeira reunião com a ASPP, em 24 de Novembro de 1995, quando as promessas eleitorais ainda estavam frescas».

TRABALHADORES

40 horas no máximo a partir da próxima semana

Associações patronais e empresas já começam a querer aplicar abusivamente a Lei 21/96, que entra em vigor no primeiro dia de Dezembro. Os sindicatos empenham-se em garantir que não haverá abusos na redução dos horários.

Há mais de um mês que a CGTP distribuiu um folheto acerca da forma como deve ser aplicada a legislação que, além das 40 horas como semana máxima de trabalho, define também as normas para a flexibilidade de horários e a polivalência de funções. Nesse documento, a central sublinhava que «em resultado da luta movida pelos trabalhadores, a AR introduziu algumas alterações que, não fazendo do diploma aprovado uma boa lei, longe disso, permitiram que, em alguns casos, a posição dos trabalhadores fique melhor protegida».

A nova legislação não se aplica às empresas e sectores onde

antes do Acordo Económico e Social de 1990 foram negociados horários de trabalho iguais ou inferiores a 40 horas semanais.

Apelando à «vigilância e intervenção pronta» dos sindicatos e dos trabalhadores para impedir o patronato de ultrapassar os limites legais, a central sublinhava três ideias:

- «só se aplica a redução do horário de trabalho»;
- «tudo o mais exige consulta prévia aos trabalhadores e seus representantes»;
- e «a contratação colectiva é para valer».

A partir da próxima semana, os horários superiores a 40 horas são reduzidos de forma a

chegar a este limite máximo semanal, ou sofrem uma diminuição de duas horas relativamente ao actual limite. Nestes casos (horários actuais superiores a 42 horas) o máximo de 40 horas deverá ser fixado até 1 de Dezembro do próximo ano.

A redução do horário incide sobre o tempo de trabalho efectivo e não pode ser feita à custa da supressão de pausas nem da diminuição dos intervalos para almoço. Estas matérias, tal como o prolongamento (até 6 horas) do período máximo de trabalho consecutivo, só podem ser alteradas por negociação entre trabalhadores e entidades patronais.

AR dá razão aos têxteis

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanílicos, Vestuário, Calçado e

Peles denunciou segunda-feira a «leitura incorrecta e abusiva» da lei que estão a fazer as associações patronais e algumas empresas deste ramo de actividade, ao pretenderem eliminar as pausas de 10 minutos e os intervalos (nos turnos) de 30 minutos.

A Fesete/CGTP considerou tal posição ilegal, reuniu na semana passada com a Comissão de Trabalho da AR e verificou que «todos os membros da comissão foram unânimes em afirmar que os patrões não têm razão». Registrando que da comissão fazem parte deputados dos quatro maiores grupos parlamentares, a Fesete anunciou que vai solicitar audiências a todos os partidos com representação na AR, bem como intervir junto do secretário de Estado do Trabalho e da IGT, para que tomem medidas urgentes de forma a levar as empresas a cumprir a lei.

Governo tem que optar na Concertação

«Ou nós, ou os patrões»

— CGTP apresentou contraproposta de acordo estratégico

A CGTP discorda das grandes linhas expressas pelo Governo na proposta de acordo sobre concertação estratégica e fez saber segunda-feira ao primeiro-ministro que «chegamos a um momento em que o Governo tem que fazer opções: ou no sentido em que nós insistimos, ou respondendo aos patrões no seu caderno reivindicativo e agravando ainda mais a situação dos trabalhadores», disse Carvalho da Silva aos jornalistas após o encontro com António Guterres.

Relativamente às medidas concretas que possam ser contempladas, a central aguarda a proposta que o executivo deve apresentar hoje.

«Dissemos ao Governo que não há acordo com a CGTP sobre o estabelecimento de linhas macroeconómicas ou de grande política, porque há coisas com as quais discordamos», afirmou o coordenador da CGTP, citado pela Lusa. «Mas aí o Governo diz, pela voz do primeiro-ministro, que esse não é o problema, porque os fundamentos não são matéria de interesse negocial», acrescentou Carvalho da Silva, retomando uma posição clara e formalmente expressa pela CGTP na semana passada.

Na fundamentação da contraproposta de acordo de concertação estratégica que entregou dia 19 ao Governo, a central frisa que:

- «O processo de concertação estratégica não pode constituir um meio para se pretender co-responsabilizar os parceiros sociais por políticas que estão predeterminadas.»

- «Não tem assim qualquer sentido consagrar no texto do acordo de concertação estratégica considerações de ordem política e princípios doutrinários que, nesse quadro, em nenhuma circunstân-

cia são passíveis de negociação».

Ao longo de seis dezenas de páginas, a CGTP propõe medidas sobre economia e empresas; produtividade, condições de trabalho, de participação e de remuneração; políticas activas de emprego, educação, formação e sociedade de informação; modernização e reformas da Administração Pública; política de rendimentos; reforma da Segurança Social, da Saúde e

do sistema fiscal; e para um acordo de curto prazo.

Sublinhando que «o Governo ignorou, no essencial, o conteúdo e objectivos das posições expressas no documento “Parâmetros essenciais da CGTP-IN para um acordo”», a central afirma esperar do executivo socialista e das confederações patronais «uma ponderação atenta, que se traduza em propostas construtivas», relativamente à presente proposta.

Desempregadas com mais de 40 anos em risco de exclusão

Há risco de exclusão, se não forem tomadas medidas urgentes e eficazes - alerta a CGTP, que promove hoje o segundo seminário sobre os problemas das mulheres que, com mais de 40 anos de idade, se encontram sem emprego há mais de um ano.

Na iniciativa de dia 21, em Setúbal, e na de hoje, em Guimarães, está em análise um estudo da CGTP, feito com base em dados do Instituto Nacional de Estatística e do Ministério do Emprego. Segundo a Agência Lusa, o documento refere que a taxa de desemprego tem vindo a aumentar desde o ano de 1993 e afecta mais as mulheres que os homens. O desemprego nas mulheres afecta todos os escalões etários, mas para as trabalhadoras com mais de 40 anos é mais difícil a reinserção no mercado de trabalho, quando são vítimas de despedimentos.

Nos seminários são apresentados testemunhos de desempregadas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Setúbal, Braga e Porto.

Graciete Cruz, da comissão nacional de mulheres e da Comissão Executiva da CGTP, disse que a central exige do Governo medidas para reduzir o desemprego, dignificar o trabalho e reduzir a precariedade de emprego, tendo presente o objectivo da «remoção, em particular, dos obstáculos de carácter económico, social e cultural ao emprego feminino». A Inter defende ainda a formação contínua de trabalhadoras no activo, a eliminação de políticas discriminatórias em relação às mais idosas, a criação de infra-estruturas sociais de apoio à família e à criança, e um reforço da protecção social, nomeadamente o prolongamento do subsídio em situações de desemprego de longa duração relativamente a trabalhadoras com mais de 50 anos.

TRABALHADORES

Uma semana de lutas

Concentrações, plenários, greves, desfiles tiveram lugar em diferentes empresas e sectores praticamente todos os dias desde quinta-feira passada. Novas lutas de trabalhadores estão convocadas.

Trabalhadores da Casa Hipólito exigiram dia 21, junto da residência oficial do primeiro-ministro, o cumprimento da promessa de actuação para viabilização da empresa, que está parada e não paga salários desde Agosto.

O sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa confirmou a convocação, para ontem, junto ao Ministério do Emprego, de uma concentração de trabalhadores de 21 empresas com problemas laborais, para exigir do Governo «medidas concretas para pôr cobro à degradação social que se vive neste momento no sector».

Os reformados da Mompur e Equimetal iam deslocar-se ontem de manhã, mais uma vez, ao IPE, para exigirem o pagamento dos complementos de reforma e assistência médica e medicamentosa, anunciou o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, realçando que esta exigência foi reconhecida como justa pelo Provedor de Justiça e pelo secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

Terça-feira, as estruturas do movimento sindical unitário do distrito de Beja promoveram uma exposição, nas Portas de Mértola, com o objectivo de

alertar a opinião pública para os problemas dos trabalhadores e apresentar propostas para o desenvolvimento do Alentejo, de forma a promover o emprego e respeitar os direitos de quem trabalha.

Rosas em cardos...

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública criticou dia 21 o Governo de António Guterres, recriando de forma simbólica o «Milagre das Rosas» em vários pontos de Lisboa.

Num palco, improvisado num carro de som da CGTP, denominado o «Roseiral do Guterres», os sindicalistas fizeram a última representação junto à residência oficial do primeiro-ministro, para mostrar o seu descontentamento pela proposta de aumentos salariais de 2,6 por cento. Lembraram as promessas feitas antes das eleições por Guterres, que, «qual rainha santa, prometia que tudo iam ser rosas», refere a Agência Lusa. Mas, depois das eleições, «as rosas que Guterres-Rainha Santa tinha no regaço murcharam e transformaram-se em cardos».

A Frente Comum convocou uma manifestação nacional

para 5 de Dezembro em Lisboa, como forma de protesto contra a proposta salarial do Governo.

No dia 20, quarta-feira, uma delegação sindical entregou ao presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na Horta, um abaixo-assinado subscrito por cerca de três mil trabalhadores do Estado, exigindo a reposição da remuneração complementar aos trabalhadores da administração regional e local das ilhas.

Uma delegação do Sindicato dos Enfermeiros entregou segunda-feira à ministra da Saúde uma série de propostas e reivindicações resultantes dos 15 foruns regionais realizados recentemente pelo SEP e em que participaram cerca de 3 mil profissionais. Também foi apresentado a Maria de Belém o estudo sociográfico sobre recursos e condições de trabalho dos enfermeiros (ver pág. 22). O SEP aproveitou o encontro para exprimir à ministra a sua insatisfação por não ter ainda sido regularizada a aplicação aos enfermeiros do adicional de dois por cento decretado para a Função Pública, questão que se arrasta desde o ano passado.

Hotelaria saúde OSCE

Os trabalhadores dos hotéis Ritz e Tivoli, em Lisboa, mar-



A Administração Pública manifesta-se em Lisboa, na próxima quinta-feira (foto de arquivo)

caram segunda-feira uma greve para 2 de Dezembro, que poderá afectar as condições de alojamento dos participantes na cimeira da Organização de Segurança e Cooperação Europeia.

A greve tem como objectivo pressionar as administrações dos hotéis a negociar aumentos salariais para o próximo ano, entre outras reivindicações. São exigidos aumentos de sete por cento e a redução do horário de tra-

balho semanal para o máximo de 40 horas.

Rodolfo Caseiro, dirigente do Sindicato da Hotelaria do Sul, disse à Lusa que os hotéis Ritz, Tivoli, Penta e Sheraton recusaram negociar a proposta de aumentos salariais. A greve, referiu, tem também como objectivo protestar contra a flexibilidade dos horários e a discriminação salarial entre trabalhadores com a mesma função e categoria.

Mudar de linha

«Contra a destruição da CP, iniciada pelos governos do PSD e prosseguida agora pelo Governo do PS», a Federação dos Ferroviários convocou para amanhã uma greve de 24 horas em todas as empresas do grupo.

A paralisação «não prejudica a série de greves parciais que está em curso e que vai prolongar-se até ao próximo dia 7 de Dezembro», refere a FSTFP/CGTP em nota de imprensa.

Greve vitoriosa na Grundig/Blaupunkt

Ao fim de dez dias de greve, as administrações do complexo industrial braçarense subscreveram sexta-feira, ao fim da tarde, o documento em que os trabalhadores da Grundig Indústria Portugal exigem garantias de que não se perspectiva qualquer despedimento colectivo.

Realçando o «grande espírito de solidariedade e sacrifício» demonstrado pelos trabalhadores do complexo Grundig/Blaupunkt nesta batalha em defesa do emprego, a União dos Sindicatos de Braga saudou esta vitória e reafirmou a necessidade de «continuarem unidos e solidários para enfrentarem as dificuldades que a vida, parte da sociedade civil e as políticas de direita» lhes vão criando.

A USB/CGTP condena o comportamento «do Governo e do Governo Civil que, sabendo das intenções da empresa há cerca de um mês, não tomaram medidas preventivas e eficazes» e não informaram os representantes dos trabalhadores. Lamenta ainda que os deputados, do PS e do PSD, eleitos pelo distrito «que em campanhas eleitorais vão à Grundig pedir votos e prometer mundos e fundos, se tenham esquecido dos problemas e tenham optado pelo silêncio, mesmo na AR, aquando do requerimento apresentado

pelo deputado José Calçada», do PCP.

A garantia dos postos de trabalho na GIP foi exigida em plenário de todo o complexo, no dia 21, após o qual todas as empresas entraram em greve e foi impedido o trânsito na estrada Porto-Braga. No dia seguinte prosseguiu a greve total e foi bloqueado o acesso ao complexo; os dirigentes e delegados sindicais e membros de CTs do distrito, reunidos na cidade, deslocaram-se à Grundig em manifestação de solidariedade, recebida com emoção e alegria pelos trabalhadores concentrados à entrada do complexo, sob forte chuva.

Riopele

A Fábrica Têxtil Riopele, em Pousada de Saramagos, Famalicão, pretende despedir um terço dos mais de 300 trabalhadores da Fiação C, destruída por um incêndio em Agosto. A administração da empresa recorreu à figura do «contrato caducado», procurando assim escapar à obrigação legal de pagar indemnizações.

O Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes desenvolveu várias iniciativas, procurando salvaguardar o emprego e os

direitos dos trabalhadores, e convocou concentrações à porta da empresa nas segunda e terça-feiras. Ao levar aos trabalhadores da Riopele a solidariedade da União dos Sindicatos de Braga, Adão Mendes denunciou a cumplicidade do Governo, do Instituto do Emprego e Formação Profissional e do Governador Civil, que tinham conhecimento do processo mas, apesar disso, decidiram conceder recentemente mais de 3 milhões de contos de apoios oficiais à empresa.

Foi decidido avançar com uma providência cautelar para anular o despedimento.



Dois reuniões nacionais de professores terminaram na semana passada com concentrações junto do Ministério da Educação

Professores foram ao ME pelo Estatuto e pela estabilidade

Na quarta-feira, dia 20, mais de 600 professores contratados de todos os ciclos e níveis de ensino aprovaram uma moção reclamando do Governo que garanta o direito à vinculação e à estabilidade de emprego. A moção, em que se considera que «a manutenção, anos a fio, de milhares de educadores e professores dos ensinos básico e secundário contratados a prazo é uma das maiores e mais imorais e ilegítimas situações que o sistema apresenta», foi entregue no ME, onde uma delegação da Fenprof sublinhou que «o Governo já teve mais de um ano para analisar a complexidade da questão e do que

se trata é de o Governo dar um sinal político de vontade de resolver o problema».

Sexta-feira participaram num encontro nacional sobre a revisão do Estatuto da Carreira Docente cerca de mil dirigentes, delegados e activistas de escolas de todo o País, que depois se deslocaram ao Ministério para fazerem ouvir o aviso contido na moção que aprovaram por unanimidade: se o ME tentar encerrar de forma precipitada e unilateralmente, durante o primeiro período, negociações do ECD, os professores realizarão uma greve nacional ainda em Dezembro.

Contra a privatização dos EFFAs

Os sindicatos do pessoal dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas e das indústrias de defesa, reunidos depois de vários plenários de trabalhadores, decidiram realizar acções de luta contra a perspectiva de privatização aberta recentemente pelo Governo.

Num comentário à resolução 180/96 do Conselho de Ministros, as estruturas sindicais da OGMA, do Arsenal do Alfeite, da Indep, da SPEL, da Manutenção Militar, do Laboratório Militar, das OGFE e das OGME declaram-se «frontalmente» contra as decisões do Governo.

Acusam o executivo de António Guterres e António Vitorino de tornar públicos planos de reestruturação daquelas empresas «não com o objectivo de as viabilizar economicamente, mantendo-as ao serviço da economia nacional e garantindo os direitos dos trabalhadores».

O Governo - reclamaram os sindicatos, em conferência de imprensa dada anteontem na sede da CGTP-IN - «não pode prosseguir com a política de dois pesos e duas medidas, para, em nome de um falso rigor orçamental, decretar que o Orçamento não pode pagar a viabilização

de empresas e manutenção de postos de trabalho e, simultaneamente, meter o rigor orçamental na gaveta quando se trata de proteger os grandes grupos económicos ou outros interesses alheios à maioria dos portugueses e à economia do País».

Após uma política de abandono por parte dos sucessivos governos, a reestruturação agora pretendida vem pôr em causa cerca de 7 mil postos de trabalho, os direitos e regalias dos trabalhadores e um valioso património público - acusam os sindicatos.

Solidariedade com Timor

Um debate sobre Timor decorreu sexta-feira passada, na Escola Secundária Ferreira Dias, no Cacém. Uma iniciativa promovida pela JCP/Sintra "tendo em conta o crescente interesse dos jovens" pela realidade que se vive em Timor-Leste, e que contou com a participação de Olímpio Branco, da Fretilin, António Pedro, do Conselho Português para a Paz e Cooperação, e José Cabral, da Amnistia Internacional.

Gramática de tetum

Cem exemplares de uma gramática de tetum - o dialecto mais comum em Timor-Leste - vão ser enviados para escolas timorenses, através da diocese de Dili. Uma iniciativa do projecto "Comunidades Étnicas e de Imigrantes do Município da Amadora". A gramática, da autoria do timorense Armindo Tilman, é a primeira obra do género em tetum. Não será entretanto lançada no circuito comercial, estando disponível no Espaço por Timor, em Lisboa. O livro tem como público-alvo, além dos timorenses residentes em Timor, os que se encontram em Portugal e vai ser distribuído nas escolas e bibliotecas do município da Amadora. A Câmara da Amadora pretende desta forma manifestar a sua solidariedade com o povo maubere. O projecto promove a 4 de Dezembro um seminário subordinado ao tema "Fazedores de opinião e a imagem do outro (povo imigrante)", com os apoios do Sindicato dos Jornalistas e do Centro de Informação e Divulgação Amílcar Cabral (CIDAC).

Iniciativa da JCP no Cacém

A Câmara Municipal de Sintra e o Ministério da Educação assinaram, no ano lectivo de 94/95, um protocolo que visava a construção imediata de seis pavilhões gimnodesportivos em seis escolas do concelho. Entre estas escolas contava-se a Escola Secundária Gama Barros, no Cacém, em que há já vários anos os estudantes vêm desenvolvendo uma luta pela construção de um gimnodesportivo. Agora o Ministério diz não ter verba para cumprir o protocolo e a Câmara, como sublinha a JCP/Sintra, em comunicado de imprensa, "demitiu-se do seu papel reivindicativo desta importante obra". Neste quadro, e no âmbito da *Campanha por uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade*, a JCP/Sintra decidiu tomar a iniciativa - que decorreu ontem - de *oferecer* um tijolo ao Presidente do Conselho Directivo da E.S. Gama Barros, "esperando que ele ajude este organismo a pressionar o Ministério da Educação na resolução do problema e na concretização do sonho dos milhares de estudantes que estudaram e estudam naquela escola". Para esta iniciativa, a JCP/Sintra contou com o total apoio da Associação de Estudantes da Escola.

Faro defende Regiões

A Assembleia Municipal de Faro aprovou - com os votos favoráveis dos eleitos pela CDU, PSD, PP e a abstenção dos eleitos do PS - uma moção apresentada pela CDU sobre regionalização. Na moção aprovada sublinha-se que a regionalização é factor de democratização "ao dotar de representatividade e legitimidade, resultante do voto popular periódico, as estruturas de poder a nível regional", favorecendo "o alargamento da democracia participativa" e permitindo "descentralizar e desburocratizar os serviços públicos". A moção do destaque ao facto de a regionalização poder "contribuir para o desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental, pela mobilização das capacidades e potencialidades regionais e a dinamização do investimento público, necessário à correcção das grandes disparidades inter e intra-regionais". Por fim, refere-se o largo apoio à criação da Região Administrativa do Algarve e reitera-se "a necessidade da sua rápida instituição".

Pontinha reclama de PIDDAC

A Pontinha conta hoje com cerca de 40.000 habitantes e é a segunda mais populosa freguesia do Concelho de Loures. Em documento sobre o PIDDAC - enviado ao Primeiro-Ministro, Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares - a Freguesia da Pontinha assinala, com particular preocupação, a não consideração de alguns investimentos fundamentais. O Pavilhão Desportivo na Escola Secundária - objecto de um Contrato-Programa celebrado em 14 de Setembro de 1995, e cuja construção se previa para 1995/96 - continua por construir. O Centro de Saúde da Pontinha - actualmente a funcionar apenas como Extensão de Saúde de Odivelas e num prédio de habitação, não foi igualmente contemplado no PIDDAC. O Quartel dos Bombeiros Voluntários a exigir a construção de um novo, é outra necessidade ignorada pela Administração Central. Tudo questões e grande importância para as populações desta zona que, no documento enviado - e subscrito por dezenas de associações e entidades locais - afirmam que não aceitarão passivamente a sua não inclusão no PIDDAC.

NACIONAL

Alentejo marginalizado OE ignora crise na região

O Orçamento do Estado para 1997 foi tema das audiências promovidas pelo MARD/Movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento com os diferentes grupos parlamentares da Assembleia da República - PS, PSD, PP, PCP e «Os Verdes».

Sublinhando que a discussão do Orçamento «não tem em conta a grave crise económica, social e demográfica, na região», o MARD apresentou aos grupos parlamentares 10 Propostas para a Regionalização e Desenvolvimento do Alentejo, aprovadas em assembleia do movimento, realizada em Estremoz em 28 de Setembro.

Foi igualmente apresentado um Conjunto de Projectos a serem considerados no Orçamento de Estado (OE) para 1997 e até 1999, «com previsíveis impactos no sistema produtivo, tecido empresarial e na

criação de emprego, sustentável e estável».

De entre os projectos propostos para o OE/97, destacam-se:

- Um orçamento adequado para o Empreendimento do Alqueva, assente no desenvolvimento simultâneo dos três subsistemas - Alqueva, Pedrógão e Ardila, e para o arranque de um conjunto de pequenos e médios regadios colectivos e a beneficiação das infra-estruturas hidráulicas de sistemas de rega já instalados e em exploração.

- Orçamentação de projectos de combate e prevenção às

fontes de poluição de rios e albufeiras, particularmente na bacia do Guadiana.

- Orçamentação para arranque de um programa de construção de uma rede de infra-estruturas de comercialização e de apoio às pequenas e médias explorações agrícolas alentejanas.

- Um programa na área das acessibilidades, com o objectivo de ultrapassar atrasos, alargar e conservar a rede viária.

Desenvolvimento turístico

Os municípios alentejanos que integram a Região de Turismo da Costa Azul (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines) «de há muito sentem que a sua Região de Turismo não corresponde

minimamente aos seus principais objectivos», afirma-se em comunicado de imprensa dos Presidentes das Câmaras destes municípios.

No comunicado sublinha-se que a Região de Turismo se tem limitado a apoios marginais e que «não é capaz de entender as potencialidades turísticas da parte alentejana da Costa Azul».

Neste quadro, os municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Santiado do Cacém e Sines decidiram integrar a Região de Turismo do Alentejo, propondo-se uma participação activa na criação dessa Região de Turismo e a realização urgente de uma reunião em Tróia com todas as estruturas de turismo do Alentejo, para avançar com as acções necessárias à sua instalação.

Leite espanhol para crianças portuguesas

O Ministério da Educação decidiu optar pela importação de leite espanhol, fazendo assim «a pedagogia dos produtos importados em detrimento da produção nacional» - denuncia a Confederação Nacional da Agricultura, CNA, em comunicado divulgado à Comunicação Social.

A CNA afirma que o «argumento» do Ministério da Educação (ME) de que a Lactogal não teria actividade industrial não tem qualquer fundamento, pois esta empresa assenta em duas Uniões de Cooperativas e uma Cooperativa Leiteira - Agros, Lacticoop e Proleite. Acresce que a empresa portuguesa tinha preços inferiores aos de Espanha e mesmo assim perdeu o concurso.

No documento à Imprensa refere-se as grandes dificuldades financeiras do Movimento Cooperativo leiteiro e dos produtores de leite, de que a principal razão é terem «que competir com as multinacionais do sector, algumas das quais são financiadas pelos respectivos governos, como é o caso dos governos de Espanha e França, para melhor poderem exportar os seus excedentes de leite».

A CNA denuncia que o ME «não só não teve em conta a produção nacional, assim como os dinheiros públicos, e nem sequer respeitou as mais elementares regras concorrenciais» e afirma que «tudo fará para que os meninos portugueses não cheguem a beber esse leite».



Comité Europeu denuncia maus tratos nas prisões portuguesas

Os maus tratos infligidos aos presos são uma prática frequente por parte da polícia portuguesa - esta uma conclusão do Comité europeu para a prevenção da tortura e das penas e tratos desumanos ou degradantes (CPT), em relatório divulgado a semana passada em Estrasburgo. Uma conclusão que as mortes suspeitas, recentemente ocorridas, envolvendo a PSP, vêm confirmar.

O Comité - organismo do Conselho da Europa, constituído por especialistas independentes - constatou, quando de visitas feitas sem aviso pré-

vio a esquadras e prisões portuguesas entre 14 e 26 de Maio, que "os maus tratos a pessoas presas em instalações da polícia eram um fenómeno relativamente banal".

As estatísticas relativas às queixas apresentadas por maus tratos da polícia, fornecidas pelas autoridades portuguesas, indicam ainda que não se registou qualquer melhoria da situação desde 1992, quando de uma anterior visita do CPT a Portugal. Muitas pessoas têm vindo a ser espancadas, nomeadamente com objectos de agressão (aliás, descobertos

pelo CPT em instalações policiais), nas esquadras portuguesas.

Factos actuais vêm ilustrar, de forma dramática, esta denúncia do Comité Europeu.

Na madrugada de segunda-feira um jovem de 17 anos, toxicodependente, foi abatido a tiro por um agente da PSP de Almada, no quadro de uma perseguição policial após o furto de um auto-rádio.

Uma morte que se sucede a outros casos suspeitos, como o de um toxicodependente, preso em Lisboa, que acabou por morrer em Caxias, havendo

suspeita de ter sido espancado pela polícia. Ou o processo, por esclarecer, relativo à morte de um jovem, cujo corpo foi encontrado a boiar no Tejo, no mês passado, tendo sido visto pela última vez a entrar num carro da PSP de Almada.

Situações que levaram a Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso (APAR) - com múltiplos exemplos de casos de agressão e espancamentos em esquadras e estabelecimentos prisionais - a apresentar denúncia ao procurador-geral da República e ao ministro da Justiça.

UNIÃO EUROPEIA

Quotas televisivas: o «não» do Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu, na última sessão plenária, decorrida em Estrasburgo na semana passada, não conseguiu a maioria necessária por forma a introduzir na directiva sobre radiodifusão televisiva o carácter juridicamente vinculativo das quotas de difusão de programas europeus. Apesar de ter obtido 291 votos a favor (contra 170, uma diferença de 120!), estes não foram suficientes para alterar a posição comum do Conselho, que estipula que os Estados-membros devem reservar uma proporção maioritária do tempo de difusão à emissão de obras europeias «sempre que tal se revele exequível». «As cadeias comerciais do tipo "berlusconiano" podem dizer obrigado ao poderoso lobby de Hollywood», afirmou a comunista francesa Aline Paillet.

O desenlace deste processo é fruto da aplicação do princípio da co-decisão, que é uma fórmula airosa encontrada para envolver o Parlamento Europeu na elaboração de directivas e decisões. Ou seja, procurar garantir uma maior democraticidade na elaboração de decisões comunitárias que afectarão os cidadãos da UE, através do envolvimento directo dos representantes desses cidadãos no processo.

Acontece que, além de nem todas as decisões serem submetidas ao referido processo (ou seja, os deputados não são vistos nem achados), quando tal acontece, para alterar qualquer posição do Conselho é necessária a maioria qualificada dos votos (50%+1 dos membros), não sendo suficiente a maioria simples. Se tivermos em

conta este caso das quotas (que é um entre muitos exemplos) lá se vai a democraticidade na tomada de decisões...

Acabou por ter o resultado perverso de uma proposta, defendida por uma maioria clara de deputados - 291 contra 170 -, ser rejeitada. O grau de perversidade aumenta quando se sabe que, à semelhança do que quase sempre acontece, na votação participaram 476 dos 626 deputados. A primeira leitura efectuada pelo PE sobre a posição comum do Conselho decorreu na sessão de Fevereiro, onde foi apresentada e aprovada uma proposta que estabelecia o carácter vinculativo das quotas. Entretanto, apesar de ter aceite algumas das sugestões do PE, o Conselho, nesta segunda proposta, ficou muito aquém do preten-

dido pelos deputados. Assim, muitas das alterações voltaram a ser apresentadas, tendo o parlamento o cuidado de moderar algumas das modificações por forma a obter um consenso o mais alargado possível. Refira-se que, além da Comissão de Cultura do PE, a própria Comissão Executiva manifestou o seu agrado pelas alterações introduzidas.

No entanto, apesar de ter introduzido uma maior flexibilidade inclusive nas propostas sobre quotas (incluindo as chamadas «emissões de plateau» - concursos, etc. - no seu cálculo), a Comissão da Cultura não abdicou da posição em relação às quotas, defendendo que estas deveriam ser garantidas «através de meios juridicamente eficazes». «Se não, não faz sentido continuarmos a chamar "directiva" a este texto», afirmou Luciana Castellina, deputada italiana do Grupo da Esquerda Unitária Europeia e presidente da Comissão da Cultura.

Desde o início que a discussão deste tema provocou a mobilização e intervenção de poderosos lobbys, nomeadamente os proprietários de cadeias comerciais (que preferem comprar programas de ficção americanas a preços baixos, em detrimento da produção europeia) e as «majors» de Hollywood (o défice de trocas audiovisuais da UE com os Estados Unidos atinge os 6,2 biliões de dólares). «De todos aqueles», no dizer de Luciana Castellina,

«que não se preocupam em garantir a sobrevivência da produção europeia num mercado global que não preserva nenhuma diversidade e recompensa apenas as produções que fazem parte do oligopólio mundial.» A actividade lobbista atingiu tais proporções que os deputados receberam um incentivo a votar contra as quotas da parte do ministro para os audiovisuais ingleses!

Foi ainda rejeitada uma proposta que pretendia proibir as «deslo-

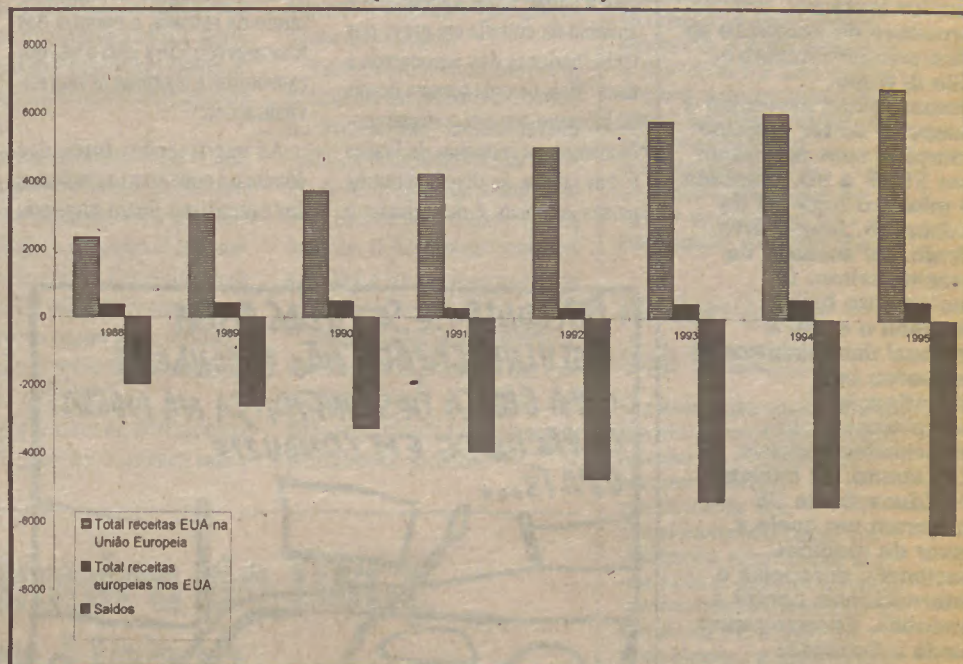
calizações televisivas», que permite a grupos audiovisuais «piratas» instalarem os seus emissores em países menos regulamentados e orientá-los para Estados vizinhos à revelia, por exemplo, de normas de regulamentação de publicidade e protecção de menores aí em vigor.

Apesar do desenlace negativo, a posição comum sofreu algumas alterações importantes, nomeadamente no que se refere à protecção dos menores e à restrição dos direitos

exclusivos de transmissão de grandes acontecimentos desportivos. Assim, eventos como os Jogos Olímpicos ou o campeonato do mundo de futebol não poderão ser objecto de direitos exclusivos de retransmissão, por forma a assegurar o livre acesso do grande público. Quanto à protecção de menores foi aprovada a codificação de todas as emissões televisivas por forma a viabilizar a introdução de um «dispositivo antiviolência» nos televisores, à semelhança do v-chip americano.

Estimativas do saldo financeiro das trocas audiovisuais entre os EUA e a Europa (1988-1995)

(em milhões de dólares)



Fonte: Observatório Europeu do Audiovisual

Escravatura branca na União Europeia

A Comissão Europeia vai propor aos Estados-membros da UE que revejam várias políticas nacionais a fim de facilitar o combate a «mafia» da escravatura branca, anunciou a semana passada em Bruxelas a comissária do pelouro, Anita Gradin.

O tráfico de mulheres para fins sexuais, «lucrativo e em expansão», segundo a comissária, foi o tema de uma comunicação adoptada dia 20 em colégio de comissários, sendo dirigida ao Parlamento e ao Conselho de Ministros da União Europeia.

«É uma actividade mais segura que o tráfico de droga: é raro que as vítimas testemunhem e as raras sentenças são leves», indicou a comissária, sublinhando que «até agora, os políticos têm-se limitado a esconder o problema».

De acordo com informações veiculadas pela Lusa, as propostas de Anita Gradin

visam alterar as políticas nacionais nos domínios policial, judicial, social, de imigração e de cooperação com países terceiros com vista ao combate de «um comércio odioso e humilhante».

As propostas incluem a concessão de autorizações temporárias de residência às mulheres oriundas de países terceiros sexualmente exploradas no espaço comunitário, para que possam testemunhar contra os raros traficantes levados a tribunal. A comissária defende ainda a aplicação de penas pesadas contra os traficantes - membros do crime organizado -, e a implementação de instrumentos de assistência social às vítimas e de reabilitação pelo emprego, bem como linhas de crédito específicas, destinadas ao financiamento das acções realizadas pelas ONG e pela sociedade civil fora da UE.

União Europeia no combate à pedofilia

A Comissão Europeia está determinada a tomar parte activa na luta contra o abuso sexual das crianças - garante a comissária Anita Gradin, em resposta a uma questão do eurodeputado Sérgio Ribeiro sobre o que está a ser feito para combater a pedofilia e as redes de tráfico e crime contra crianças.

A comissária, que considera a exploração sexual como «uma manifestação particularmente horrorosa de violência contra as crianças», afirma que a questão

passou a fazer parte da agenda política em consequência dos trágicos acontecimentos recentes na Bélgica e do congresso mundial contra exploração sexual das crianças em Estocolmo, em finais de Agosto último.

Após a divulgação, em finais de Setembro, de um memorando em que descreve globalmente as várias acções tomadas ou planeadas para o combate do abuso sexual das crianças, a Comissão apresentou, em Outubro, uma comunicação sobre conteúdos ilegais na Internet e um livro verde sobre a protecção dos menores no sector audiovisual.

Segundo a comissária, a Comissão deverá fazer em breve uma comunicação sobre o problema específico do turismo sexual, esperando-se que também o Conselho tome decisões quanto ao estabelecimento de um programa de acção multi-anual para aumentar a cooperação na luta contra o tráfico e o abuso sexual de crianças.

Este programa, afirma Anita Gradin, providenciará fundos para pesquisa, programas de intercâmbio e formação. Presentemente está a ser discutido no Conselho uma acção conjunta para uma cooperação judicial mais estreita entre os Estados-membros na área do tráfico de seres humanos e da exploração sexual das crianças.

Quanto à elaboração de listas de pedófilos envolvidos em redes, considera a Comissão que tal é da «exclusiva competência penal dos Estados-membros», embora a nível internacional a Interpol disponha já de informações sobre os réus condenados por crimes de pedofilia.

A comissária admite que possam ser disponibilizadas ajudas financeiras a acções destinadas a assistir crianças, mas «as somas disponíveis dependerão da distribuição do orçamento do próximo ano».

Solidariedade com sindicalista indonésio

A Holanda pediu à presidência da União Europeia (UE) que efectue uma iniciativa comum junto de Jacarta para protestar contra a condenação do líder sindicalista indonésio Mochtar Pakpahan.

Num comunicado divulgado no passado dia 20 pelo Ministério dos Negócios

Estrangeiros, o governo holandês sublinha que pediu à Europa para acordar «o mais breve possível» esta iniciativa comum.

O comunicado, citado pela agência Lusa, precisa que se a UE der o seu acordo, «como se prevê», a proposta de Haia, a iniciativa europeia será transmitida às autoridades

indonésias pelo embaixador holandês em Jacarta.

O Ministério acrescenta que estudará ao mesmo tempo outras possibilidades de apoio ao líder sindicalista condenado.

Mochtar Pakpahan, jurista formado nos Estados Unidos, foi condenado em Novembro de 1994 a três anos de prisão

por «incitação». Em Janeiro de 1995, a sentença foi agravada para quatro anos, depois anulada em Abril e confirmada a semana passada.

Fundador e animador do sindicalismo independente, ilegal na Indonésia, Pakpahan foi em Agosto passado um dos primeiros a ser detido após os motins em Jacarta.

Mais armas na Bósnia

A Federação Croato-Muçulmana recebeu na quinta-feira passada um carregamento de armas e equipamento militar no valor de 100 milhões de dólares, no âmbito do programa norte-americano de ajuda militar. Nas palavras do enviado dos EUA, este material constitui «um passo decisivo» para o reforço das forças militares croato-muçulmanas.

Pedofilia na Bélgica

Na Bélgica, os casos de pedofilia recentemente descobertos continuam na ordem no dia, chegando as investigações aos mais altos cargos do país. O Supremo Tribunal de Justiça instaurou um processo de acusação ao vice-primeiro-ministro, Elio di Rupo, homossexual assumido e suspeito de ter mantido relações com um menor em 1989 e 90. Também o ministro regional de Educação, Jean-Pierre Grafé, foi acusado do mesmo crime. O parlamento belga recusou o envio a tribunal dos ministros e requereu uma investigação complementar às autoridades policiais. Entretanto, os ministros da Educação da UE lançaram um apelo a favor de medidas nacionais, europeias e internacionais contra a pedofilia. Encarregaram ainda a Comissão Europeia de realizar rapidamente um estudo sobre os melhores programas aplicados nos Estados membros em matéria de luta nas escolas contra este problema.

Financiamento ilegal de Ieltsin

Está em marcha um inquérito sobre alegados desvios de fundos públicos para o financiamento da campanha eleitoral de Bóris Ieltsin. O chefe da administração presidencial, Anatoly Tchubais, o vice-primeiro-ministro, Viktor Iliushin, e o antigo chefe da segurança de Ieltsin, Alexander Korzakov, são algumas das pessoas que serão ouvidas no processo. O escândalo estalou em Junho quando dois responsáveis da campanha eleitoral do presidente foram detidos ao tentarem sair da sede do governo com 538 mil dólares. Os dois homens foram libertados horas depois e não foram alvo de qualquer acusação.

Geórgia à beira da guerra

Num claro desafio às autoridades da Geórgia, os independentistas da Abkházia organizaram eleições legislativas. A Abkházia proclamou a sua independência em 1992, embora a Geórgia nunca tal tenha reconhecido.

A luta de classes na ordem do dia

Uma verdadeira vaga de lutas reivindicativas e protestos contra as políticas neoliberais assola vários países do mundo. Para os que se desdobraram nos últimos anos na defesa das teses do «fim da história», do «fim da luta de massas», do triunfo sem contestação do capitalismo, estes devem ser tempos de perplexidade. Para os trabalhadores de todo o mundo nem tanto. O capitalismo e o imperialismo, travestidos ou não de «economia de mercado», não servem os interesses dos trabalhadores e dos povos, pelo que há que combater as políticas que pretendem impor e defender alternativas. A luta de classes, na multiplicidade de formas que pode assumir, está na ordem do dia.

França

À hora do fecho da nossa edição continuava o braço-de-ferro entre camionistas franceses e Governo, com a tensão social a subir após o anúncio da entrada em greve dos trabalhadores dos autocarros e táxis. Mais de uma semana depois do bloqueio que está a afectar profundamente a economia da França e, por tabela, de diversos outros países europeus, é de assinalar o

crescente apoio da população francesa às reivindicações dos camionistas: pagamento integral das horas de serviço, aumentos salariais, reforma aos 55 anos. Segundo uma sondagem divulgada no início da semana, a maioria dos franceses considera justa a luta dos camionistas e legítimas as suas reivindicações.

As negociações iniciadas domingo à noite com os sindicatos dos camionistas foram suspensas

segunda-feira de manhã devido a ausência de acordo. O recomeço do diálogo, ao fim do dia, não teve melhores resultados. A intransigência por parte do patronato levou os sindicatos a apelarem à «continuação e ampliação da acção» de luta.

Segundo os sindicatos, não foi dada qualquer satisfação às reivindicações dos grevistas; pelo contrário, verificou-se algum recuo.

O mediador nomeado pelo governo para tentar regularizar o conflito, que vai na segunda semana, confirmou por seu turno a suspensão das negociações considerando no entanto que elas permitiram um «exame aprofundado» de

gem levantada pelos camionistas em greve impedia a circulação em duas das três vias.

Croácia

«Vejam o que se passa em Zagreb. Eles querem o regresso do comunismo, mas nós não o permitiremos» - as palavras, segundo o diário croata "Novi List", foram proferidas pelo presidente Franjo Tudjman, em Washington, em insólito comentário à manifestação de dezenas de milhar de pessoas, na passada quinta-feira, contra a supressão da mais popular rádio croata, a «Radio 101».

sobre o delito de imprensa, segundo a qual os jornalistas incorrem numa pena de um a três anos de prisão.

Itália

Dezenas de milhar de trabalhadores dos sectores da mecânica e metalurgia em greve e vindos de toda a Itália manifestaram-se na passada sexta-feira em Roma por aumentos salariais e renovação da sua convenção colectiva de trabalho.

Para a jornada de luta, convocada pelas três grandes confederações sindicais (CGIL, CISL e



Milhares de trabalhadores estão em luta em todo o mundo pela defesa dos seus direitos

vários pontos como é o caso dos horários de trabalho, remunerações ou circulação dos pesados ao domingo.

Os motoristas de camião bloqueavam segunda-feira de manhã, através de barragens, os cinco postos fronteiriços na direcção da Alemanha, desde Lauterbourg até Estrasburgo, impedindo completamente a passagem da fronteira a pesados no nordeste da França.

Os postos fronteiriços de Lauterbourg, Beinhem, Roppenheim, Gamsheim e Estrasburgo só deixavam passar viaturas particulares.

Entretanto, no sul de Estrasburgo e no Alto-Reno, a circulação continuava livre em direcção à Alemanha e Suíça.

O mesmo não se pode dizer da auto-estrada do norte, no sentido província-Paris, onde uma barra-

A manifestação constituiu um importante protesto contra a decisão do Conselho das Telecomunicações de recusar a licença de difusão à «Radio 101», em que participaram diversos dirigentes da oposição, personalidades do mundo do espectáculo e representantes de diversas associações, apelando à «luta pelo restabelecimento da liberdade de imprensa e das liberdades em geral na Croácia».

O movimento provocou um recuo na tomada de posição do Conselho das Telecomunicações, que anunciou entretanto um novo concurso para a concessão das licenças de rádio.

As autoridades de Zagreb, com visíveis dificuldades em coexistir com as liberdades democráticas, têm vindo a endurecer as suas posições face aos críticos. Recentemente foi aprovada uma lei

UIL) foram fretados vinte e cinco comboios e 1700 autocarros, segundo a France Press, que garantiram o transporte dos manifestantes até à capital italiana. Na iniciativa participou o secretário-geral do PDS (Partido da Esquerda Democrática), Massimo D'Alema, que defendeu o direito dos trabalhadores «a um contrato nacional de trabalho». A jornada teve igualmente o apoio do Partido da Refundação Comunista.

As negociações com o patronato estão bloqueadas há várias semanas, centrando-se o desacordo em particular nas questões salariais. Os sindicatos começaram por exigir um aumento de 262.000 liras por mês (cerca de 174 dólares), descendo depois as suas reivindicações para 230.000 liras (cerca de 153 dólares). O patronato afirmou-se disposto a aceitar um aumento de 120.000 liras (cerca de 80 dólares), o que foi rejeitado.

A manter-se a intransigência patronal, as centrais sindicais ameaçam com uma greve nacional de solidariedade de quatro horas nos sectores da indústria e dos transportes no próximo dia 13 de Dezembro.

Os trabalhadores dos transportes públicos de Roma e os controladores aéreos fizeram igualmente greve no dia 22. No primeiro caso, estão em causa reivindicações relacionadas com as categorias profissionais; no segundo, a luta é contra a privatização da ENAV, o organismo público de que dependem os controladores aéreos.

Panamá

Uma greve dos controladores aéreos paralisou dia 19 o principal aeroporto internacional do Panamá, Tocumen. Os trabalhadores exigem aumentos de salários e a



Palestina

Bloqueio israelita paralisa economia

«Por causa do bloqueio (israelita), as nossas perdas elevam-se a mais de sete milhões de dólares por dia (...), o nível da produção económica diminuiu mais de 50 por cento (...) e o desemprego atingiu nestes últimos meses 63 por cento da população activa na faixa de Gaza e 45 por cento na Margem Ocidental» - afirmou o presidente da autoridade palestina, Yasser Arafat, ao apelar, a semana passada, em Paris, à comunidade internacional para que contribua «o mais rapidamente possível» com 845 milhões de dólares em 1997 para os territórios autónomos.

Arafat falava aos países e organizações internacionais doadores, que reuniram na capital francesa para analisar as necessidades da economia palestina e aprovaram o montante de 845 milhões de dólares a disponibilizar para as autoridades palestinas. Na ocasião, o dirigente palestino alertou para «os efeitos muito graves», nos planos financeiro e humano, do bloqueio dos territórios por Israel desde Fevereiro último.

Arafat, segundo a Lusa, acusou também Israel de torpedear «de várias formas» o acordo económico palestino-israelita assinado em Paris há dois anos e meio e que rege as relações entre os territórios e Israel.

Pormenorizando o programa de investimentos, preparado em coordenação com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI),

Arafat sublinhou que mais de metade (54 por cento) do montante de 854 milhões de dólares - que faz parte de um programa de investimentos de 1,32 mil milhões de dólares para o período de 1995-1998 - será consagrado às infra-estruturas, 34 por cento aos sectores sociais e 16 por cento ao sector privado.

Colonatos

O ministro das Infra-estruturas Nacionais de Israel ordenou a construção de 900 novas habitações nos colonatos dos montes Golã, em 1997.

Contudo, o jornal independente «Yediot Ahronot» noticiou que os fogos serão localizados em três novos colonatos a implantar naquela zona com a autorização de Benjamin Netanyahu. As obras terão início em Maio.

Até ao ano 2000, segundo o jornal, o governo prevê a criação de um novo colonato com 2500 habitações. Se tal acontecer, o número de colonos nos Golãs passará, nos próximos quatro anos, de 14 mil para 25 mil.

O referido jornal refere ainda que o governo decidiu apresentar estas construções como uma extensão dos colonatos, «por razões políticas», embora estas sejam construídas longe dos já existentes.

INTERNACIONAL



O cerco a Paris aperta-se. Na segunda semana de bloqueio e na ausência de um acordo, contando cada vez com maior apoio popular, os camionistas franceses dão expressão à contestação social que abala a França

aprovação de legislação que regulamente a profissão.

Segundo notícias veiculadas pela EFE, o director da Aeronáutica Civil do Panamá, Eustacio Fábrega, ameaçou os funcionários desta dependência estatal de despedimento caso não se apresentassem ao trabalho «sem justificação». Entretanto, os restantes aeródromos panamianos utilizados nos voos internos foram classificados de «aeroporos sem controlo», o que significa que os aviões passam a descolar e aterrar à vontade do piloto através de



Cerca de 200.000 funcionários públicos manifestam-se em Madrid contra a decisão do Governo de Aznar de congelar os salários em 1997

«manobras à vista» e usando uma frequência de rádio própria para estas emergências.

Bolívia

Cerca de trezentos trabalhadores bolivianos cumpriam na passada quinta-feira uma greve de fome, no quarto dia consecutivo de protestos contra a reforma do sistema de pensões proposta pelo Governo.

O ministro do Interior, Carlos Sanchez Berzaín, citado pela EFE, tentou desdramatizar a situação, negando que o incremento de manifestações, protestos e paralisações de trabalhadores, a que se juntaram os reformados, significasse um aumento da tensão social. No entanto, as lutas estão a espalhar-se a todos os sectores, incluindo os médicos, que levaram a cabo uma inédita greve de «avatais brancos», enquanto a Central Operária Boliviana (COB) denunciou que o governo está a pôr em prática uma «ditadura civil».

Sanchez Berzaín atribui a responsabilidade dos protestos a «reduzidos grupos sindicalistas que não querem perder privilégios», alegadamente obtidos com o controlo dos fundos de pensões.

Na verdade, trabalhadores e reformados protestam contra a intenção do governo de substituir o actual sistema de distribuição solidária dos referidos fundos por um sistema privado de acumula-

ção individual, que inclui a expropriação de cerca de trinta fundos de pensões de trabalhadores em favor de duas Administradoras de Fundos de Pensões.

O projecto do governo, já aprovado no Senado, tem de passar ainda no Congresso, onde a correlação de forças lhe é desfavorável. O Movimento Bolívia Livre (MBL) e a Unidade Cívica Solidária (UCS), que integram a coligação governamental e cujos votos são indispensáveis para a aprovação da reforma, discordam do projecto governamental.

A COB apelou entretanto aos seus filiados para manifestações de rua e paralisações graduais, o que levou já à mobilização dos trabalhadores de saúde, professores e universitários, não estando excluída a possibilidade de uma greve geral.

Espanha

Cerca de nove mil mineiros, entre os quais 1500 portugueses, das diversas bacias leonesas regressaram ao trabalho dia 22, após mais de uma semana de luta contra as medidas governamentais para o sector, aceitando as tréguas propostas pelos sindicatos depois do Governo ter recuado nas medidas anunciadas e ter aceite dialogar.

O executivo espanhol manterá para já os subsídios oficiais e dispõe-se a negociar o futuro do sector, sem condições nem prazos previamente estabelecidos.

O Vice-Primeiro-Ministro, Francisco Alvarez Cascos, vai coordenar uma comissão governamental que elaborará uma nova política para o sector e adoptará iniciativas e planos alternativos para as minas que forem fechadas por falta de competitividade.

Confrontado com a mobilização dos mineiros, o Governo de José Maria Aznar parece agora aceitar a necessidade de reequacionar a questão mineira, não apenas de uma perspectiva meramente económica, mas tendo em consideração as suas implicações

sociais e políticas.

Entretanto, na sexta-feira, foi a vez de 200 mil funcionários públicos (mais de cem mil segundo as autoridades) marcharem sobre Madrid, numa manifestação de protesto contra o congelamento salarial para 1997.

O dirigente de Comisiones Obreras, José Maria Fidalgo, anunciou que as CCOO apoiarão qualquer medida de pressão que adoptem os representantes sindicais do funcionalismo público, «incluindo a greve geral».

Se o Governo se mantiver inflexível e não aumentar os salários, a greve geral será uma realidade na segunda semana de Dezembro.

Nas últimas semanas, os mais de dois milhões de funcionários públicos espanhóis participaram em diversas acções escalonadas por regiões e sectores, mas o Governo persiste na sua decisão de não aumentar os salários nem manifesta abertura a qualquer tipo de diálogo.

As acções de protesto foram convocadas por todos os sindicatos com a participação de funcionários de todas as áreas, incluindo polícias, bombeiros, funcionários municipais e professores, entre outros.

A manifestação da semana passada provocou o colapso total na circulação em Madrid. Um sucesso que deixa antever forte participação na eventualidade de uma greve geral, e que levou já os dirigentes sindicais a anunciar que as mobilizações se prolongarão por 1997, se o Governo não recuar na decisão de não aumentar os salários.

A cedência do Governo após as manifestações dos mineiros de carvão é igualmente um incentivo à luta, tendo os sindicatos advertido que podem radicalizar as suas mobilizações contra o que consideram uma decisão «injusta e não solidária».

Os sindicatos reúnem-se hoje de novo para decidir a nova estratégia a seguir.

O congelamento salarial para 1997 - com que o executivo do Partido Popular pretende ganhar cerca de 250 milhões de contos - foi decidido pelo Governo sem qualquer diálogo com os sindicatos, e está incluído no Projecto de Orçamento Geral do Estado para 1997 já aprovado em primeira votação pelo Congresso de Deputados, onde regressará no final de Dezembro para aprovação final, após votação no Senado.

Entretanto, o Governo Autónomo Basco e algumas Câmaras já decidiram aumentar os salários dos seus funcionários, o que levou o Governo central a ameaçar que recorrerá aos tribunais contra tais decisões, dado que apenas o executivo tem competência nesta matéria.

Illegalidades judiciais na Alemanha

O Tribunal Constitucional da República Federal da Alemanha confirmou as penas de prisão contra antigos dirigentes políticos da RDA. Esta medida é tomada à luz de instituições que já não existem e legislação ultrapassada.

O Tribunal Constitucional da RFA decidiu recentemente que o antigo ministro da Defesa da República Democrática da Alemanha, Heins Kessler, o adjunto deste, Fritz Streletz, e o primeiro secretário do SED do distrito de Suhl, Hans Albrecht, que tinham sido condenados a prisão e entretanto libertados, têm de cumprir as suas penas.

Com esta decisão, o tribunal anula o recurso constitucional contra as condenações por alegada responsabilidade nas mortes de pessoas que tentavam fugir da RDA.

Quanto às razões dadas no julgamento, o tribunal, na sua primeira decisão, referiu a lei actual que proíbe a aplicação de leis antigas como dita a Constituição da RFA. Os juízes alegaram que a protecção contra actos retroactivos não se aplica a acções ocorridas na antiga RDA.

Agora, além de desrespeitar esta legislação, o tribunal está a

violar a Convenção Europeia de Protecção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais e a Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, que garantem o princípio de protecção contra a aplicação de retroactivos legais.

Também o tratado de unificação entre os dois Estados especifica que as questões criminais ocorridas na RDA devem ser tratadas segundo a legislação em vigor na época naquele país.

Por seu lado, Hans Modrow, presidente honorário do Partido do Socialismo Democrático (PDS), teve de se apresentar novamente no tribunal, de acordo com a decisão da polícia judiciária da Saxónia. O julgamento começará amanhã e irá prolongar-se até meados de Dezembro.

Num comunicado enviado ao Avante, o PDS considera que este acontecimento é «a mais recente farsa legal levada a cabo contra o presidente do partido».

Cimeira da OSCE em Lisboa

Nas vésperas de mais uma cimeira da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, a realizar dias 2 e 3 de Dezembro em Lisboa, Flavio Cotti, presidente em exercício da instituição, criticou a forma como as acções da organização decorrem no terreno, exigindo uma divisão de trabalho entre as diversas organizações.

Devido a uma «dramática escassez de meios», nomeadamente financeiras, as coisas não correm como seria previsível. Nas missões de observação de eleições as diferentes instituições chegam a emitir avaliações divergentes dos resultados. Tal aconteceu na Bielorrússia e na Albânia.

Por outro lado, de acordo com Cotti, existe o perigo das dez missões actuais de larga dimensão da OSCE se converterem em acções de uma «instituição rígida e burocrática» e se prolonguem de uma forma rotineira cada seis meses. A Croácia, a Estónia, a Moldávia, o Tadjiquistão e o Uzbequistão foram os exemplos apontados.

A Bósnia, por exemplo, «mostrou os limites e insuficiências» da organização. Numa alusão aos conflitos com o chefe da missão da OSCE na região, o norte-americano Robert Frowick, o presidente em exercício afirmou que «é preciso definir com precisão as responsabilidades e competências de cada representante».

Em conferência de imprensa, Flavio Cotti considerou que a rotação anual da presidência da organização pelos 55 países membros prejudica a continuidade da direcção e o controlo da OSCE e defendeu o reforço do secretário-geral.

Estas e outras questões serão abordadas na reunião de Lisboa. Yasser Arafat é um dos prováveis convidados, vindo neste acontecimento uma oportunidade para concentrar sobre o Governo israelita as pressões internacionais.

Actualmente as negociações sobre o processo de paz do Médio Oriente estão praticamente paradas. «Infelizmente, os israelitas atrasam propositadamente as conversações e em cada novo encontro apresentam novas condições, a fim de evitar a implementação do acordo», afirmou o líder palestino recentemente.

A OSCE, fundada em 1975 inicialmente com o nome de Conferência de Segurança e Cooperação na Europa, compreende três secções principais: um primeiro sector para as questões relacionadas com a segurança; um segundo para a cooperação económica, científica, tecnológica e ambiental; e um último para a dimensão humana.

Na reunião de Lisboa serão submetidas à apreciação dos participantes uma proposta sobre o Modelo de Segurança Comum e Abrangente para o Século XXI e o resultado do Fórum de Segurança.

Consequências: uma guerra que provocou cerca de sete mil vítimas, 270 mil refugiados e a imposição de um bloqueio económico por parte da Geórgia.

«O antigo parlamento foi eleito em 1991 e as eleições já foram adiadas uma vez. Deixar a nossa República sem parlamento seria um erro grave», declarou Vazha Sarandia, um dos 84 candidatos aos 35 lugares existentes. Todos eles fizeram campanha sem o apoio de qualquer partido. Numa altura em que as negociações entre as autoridades georgianas e os abkhazes estão bloqueadas desde 1994 devido à questão do futuro estatuto da República e do regresso dos refugiados, muitos observadores consideram que estas eleições podem provocar o recomeço das hostilidades. Ao mesmo tempo que decorria o acto eleitoral, o governo da Geórgia organizou um referendo junto aos refugiados, em diversas cidades europeias, com o objectivo de saber se estes apoiam ou não a realização das eleições.

Bielorrússia sob tensão

O referendo realizado no domingo na Bielorrússia abalou as relações já tensas entre o parlamento e o presidente do país. Os eleitores pronunciaram-se sobre sete questões, nomeadamente sobre a extinção do cargo de presidente, a supressão da pena de morte, a livre compra e venda de terra, a realização de eleições locais e a utilização de fundos orçamentais especiais pelo presidente sem controlo parlamentar. O presidente, Alexander Lukachenko, depois de aceitar que o referendo teria um valor consultivo e não obrigatório, reviu a sua posição e recuou. «O que o povo decidir terá força de lei na república e o garante disso será o presidente», afirmou numa entrevista à Interfax, citada pela Lusa.

Por seu lado, os deputados do parlamento decidiram suspender a sessão visto não terem conseguido chegar a uma posição comum acerca do acordo com Lukachenko.

Cessar-fogo à vista no Ulster

John Major está a estudar várias propostas de um segundo cessar-fogo do IRA, enviadas pelo líder do Sinn Féin, Gerry Adams. Um porta-voz de Downing Street, a residência oficial do primeiro-ministro britânico, anunciou que o governo está «em contacto com políticos dos partidos constitucionais da Irlanda do Norte», mas a sua posição continua a ser de que as condições para um cessar-fogo sejam «aceitáveis e inequívocas». Fontes políticas em Belfast sugeriram que Major se pronuncie hoje sobre a questão.

CONGRESSO PCP

PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

Apoio aos delegados

O Porto, que mais uma vez acolhe a realização de um Congresso do PCP, dá as boas vindas aos delegados e, através do «Avante!», presta algumas informações que poderão vir a ser úteis para a sua estadia.

Alojamento

Os delegados que solicitarem dormida vão receber por carta informações sobre o alojamento bem como sobre os meios de transporte.

É-lhes sugerido que contactem telefonicamente e o mais cedo possível o(a) camarada da casa onde vai ficar alojado.

Entretanto, no **Palácio de Cristal**, junto à entrada dos delegados, funcionará um serviço de atendimento para esclarecimentos suplementares.

Por outro lado, **fora do horário do Congresso** funcionarão em concelhos vizinhos da cidade do Porto, em alguns Centros de Trabalho, grupos de apoio e encaminhamento aos delegados:

- no CT de Vila Nova de Gaia – para os delegados do Alentejo
Av. da República, 664 – telefone: 39 43 45
- no CT de Matosinhos – para os delegados do Algarve, Açores, Madeira e Emigração
Rua Nuno Álvares Pereira, 35 – telefone: 937 57 73

Refeições e bares de apoio a delegados

As refeições (almoço e jantar de 6ª feira e sábado) serão servidas na Cantina Universitária (edifício da Reitoria situado junto ao Palácio de Cristal) pelo preço de 600\$00.

A ementa é a seguinte:

	6ª feira, 6/12	Sábado, 7/12
Almoço	Perna de porco assada ou pescada grelhada	Frango assado ou badejo cozido com todos
Jantar	Carne estufada ou peixe espada frito	Rojões à moda do Minho ou pescada grelhada

Podes adquirir, desde já, as tuas senhas através da tua Direcção Regional, uma vez que já lhe foram endereçados os respectivos talões de refeição.

No Congresso, no andar inferior do recinto, funcionarão dois bares de apoio aos delegados.



- no CT de S. Mamede de Infesta (Matosinhos)
Rua da Estação, 22 – telefone: 901 42 86

- no CT de Rio Tinto/Ponte (Gondomar) – para os delegados de Coimbra, Santarém e Leiria
Trav. da Ponte, 132 – cave – telefone: 489 53 16

- no CT da Areosa (Maia) – para os delegados de Castelo Branco, Guarda e Viseu
Rua Plácido Abreu, 70 – telefone: 902 40 87

- no CT de Ermesinde (Valongo) – para os delegados de Bragança e Vila Real
Rua da Índia, 228 – telefone: 971 58 85

NB – Os camaradas de Lisboa ficarão alojados na cidade do Porto e o seu apoio funcionará no Palácio. Os camaradas de Setúbal ficarão em Vila Nova de Gaia em alojamento colectivo com transporte assegurado.

Depósito de bagagens e Módulos STCP pré-comprados – funcionarão no mesmo local de apoio ao S. Alojamentos.

Ir ao Congresso

Dentro de uma semana, às 11 horas da manhã de sexta-feira, 6 de Dezembro, abrem os trabalhos do XV Congresso. Vai ser mais uma vez no Porto, no Palácio de Cristal, que já viu ali realizarem-se dois congressos do PCP, o X, em 1983, e o XII, em 1988.

Os delegados, aprovados os órgãos do Congresso e o respectivo horário de funcionamento - que se prevê durarem até ao fim da manhã de domingo - irão apreciar as propostas que o Comité Central do Partido,

após um amplo debate realizado em todas as organizações, apresentará em Congresso e, finalmente, irão eleger o novo CC.

Mas a preparação do Congresso não se resume a debates e propostas. Mais uma vez, os comunistas do Porto têm um papel destacado na sua organização e funcionamento, assegurando a recepção e apoio aos cerca de dois milhares de delegados, com a calorosa e fraternal hospitalidade de sempre.

Assim, não são apenas as vastas instalações do Pavilhão onde os trabalhos vão ter lugar - com os diversos serviços de apoio que ali se organizam - que constituem a ajuda dos militantes e amigos do Porto. A própria cidade, com as indicações de direcção para facilitar o acesso ao local do Congresso, terá as marcas do trabalho da organização. E os delegados contarão com a hospitalidade, em casa de camaradas e amigos, no Porto e concelhos em redor.

Divulgamos hoje o horário a propor ao Congresso e informações sobre os acessos e apoios aos delegados. Nos próximos dias 6, 7 e 8 de Dezembro tudo estará a postos para a grande jornada comunista que será o XV Congresso do PCP.

Horário de funcionamento

(Proposta)

O Congresso, cuja abertura terá início às 11 horas de sexta-feira, 6 de Dezembro, apreciará e votará a seguinte proposta de horário de funcionamento:

De 6/12/96	
1ª Sessão	
– Abertura do Congresso	11.00 H
– Intervalo para Almoço	13.00 H
2ª Sessão	
– Início	15.00 H
– Intervalo	17.00 H
– Recomeço	17.45 H
– Fim da sessão	20.00 H
De 7/12/96	
3ª Sessão	
– Início	09.30 H
– Intervalo	11.00 H
– Recomeço	11.45 H
– Fim da sessão	13.00 H
4ª Sessão	
– Início	15.00 H
– Intervalo	17.30 H
5ª Sessão (reservada a delegados)	
– Início	18.15 H
– Fim da sessão	20.15 H

De 8/12/96	
6ª Sessão	
– Início	09.30 H
– Intervalo	11.00 H
– Recomeço	11.45 H
– Encerramento do Congresso	13.00 H

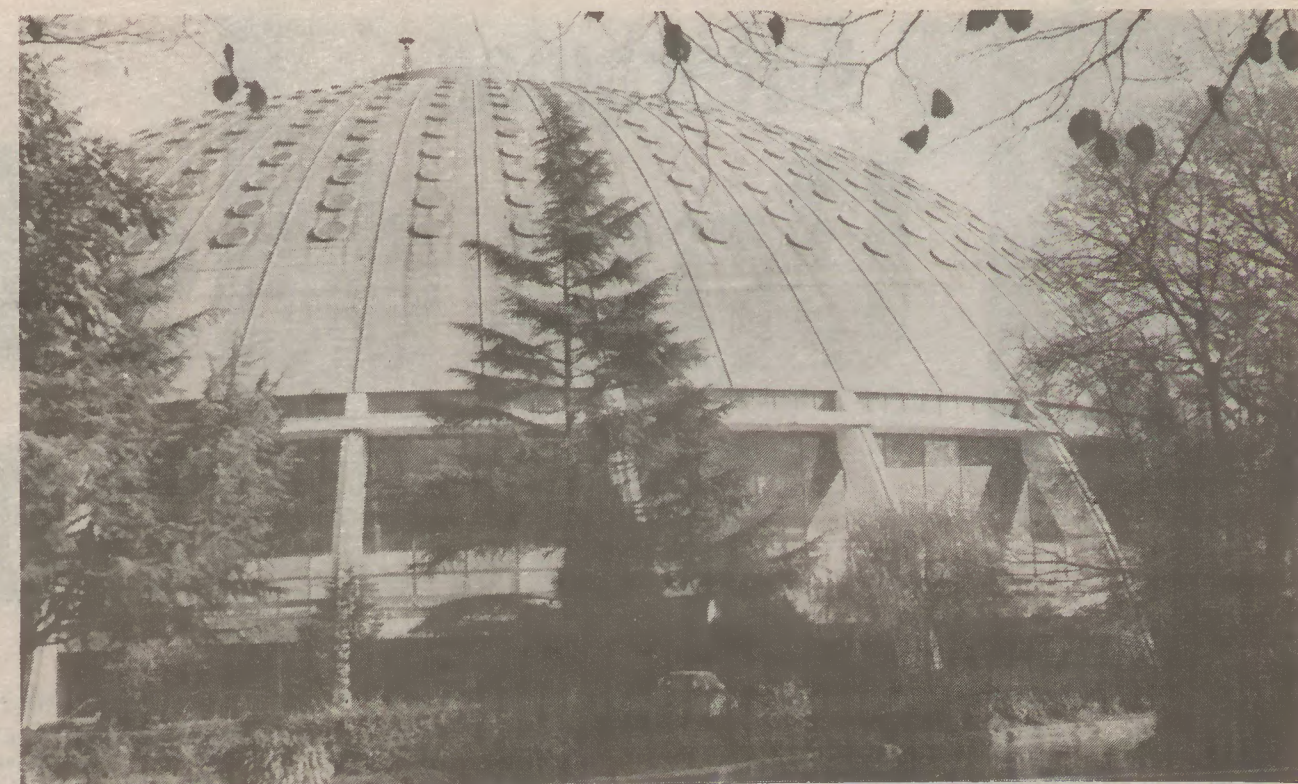
ACESSOS

Forma de chegar ao Congresso

Em transporte individual, a melhor forma de se chegar ao Palácio de Cristal, onde se realiza o XV Congresso, é a seguinte:

• Para os camaradas que vêm do Sul

Utilizando a A.E. do Norte, chega-se à Portagem de Grijó, nos Carvalhos. Imediatamente a seguir encontram-se pórticos que atravessam a A.E., com as indicações dos destinos possíveis. Deve seguir-se aquele, assinalado na foto, com a indicação NORTE-Arrábida. Entra-se nessa faixa de rodagem e segue-se até à Ponte da Arrábida. Imediatamente ao fim da Ponte, deve seguir-se pela saída à direita, conforme a foto, ou seja: PORTO (Campo Alegre). Daí em diante, devem seguir-se as indicações que a Organização entretanto colocará, ainda que estejam muito próximas do local do Congresso.



• Para os camaradas que vêm do Norte

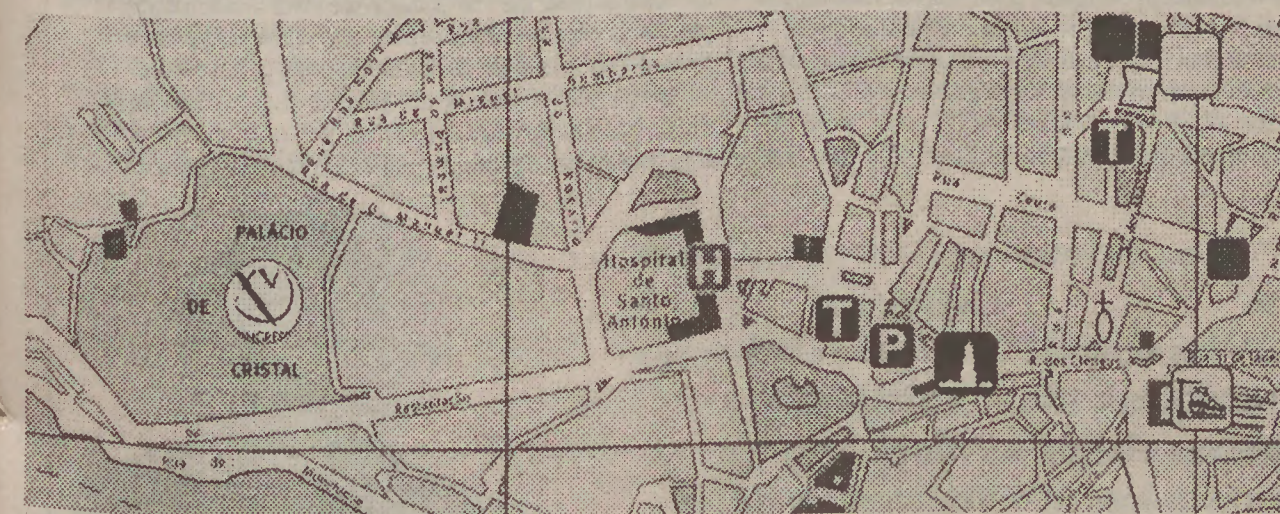
A opção ideal é utilizar-se a A.E., seja de Braga ou de Vila Real, e seguir-se a placa que indica: A1 Sul. Imediatamente antes da entrada na Ponte da Arrábida seguir a placa conforme foto, ou seja: Porto (Campo Alegre). Daí em diante, o percurso para o Palácio é comum a todos e beneficiará, tal como atrás se refere, das indicações que a Organização promoverá.

• Para os camaradas que vêm das Beiras

Deverão, preferencialmente, utilizar as I.R.s que dão acesso à A.E. Norte, pelo que, chegados à Portagem de Grijó, nos Carvalhos, seguem o trajecto igual aos dos camaradas vindos do Sul.

• Para os camaradas que vêm de comboio

Chegados a Campanhã, deverão estar atentos às ligações de comboio de Campanhã para São Bento. Uma vez em São Bento, poderão utilizar, na Praça da Liberdade (junto à Estação), os autocarros n.º 3 – Viso (lado direito da Praça); ou 52 – Aldoar; ou 20 – Constituição (lado esquerdo da Praça), com paragem de saída junto ao Palácio de Cristal. De resto, estão muito próximos do local do Congresso (ver mapa).



Apelamos a um grande esforço para que todos os delegados estejam, pelo menos, às 10.45 h. no recinto do Congresso. Antes da entrada, será feita a verificação no sentido de confirmar se o cartão de delegação corresponde ao titular e, imediatamente a seguir, processar-se-á a identificação óptica para marcação de presença (ver caixa).

Lembramos, ainda, que o movimento de tráfego a essa hora é muito intenso no Porto, particularmente nos acessos, sobretudo na sexta-feira de manhã, pelo que deverão ser tomados cuidados especiais para o cumprimento dos horários.

À atenção dos delegados Marcação de presença por leitura óptica

No sentido de assegurar uma mais rápida e rigorosa verificação dos mandatos, o registo de presença dos delegados será efectuado por leitura óptica de um código de barras impresso no verso do respectivo cartão.

Esta inovação quanto ao registo de presença, assim como ao seu tratamento informático, facilitará e tornará mais fiável a tarefa da Comissão de Verificação de Mandatos.

Ainda que a leitura óptica seja quase instantânea, é conveniente que cada delegado se apresente na entrada do recinto do XV Congresso com a indispensável antecedência.

Entretanto, chama-se a atenção para a necessidade de proteger o cartão, tendo em vista a não deterioração da etiqueta onde se configura o código.



PORTO - 6,7,8 DEZEMBRO 1996

Autarquias Uma das frentes por uma nova

Encerramos neste número a série de «conversas à mesa» a propósito das Teses do XV Congresso. O ciclo encerra com o tema das Autarquias e do Poder Local, aqui abordado por Luís Sá, membro da Comissão Política, Abílio Fernandes, do Comité Central e presidente da Câmara Municipal de Évora, António José Ganhão, presidente da Câmara Municipal de Benavente, e Lino Paulo, vereador comunista na Câmara Municipal de Sintra, como se sabe, actualmente de presidência PS. Evidenciando como o Poder Local é essencialmente um território de acção, a conversa depressa se centrou no trabalho autárquico concreto, onde os comunistas se movem como peixe na água.

Avante: - Começando por uma questão genérica, como encara o PCP a batalha eleitoral autárquica do próximo ano?

Luís Sá: - Há 305 municípios e cerca de 4.220 freguesias no País e cada caso é um caso, sendo por isso difícil generalizar. Todavia podemos dizer, em termos gerais, que existe um comportamento próximo da arrogância por parte do Partido Socialista na sequência da vitória eleitoral de 1995, com um aproveitamento muito grande dos lugares públicos e com planos no sentido de aprofundar esse aproveitamento, servindo-se de figuras - algumas em vias de extinção, como os Governadores Cívicos - e também dos próprios membros do Governo e titulares de outros cargos na Administração Pública. Chegamos a proclamar, como o fizeram no próprio edifício do Governo Civil de Setúbal, que o objectivo do PS é «ganhar todas as câmaras do Distrito»...

Mas creio ser justo dizer que, neste plano, uma coisa é olhar para os resultados eleitorais da Assembleia da República e outra, substancialmente diferente, é o que se desenha e perspectiva em relação às autarquias locais.

Av.: - Então o que é que se desenha e se perspectiva por parte do PCP?

L. S.: - Nesta matéria (e os camaradas também dirão), creio que se está a verificar um trabalho que, em grande medida, ainda é de bastidores, mas que já se iniciou. Estão a realizar-se debates muito largos

num clima, em geral, de bastante optimismo, onde há simultaneamente lugar para valorizar o trabalho e também para a crítica, na perspectiva de melhorar o que deve ser melhorado.

Nesse sentido, é justo definir objectivos que eventualmente parecem ousados, mas creio que são ao mesmo tempo realistas e alcançáveis: manter as maiorias que actualmente detemos e lutar por novas maiorias. É naturalmente o caso de Sintra, onde não podemos ter outra posição que não seja exactamente a de conquistar a vitória - e com boas razões para isso -, mas penso que há outras situações em que estamos também a trabalhar nessa perspectiva. Além disso, temos também o objectivo de fortalecer as nossas posições em minoria. Mas quero deixar aqui uma nota: é também muito importante ganharmos a batalha - que se vai desenvolver - para manter o modelo de governo do Poder Local que actualmente existe. Isto é, não triunfar o tipo de proposta do PSD ou a do PS para as câmaras municipais, que iria alterar seriamente o pluralismo que actualmente se verifica.

Av.: - Lino Paulo, nas últimas eleições autárquicas encabeçaste a lista da CDU à Câmara de Sintra e a vitória escapou quase por uma unha negra. Como vai ser nas eleições do próximo ano?

Lino Paulo: - Efectivamente, estamos já a trabalhar para construir a alternativa ao PS, que é uma alternativa a uma gestão que «conseguiu» nestes três anos não resolver nenhum dos graves problemas do Concelho, nem naquelas áreas que dependeriam essencialmente do Poder Local, nem também naquelas áreas em que a actual presidente da Câmara tanto apregoeou o seu bom relacionamento com o Governo.

Aliás, costumamos afirmar que levar a Sintra, como se levou, o Primeiro-Ministro ou ministros quase à dúzia a passear de braço dado com a presidente da Câmara, não teve qualquer tradução, por exemplo, nos investimentos previstos no Orçamento de Estado nem nos investimentos que mais necessários eram, essencialmente nas acessibilidades e nos sistemas de Saúde e de Ensino.

Av.: - Então como caracterizas a gestão PS na Câmara de Sintra, presidida por Edite Estrela?

L. P.: - Por um lado, trata-se de uma política de entesouramento - a Câmara de Sintra tem neste momento quatro milhões de contos a prazo, no banco, que servirão naturalmente para a campanha eleitoral em 1997, para pagar obras mal feitas e realizadas em cima do acontecimento, acrescentadas de várias festas e festinhas. Por outro, uma grande falta de visão estratégica para o município, que se faz sentir a todos os níveis. A prova disso está no projecto de Plano Director Municipal (PDM) apresentado recentemente pela presidente da Câmara, e para o qual a CDU já avançou mais de 100 propostas de alterações, propostas que, assinala-se, resultaram de muitas e mui-

tas reuniões com a população, com os agentes económicos, com os agentes sociais e locais do Concelho, consubstanciando as vontades afirmadas nessas reuniões.

Av.: - Como foi recebido esse número impressionante de alterações?

L. P.: - Respondo assim: não é por acaso que, quando fizemos a apresentação pública destas propostas há cerca de um mês, numa sessão em Sintra, tivemos connosco autarcas do PS e do PSD - desde presidentes de Junta até um vereador do PSD -, todos eles afirmando concordância com as nossas propostas. E mais: pedindo-nos, incluindo um presidente de Junta do PS, que insistíssemos nelas mais e mais, salientando que só nós lhes dávamos garantias de audição e de levarmos até ao PDM as suas posições.

Estamos neste momento a votar o Plano, é uma votação que se vai arrastar por não sei quantas reuniões. E já podemos dizer que quase todas as nossas 100 propostas foram aprovadas, primeiro por maioria (CDU+PSD), depois também com a aprovação do PS, quando a presidente da Câmara percebeu que estava a perder todas as votações em alternativa e resolveu apoiar as propostas da CDU, com a criativa sugestão de uns «acertos de redacção» da sua lavra...

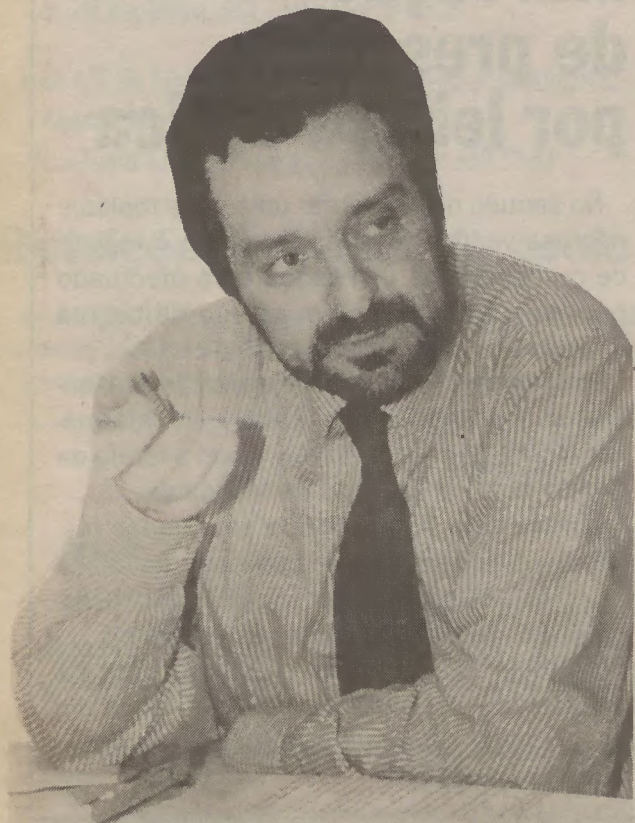
Av.: - Portanto, mais vírgulas menos vírgulas, a confiança no trabalho da CDU em Sintra, mais que um dito correcto, é um facto concreto...

L. P.: - ... Ao ponto de nos permitir dizer o seguinte: neste momento, a CDU trabalha em Sintra de uma forma extraordinariamente aberta, temos um grande movimento de independentes connosco, bem como autarcas das várias forças políticas. Aliás, estamos neste momento com uma acção pública que é o «Ouvir Sintra», a decorrer até Janeiro, altura em que iniciaremos o «Sintra 2001» para preparar as grandes linhas estratégicas do nosso programa de candidatura, e o que é verdade é que temos nestas sessões autarcas e personalidades das mais diversas áreas políticas.

Av.: - Entretanto, a administração CDU no município de Évora é um dos incontestáveis casos de sucesso autárquico no nosso país, ao ponto de ser transformado numa referência. Que diz o seu presidente a esse respeito?

Abílio Fernandes: - Nós, em Évora, temos uma posição já muito entranhada nos municípios, que é o direito de participação. Claro que não podemos pensar que é no município que vai haver a democracia participativa, mas é no exercício do poder ao nível imediato que damos provas do que é a vantagem do cidadão a participar na vida pública.

Isto em Évora é uma evidência. Tão evidente que, quando perguntam qual vai ser o futuro de Évora, nós já dizemos: «o futuro de Évora vai depender da população, porque ela já participa, já está acos-

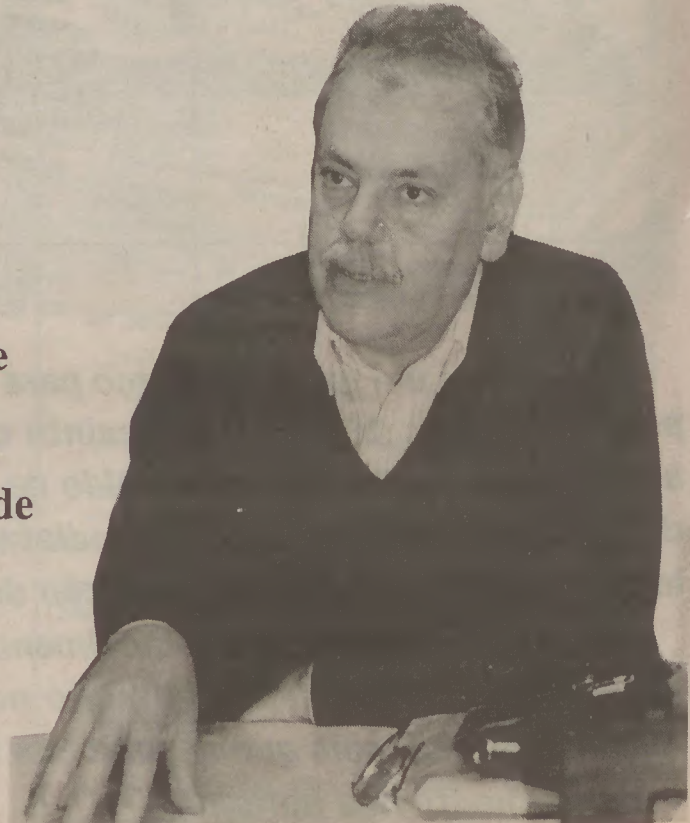


Luís Sá

“Nas nossas autarquias, os nossos eleitos autárquicos, o Partido, onde temos o poder, onde estamos a lutar por ele ou onde intervimos em minoria, estamos claramente orientados para o futuro”

Lino Paulo

“A CDU já avançou em Sintra mais de 100 propostas de alterações ao PDM, propostas que resultaram de muitas reuniões com as populações, os agentes económicos, sociais e locais”



da luta política



tumada a participar». A CDU tem grandes responsabilidades neste clima, porque fez planos bem discutidos com a população, executou-os - e são mais de 13 anos de execução de planos -, foi ganhando confiança, deu corpo a uma estratégia de desenvolvimento.

Av.: - Em que consiste essa estratégia?

A. F.: - A estratégia de desenvolvimento de Évora é um consenso estabelecido entre os principais agentes interventores, que acordaram entre si as grandes linhas de desenvolvimento para a cidade, isto apesar das diferenças políticas, partidárias e de estatuto entre todos, englobando o Poder Local, o Poder Central, entidades patronais, entidades sindicais, agentes culturais e a Universidade.

Ora como é possível, onde ninguém obriga ninguém, onde não há dinheiro para dar a ninguém, que entidades com responsabilidades trabalhem durante três anos e definam preocupações para a sua cidade? Só com um estatuto de cidadania, só com uma consciência de que as pessoas sentem que isto é normal, que o direito e a voz e a maneira de se pronunciar é válida. Depois as coisas seguem o seu caminho.

Portanto, temos uma estratégia que define a evolução de Évora como uma cidade cultural, solidária e com ambiente preservado. Em grandes linhas, temos projectos estruturantes concretos e bem definidos, vai haver responsáveis pelo encaminhamento desses projectos e os diversos agentes vão intervir em cada um deles.

Sublinhe-se que isto, para nós, é o trabalho do Partido Comunista e da CDU que está a dar frutos.

Obviamente que não estamos num mar de rosas, e não é por termos todas estas realizações que sentimos que na sociedade portuguesa o bom trabalho é suficiente para se ganhar eleições. Temos esse direito de cidadania, mas essa cidadania tem de ser exercida permanentemente, o que exige um empenho muito grande. Só uma postura da CDU - com camaradas do Partido, com equipas todas elas dedicadas -, é que consegue aguentar este trabalho. Nós somos uma garantia para o futuro desta cidade, que já tem este estatuto de cidadania, mas tal direito só pode continuar a ser exercido se houver equipas como as do Partido e da CDU que tenham esta dedicação, esta transparência, esta forma de lidar. É esta a garantia que oferecemos ao cidadão - a garantia do desenvolvimento presente e futuro.

Av.: - Benavente é outro município onde a boa administração da CDU granjeou grande prestígio. Ora temos também aqui o presidente do município que tem protagonizado tal sucesso...

António José Ganhão: - O reforço da confiança da CDU criou-nos responsabilidades maiores. É nosso entendimento que nos cumpre representar a população, mas não nos cumpre substituí-la naquilo que é a sua acção diária. E é nesta visão que tem resultado uma cumplicidade recíproca de confiança entre os elei-

tos e os eleitores. Isto é: nós não tomámos a decisão de estabelecer as prioridades do nosso programa eleitoral sem a audição aberta da nossa população. Como não definimos as estratégias de desenvolvimento para o Concelho, para o nosso futuro, sem ouvirmos todos os agentes sociais, económicos, culturais, enfim, todos os agentes do desenvolvimento.

Creio que esse caminho nos tem permitido escolher as opções mais correctas e isso tem permitido também que a oposição tenha muitas dificuldades no seu trabalho, que não se pode limitar a ser oposição aos interesses das populações e àquilo que é definido por todos nós na forma participada. Naturalmente que encaramos com confiança o futuro e as próximas eleições, não existindo razões objectivas que nos permitam ter dúvidas sobre a confiança das nossas populações.

A CDU, para além do trabalho realizado, tem um projecto para o futuro que está vertido num PDM discutido em todos os lugares e freguesias do concelho e no qual, para além das questões que se prendem com o ordenamento do território, se discutiu a estratégia de desenvolvimento económico do município.

Av.: - Entretanto temos a questão de Lisboa, única «excepção» que o PS admite na sua política de «assalto» às câmaras geridas pela CDU, como o Luís assinalou há pouco...

L. S.: - A situação de Lisboa é absolutamente excepcional, que decorre do passado e poderia constituir a antecâmara para outros acordos mais vastos, designadamente em autarquias, mas que a política do PS nunca permitiu. No quadro concreto da capital, havia um dado de partida quando se formou a Coligação Por Lisboa: a direita detinha, além da presidência do município, a presidência em 41 juntas de freguesias, a CDU em 12 e o PS em nenhuma, o que significa que a influência da direita era esmagadora, mesmo havendo uma votação maioritária do PS e da CDU neste plano.

O acordo foi feito. Neste momento passou-se desta situação de base para um quadro em que 26 juntas de freguesia têm presidência PS, 25 têm presidência CDU e só uma gerida pela direita. Para além disso está a ser feito um trabalho muito valioso nos diferentes pelouros que a CDU tem na Câmara de Lisboa, para além deste trabalho nas Freguesias. Entretanto nós não andamos a trabalhar apenas em função das eleições, andamos a trabalhar em função de princípios e para resolver os problemas das pessoas. Portanto, num quadro em que se desenha a possibilidade da renovação de um acordo sem afectar as posições que actualmente detemos, em que se desenha a possibilidade da continuidade do trabalho, foi entendido pela direcção do Partido aos diferentes níveis, incluindo Lisboa, e

pelos respectivos eleitos, que deveria ser aberta a perspectiva de continuidade do trabalho.

Av.: - Portanto, as negociações para a continuação da «Coligação Com Lisboa» estão apenas esboçadas...

L. S.: Estão esboçadas, mas direi que há algumas bases importantes que estão acordadas. Por exemplo, a ideia de que não se vai rever a influência relativa dos dois partidos principais da Coligação nos órgãos autárquicos, que é um elemento negocial importante, sem o qual a Coligação estaria naturalmente em causa.

Entretanto isto não significa de forma alguma que, mesmo ao lado - em Sintra, por exemplo -, não se verifique a possibilidade de um combate sem tréguas por uma alternativa. Ou noutras situações, contíguas ou não com Lisboa, um confronto de posições em tudo aquilo que seja indispensável e num quadro que eu gostaria de sublinhar.

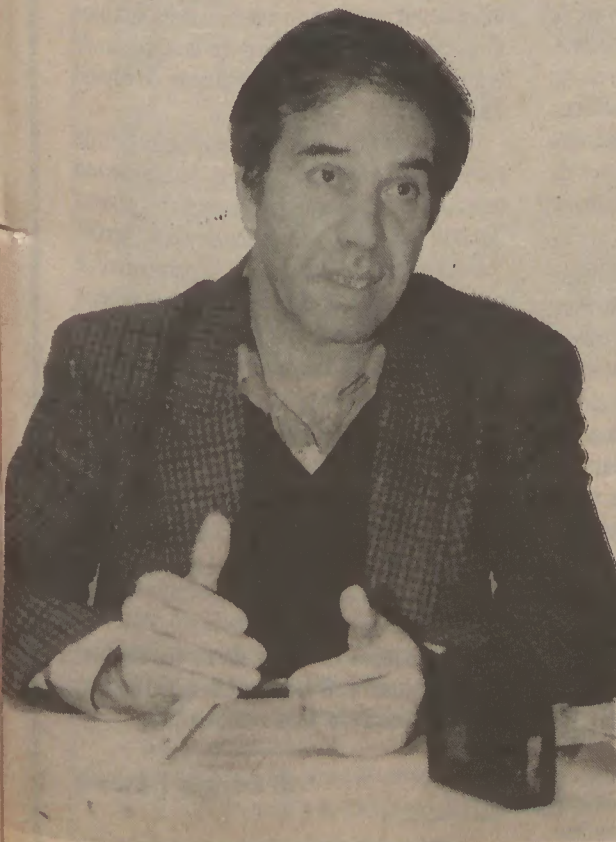
É que eu creio que as intervenções que aqui foram feitas mostraram que, independentemente do enorme trabalho feito e que todos os partidos reconhecem, nas nossas autarquias, os nossos eleitos autárquicos, o Partido, onde temos o poder, onde estamos a lutar por ele ou onde intervimos em minoria, estamos claramente orientados para o futuro.

Foi extremamente interessante que, sem qualquer combinação prévia, os três camaradas que intervieram se referissem todos a projectos concretos e que têm a ver com o futuro dos respectivos concelhos.

Há quem queira dizer que nós fizemos um grande trabalho no passado mas que, neste momento, estamos um pouco em «crise de identidade», com dificuldade em enfrentar problemas novos ou encontrar respostas novas. Creio que tais afirmações resultam ou de uma grande falta de informação ou então têm o valor que têm as afirmações que são feitas no combate político e que se sabe perfeitamente que não têm qualquer fundamento.

É claro que há muita coisa a melhorar em todo o lado, todos temos que aprender com todos e em todo o momento, como é evidente. Vamos fazer uma renovação nas próximas eleições mas, ao mesmo tempo, é uma renovação que tem em conta que há um capital de experiência, de conhecimentos, de saber, de ligação às populações de muita gente e de muitos quadros, que seria completamente errado do ponto de vista político não continuar a aproveitar.

As renovações fazem-se para preparar o futuro, não se fazem renovações apenas para o proclamar e para fazer às vezes o jeito aos adversários, o que seria o caso de algumas situações.



António José Ganhão

“É nosso entendimento que nos cumpre representar a população, mas não nos cumpre substituí-la naquilo que é a sua acção diária.

E é nesta visão que tem resultado uma cumplicidade recíproca de confiança entre eleitos e eleitores”

Abílio Fernandes

“Como é possível, onde ninguém obriga ninguém, onde não há dinheiro para dar a ninguém, que entidades com responsabilidades diversas trabalhem e definam preocupações para a sua cidade? Só com um estatuto de cidadania”



EM FOCO



As Teses em debate

Prosseguimos a publicação de excertos da correspondência dos nossos leitores que quiseram intervir desta forma, através das páginas do "Avante!", no debate das Teses que os delegados, entretanto eleitos pelas organizações do Partido, irão em breve apreciar como Proposta de Resolução Política ao Congresso, a realizar no Porto nos dias 6, 7 e 8 de Dezembro.

Uma mensagem para os meus camaradas

É com prazer que me dirijo nestas páginas para todos/as aqueles/as que lutam contra a exploração do homem pelo homem. De facto, estou preocupado com dois artigos publicados pelo "Expresso", na secção de Emprego, que revelam a perda da luta reivindicativa dos trabalhadores frente ao grande patronato/capital, apontando como causas a perda da força das Comissões de Trabalhadores, pela fraca adesão dos trabalhadores à greve (com a ameaça da perda dos seus postos de trabalho), pelos atropelos do Estado aos seus direitos.

Por isso venho sugerir aos camaradas delegados ao XV Congresso que discutam e tentem encontrar novas soluções, como cabe ao Partido vanguarda da classe operária, pois com novos instrumentos de luta se reforça o sindicalismo e a influência do PCP junto do povo português.

Outro aspecto que quisera abordar prende-se com a urgência do reforço da luta (arma) ideológica que no meu ponto de vista está praticamente abandonada pelo Partido. É necessário debater mais, ensinar e defender as Comissões de Trabalhadores, reforçar a divulgação do "Avante!", criar secções no "Avante!" que se destinem ao ensino do marxismo-leninismo, criar campanhas permanentes e não temporais junto da opinião pública, como por exemplo a Campanha contra a Flexibilidade e Polivalência ou a Campanha pelo Ensino Superior Público Gratuito e de Qualidade, entre outras. (...)

António M. Vieira Barbosa
Cruz Quebrada

Um contributo

De um leitor, que se apresenta como ex-activista da CDU, recebemos também um contributo, de que não queremos deixar de publicar alguns excertos:

Pensei enviar esta carta, um contributo para bem do Partido e do ideal de justiça social em que acreditamos. É verdade que como ex-activista CDU desde 1974, sem ser militante. Não é o cartão do Partido, mas a consciência política da justiça que temos, e as capacidades para dinamizar, o que não sucede com muitos militantes, sem formação, sem interesse, sem postura política e sem capacidade para serem eleitos mas acabam por saber dizer amém. (...)

Quanto às Teses do Partido, custa ver pouco interesse em dar ideias no "Avante!": na semana passada vieram duas, esta semana nada. Se é que tenho algum direito, aqui ficam modestas sugestões:

Estar solidário deve começar dentro do Partido, desde os dirigentes cimeiros até aos dos CT's, células de empresa ou de bairro. Infelizmente não há, salvo algum caso. Conheço ex-militantes doentes, por muito que deram ao Partido em luta, e ninguém os foi ver ao hospital ou a casa. Outro têm dificuldades económicas e o Partido não os ajuda. Como podemos ser solidários com outros, que até votam PS, PSD ou PP, e não somos com os nossos? (...)

As Teses, em bases simples, deviam ser distribuídas aos populares, para conhecerem o que o Partido quer para Portugal. Temos que saber chegar ao povo com processos simples. Muitos militantes honestos sentem e vêem cada vez o Partido ter menos votos. Afinal o povo quer ser mesmo explorado! Vinte anos já deu para abrir os olhos. Custa muito lutar para nada de votos. (...)

Joaquim Lopes Macedo
Costa da Caparica

Duas ideias

Este nosso camarada adianta uma série de propostas sobre estruturas de direcção central do PCP, que apresenta segundo a ordem ("hierárquica, formal e real") que segue. Todas as estruturas além do Congresso e dos Encontros Nacionais seriam "eleitas em Congresso, por voto secreto e com possibilidade de listas alternativas":

Congresso, Encontros Nacionais; Comissão Central de Controlo e Quadros (...) (funções de fiscalização administrativo-financeira e disciplinar); Comité Central (...) (com menos membros, efectivamente representativo do colectivo partidário...); Comissão Política do CC (...) (com orientação dos trabalhos rotativa, coordenação das diversas organizações e frentes de intervenção); Secretariado do CC (...) (com orientação dos trabalhos rotativa); Secretário-Geral (...) Presidente (...).

É, ainda, fundamental que o PCP assuma a necessidade de concretizar uma profunda renovação e uma significativa ampliação do Sector Intelectual (áreas da cultura e ideologia, imprensa e propaganda). Tendo em conta esse objectivo, deixam-se algumas propostas:

Separar organizações de quadros com formação superior (a autonomizar em mais cidades do país) de organizações do Sector Intelectual propriamente dito (a autonomizar em mais cidades do país), onde se integrariam todos os camaradas e, segundo modalidades a definir, todos os "amigos" interessados nessa frente de trabalho

Realização de iniciativas próprias, apoio e coordenação das actividades realizadas por comunistas e "amigos" na sociedade civil;

Estrutura nacional e estruturas regionais/locais (plenários de organização, direcções eleitas, células, grupos de trabalho);

Criação ou redimensionação de: Centro de Estudos Sociais (Bento Gonçalves ou Bento de Jesus Caraça), Museu, Arquivo e Gabinete de História, Centro de Documentação, *Avante* (melhorado), revista na linha dos *Cadernos Política* (substituindo o *Militante*), Edições *Avante!* e Editorial Caminho (melhoradas), Gabinete de imprensa e propaganda (nacional e regionais);

Actividades: investigação, publicações, exposições, seminários, debates, cursos, divulgação de posições, preparação do contacto do Partido com os *mass media*, criação de material de propaganda (âmbito local, nacional ou internacional; natureza interna, semiaberta ou aberta; colaboração com a JCP e, sempre que possível, com outras entidades da "sociedade civil"; eventual obtenção de meios financeiros ou outros oriundos de entidades que, de acordo com regras aceitáveis para nós, apoiem a investigação, publicações, exposições, seminários, debates, cursos, etc.).

João Paulo Avelãs Nunes
Coimbra

Opinião

De outro leitor, "simpatizante e amigo", de Amsterdão, também alguns excertos:

A degradação observada na situação política, económica, social e cultural a que têm conduzido os (des)governos do nosso país, incluindo o presente, como nos esclarecem os diversos pontos das Teses apreciadas, são motivo fundamental e necessário para uma nova política - uma política de esquerda. A proposta do PCP deverá merecer dos trabalhadores portugueses indistintamente das suas qualificações, acolhimento de forma a criar a alternativa, que conduza a uma diferente política, como estratégia de desenvolvimento a proporcionar: indústrias activas, mais emprego, melhoria da riqueza a distribuir (salários), produção compatível com as necessidades de consumo, protecção social, aumento das reformas e pensões, habitação, etc., etc., sem esquecer o indispensável investimento produtivo, sem o qual não se altera a situação de exploração em que os benefícios continuam a ter sempre o mesmo destino: monopólios nacionais e transnacionais - o capital! Já no antigo regime assim era, com o regime ditatorial, déspota e prepotente! Depois do 25 de Abril (apesar da inesquecível liberdade, democracia e descolonização), a situação continua por inverter. Até quando?

Luciano Pedro
Amsterdão/Holanda

As mãos visíveis (e invisíveis) do capital financeiro na regulação da economia

Na conversa com os camaradas Octávio Teixeira e Lino de Carvalho que a camarada Anabela Fino conseguiu transformar em peça jornalística no último «Avante!», há pistas de reflexão em que me comprazo mas há, aqui e ali, faltas de clareza de que me penitencio e que justificam um esforço complementar imediato.

Um corpo, organismo, máquina ou sistema está regulado se vive, se comporta, funciona de acordo com certas regras. Aliás, de alguém com atitudes fora das normas se diz que não regula bem! Como os relógios... e como um pensamento ou texto que, se não cumpre a missão/regra de esclarecer, de ser rigoroso - se for essa a regra escolhida por quem por eles é (co)responsável - estará desregulado.

A regulação, por autocorreção ou por intervenção exterior, compensa desvios de situações reais relativamente ao que seja tomado por regra ou norma(l), ou compensa ou elimina perturbações. Esta linguagem, com *reguladores* e *compensadores*, será cibernética mas, aplicada à economia, leva a acrescentar que *regulação* tem a ver com conceitos de equilíbrio geral e de funcionamento e desenvolvimento (Bocara) e *pode fazer-se* por via de intervenção que crie e faça cumprir regras e *regulamentação*.

A economia capitalista é considerada, por alguns dos seus apologetas, como sistema auto-

-regulado, isto é, que a si se corrige. Mas nem a crença neo e ultraliberal, com a *mão invisível* do mercado a dispensar regulamentação, a intervenção reguladora do poder político, pode dispensar regulação.



A partir dos anos 60 concretiza-se uma enorme concentração do poderio financeiro internacional. O aparecimento e reforço de grupos transnacionais acelera a concentração e monopolização do capital. Uma dinâmica industrial e financeira, *supranacional na forma e antinacional no conteúdo* (e *anti-social!*), converge e intervém-se num movimento globalizante, no que se pode chamar mundialização do processo de concentração do capital, coincidente com descentralização técnica.

O pujante arranque da transnacionalização privada ocorre num período em que a economia

internacional está desregulada por os mecanismos existentes, nomeadamente monetários, se terem revelado inadequados, e a crise da economia capitalista iniciada em 1973 caracteriza-se, também, pelo facto do seu sector mais dinâmico escapar aos mecanismos de regulação, pondo em causa medidas e instrumentos correctores da dimensão estatal, mecanismos do capitalismo monopolista de Estado (CME).

Considerar apenas a extensão da regulação «monopolista de Estado» é insuficiente. Para compreender o funcionamento e intervir sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista é indispensável valorizar os novos órgãos e mecanismos de coordenação e controlo (de regulação) inter e transnacionais, que não substituem mas completam ou corrigem os existentes. Esses órgãos e mecanismos aparecem, de facto, quando aparelhos de Estado e paraestatais e estruturas internacionais se articulam com monopólios e transnacionais.

A necessária criação de mecanismos reguladores adaptados às novas condições de funcionamento do modo de produção é a questão da regulação da economia capitalista.

Sempre que se fala em «nova ordem económica» é notória a reacção recuperadora, particularmente dos EUA, no sentido de alargar e refor-

çar o papel interveniente do FMI e Banco Mundial e de outras estruturas internacionais, veículos de estratégias globais ao serviço do respeito de regras/normas visando a acumulação do capital financeiro.

Não surpreende o aparecimento, em 1979, da «ideia-nova» (Nagels) do *mecanismo único transnacional*, que ultrapassa a noção reguladora do CME («conjunto sistemático de interconexões entre as engrenagens do Estado, as paraestatais, e o mundo dos negócios») ao valorizar um terceiro elemento ou dimensão e as ligações cruzadas que complexificam (e adequam) os mecanismos de regulação a partir do papel cada vez mais decisivo das transnacionais e da intervenção engrenada de estruturas supranacionais.

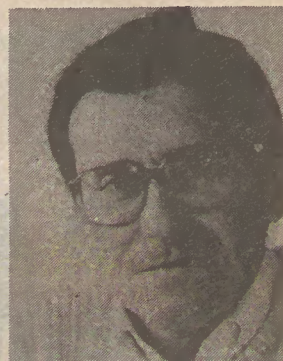


São as mãos visíveis (e invisíveis) da ditadura financeira. E esta é uma reflexão que exige continuidade. Com outros, claro.

■ Sérgio Ribeiro

(Com base em trechos de trabalho preparatório da dissertação de doutoramento, de Abril de 1984)

Alentejo: rosas e espinhos



JOSÉ SOEIRO
Membro
da Comissão Política

SETEMBRO de 1995. Braçados de rosas são distribuídos por inflamados candidatos que não se cansam de repetir aos quatro ventos que «o PS conhece os problemas do País», «o PS tem propostas para resolver a crise do Alentejo», «com o PS o desemprego irá diminuir», «o PS irá aprovar um plano de emergência para o Alentejo», «com o PS a lei das finanças locais irá ser cumprida e o FEF irá duplicar», «com o PS a regionalização será uma realidade e em 1997 teremos eleições para as regiões administrativas», o ensino uma paixão, a saúde um direito assegurado, salários e reformas generosamente aumentados... rosas, rosas e mais rosas...

Saturados de Cavaquismo, ansiosos de ver a direita afastada do poder, desejosos de uma nova política, intoxicados pela falsa ideia de que só votando PS seria possível derrotar o PSD, iludidos pelo mar de rosas que tão convictamente lhes era oferecido os portugueses votaram maioritariamente no PS no dia 1 de Outubro de 1995.

As mudanças não se fizeram esperar. Revelando uma capacidade extraordinária para a governação o PS não perdeu tempo. «Jobs for the boys» foi a primeira grande palavra de ordem. Aos comissários políticos laranja sucederam-se os comissários rosa. Estava assegurada a mudança das mudanças.

Diálogo, diálogo, muito diálogo. Diálogo para tudo e para todos. Mais uma mudança fundamental, uma nova forma de governar, a forma necessária para manter as expectativas.

Mudar de política?

Compreensão e paciência, muita compreensão e paciência. A situação encontrada é muito pior do que se pensava, não se pode fazer tudo num só dia, não se pode exigir ao PS que faça em poucos meses o que o PSD não fez em dez anos, a conjuntura não ajuda mas melhores dias se adivinham. Maastricht, moeda única, pelotão da frente, revisão da Constituição, alguns sacrifícios suplementares e o mar de rosas prometido será uma realidade...

horas, a reforma das mulheres aos 62 anos, os aumentos reais dos salários e a criação e instituição das regiões administrativas em 1997. A política de emprego para a região alentejana está à vista no desemprego estrutural de cerca de 40 mil trabalhadores, mais de 18%, a mais elevada taxa do País, grande parte deles sem auferir sequer o subsídio de desemprego e na liquidação de centenas de muitos outros postos de trabalho com o encerramento ou deslocalização, já concretizados ou em vias de concretização, de algumas das poucas e mais importantes empresas da região como é o caso das Pírites Alentejanas, da Melka, da Hoechst fibras, da fábrica da Portucel em Mourão ou da FIAS. Os reformados, que representam mais de um terço da população, são na generalidade obrigados a sobreviver com reformas inferiores a 30 mil escudos por mês sendo as actualizações recentemente decretadas pelo governo, trinta e poucos escudos por dia, uma verdadeira ofensa à sua dignidade; os jovens vêem-se confrontados com um sistema de ensino que se degrada e sem oportunidades de emprego o que obriga à sua saída forçada da região; os pequenos e médios agricultores e as pequenas e médias empresas comerciais e industriais vivem dificuldades crescentes testemunhando a falência de muitos delas a gravidade da crise que atinge a região; o envelhecimento e a desertificação generalizada das nossas aldeias e vilas acentua-se prevendo a própria Comissão de Coordenação da Região Alentejo - CCRA uma diminuição de mais 87 500 habitantes nos próximos 15 anos se não for mudada a política em curso; a pobreza, conforme comprovam recentes estudos, atinge um número crescente de alentejanos; a falta, oficialmente reconhecida, de médicos de família, a recente decisão de encerrar a generalidade dos centros de saúde à noite e aos fins de semana e o significativo aumento de 8% nos medicamentos de maior consumo põem cada vez mais em causa o direito à saúde na região o que é tanto mais grave quanto é sabido tratar-se de uma população envelhecida e logo mais carenciada e por outro lado com grandes distâncias a percorrer; aprofunda-se o isolamento de muitas povoações devido ao encerramento ou degradação de serviços como transportes públicos, correios, etc.; nos indicadores que dependem da política do governo é cada vez maior o fosso que separa o Alentejo das outras regiões da Europa, o Alentejo é mesmo considerado hoje a região mais pobre da União Europeia.

lação, são na generalidade obrigados a sobreviver com reformas inferiores a 30 mil escudos por mês sendo as actualizações recentemente decretadas pelo governo, trinta e poucos escudos por dia, uma verdadeira ofensa à sua dignidade; os jovens vêem-se confrontados com um sistema de ensino que se degrada e sem oportunidades de emprego o que obriga à sua saída forçada da região; os pequenos e médios agricultores e as pequenas e médias empresas comerciais e industriais vivem dificuldades crescentes testemunhando a falência de muitos delas a gravidade da crise que atinge a região; o envelhecimento e a desertificação generalizada das nossas aldeias e vilas acentua-se prevendo a própria Comissão de Coordenação da Região Alentejo - CCRA uma diminuição de mais 87 500 habitantes nos próximos 15 anos se não for mudada a política em curso; a pobreza, conforme comprovam recentes estudos, atinge um número crescente de alentejanos; a falta, oficialmente reconhecida, de médicos de família, a recente decisão de encerrar a generalidade dos centros de saúde à noite e aos fins de semana e o significativo aumento de 8% nos medicamentos de maior consumo põem cada vez mais em causa o direito à saúde na região o que é tanto mais grave quanto é sabido tratar-se de uma população envelhecida e logo mais carenciada e por outro lado com grandes distâncias a percorrer; aprofunda-se o isolamento de muitas povoações devido ao encerramento ou degradação de serviços como transportes públicos, correios, etc.; nos indicadores que dependem da política do governo é cada vez maior o fosso que separa o Alentejo das outras regiões da Europa, o Alentejo é mesmo considerado hoje a região mais pobre da União Europeia.

«Jobs for the boys» foi a primeira grande palavra de ordem. Aos comissários políticos laranja sucederam-se os comissários rosa. Estava assegurada a mudança das mudanças.

que não pode merecer do povo alentejano outra coisa que não seja a mais viva condenação, repúdio e protesto.

A ridícula percentagem de 2,4% do PIDDAC para uma região deprimida e que representa um terço do território nacional; a situação caricata do distrito de Beja que vê mesmo diminuir os valores do investimento central de 7 milhões de contos previstos no OE/96 para 5,8 milhões de contos na proposta agora apresentada ou seja menos 1,2 milhões de contos; as verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro que, além de não terem qualquer correspondência com as promessas de duplicação feitas pelo governo, são para os municípios do Alentejo inferiores à média do incremento verificado no País; a não compensação das autarquias, tal como determina a lei das finanças locais, pelos novos encargos que lhes têm sido atribuídos designadamente na área das cantinas do ensino básico e transportes escolares; a ausência de qualquer referência ao tão prometido programa de emergência para o Alentejo e a inexistência de qualquer sistema de incentivos ou orientações de política económica que permitam mobilizar para o Alentejo investimento produtivo capaz de criar emprego e travar a desertificação; deixa claro que não há qualquer intenção por parte do governo PS de mudar de política e tomar as medidas que se impõem.

No segundo ano de governação, o PS não deixa margens para dúvidas quanto à natureza de classe da política que na verdade defende e pratica. Do roseiral de 1 de Outubro de 1995 rosas, rosas e mais rosas só para o grande capital e para os grandes agrários. Para o povo trabalhador e para as regiões deprimidas como o Alentejo são espinhos, espinhos e mais espinhos.

Ora o que não há margem para dúvidas é que se esta política não mudar, se não for travada e invertida esta situação o Alentejo caminha inexoravelmente para uma ruptura cujas consequências dramáticas atingirão indiscriminadamente todos os alentejanos sem excepção sejam eles trabalhadores empregados ou desempregados, agricultores, comerciantes, industriais, quadros técnicos e intelectuais, homens e mulheres, velhos e novos.

O Poder Local da região, onde a influência dos comunistas e outros democratas da CDU é determinante, tem realizado, apesar dos escassos meios disponíveis, uma obra notável e por todos reconhecida ao serviço das populações e do progresso do Alentejo. Hoje, na área de que é responsável o poder local, a região alentejana é mesmo uma das mais bem infra-estruturadas do País e em muitos aspectos situa-se ao nível do melhor que há na Europa. Mas, a extraordinária, profunda e positiva transformação operada no Alentejo nos últimos 20 anos pelo poder local democrático de Abril, motivo de justificado orgulho para todos nós, não só não determina por si as alterações estruturais necessárias que só o poder central pode decidir como corre mesmo o sério risco de perder sentido pois os seus destinatários, os alentejanos, tendo hoje melhores condições para viver na sua terra nela não podem viver porque a política do poder central, determinada antes pelo PSD e hoje pelo PS, lhes nega um direito fundamental, o direito ao trabalho, sem o qual são obrigados a partir.

O Alentejo, tal como o País, precisa de um novo rumo. É preciso pôr cobro a este bloqueio deliberado contra uma região que representa um terço do território nacional e que tanto pode e deve dar aos portugueses. Não se pode ficar de braços cruzados face a tanta injustiça, não se pode aceitar passivamente esta situação. É preciso reagir, vencer desânimos e apatias. Isto não pode continuar, é necessário fazer alguma coisa. É preciso lutar.

Com a actual correlação de forças nas instituições só um forte movimento de massas pode travar a política de direita do PS e criar as condições para uma nova política, democrática e de esquerda. Naturalmente que poderemos interrogar-nos se bastará um forte movimento de massas para levar o PS a mudar de política. O que se pode dizer é que sem esse movimento a política do PS não mudará.

A luta poderá não alcançar todos os seus objectivos mas o que é garantido é que sem luta eles nunca serão alcançados. Para a dinamização e êxito da luta um Partido mais forte é o caminho!



Novembro de 1997. De rosa ao peito, os Mellos, Champalimands, Espírito Santos, Bulhosas, Belmiros, o grande capital, beneficiários das privatizações, das isenções fiscais, dos ganhos de produtividade, da desregulamentação laboral, dos baixos salários, da flexibilização e polivalência impostos pela maioria do PS. De rosa ao peito os grandes agrários alentejanos premiados pelo PS com mais 60 milhões de contos de indemnizações por terras que não cultivavam, pela produção que não garantiam, pelos salários que não pagavam e pela sabotagem que na altura praticaram contra a então jovem Democracia de Abril.

Dos acerados espinhos de tão belas rosas sofrem os portugueses as dolorosas picadas.

O tão apregoado plano de emergência para o Alentejo foi para a gaveta fazer companhia ao socialismo. Para a gaveta foram ainda as 40

É o povo a sofrer as dolorosas picadas dos acerados espinhos das belas rosas que o PS generosamente oferece ao grande capital.

Entretanto, como se nada disto existisse, ignorando as promessas eleitorais que fizeram e fazendo tábua rasa das reivindicações que lhe têm sido apresentadas, o governo do Partido Socialista apresenta um orçamento do Estado para o próximo ano que discrimina e penaliza o Alentejo, que adia mais uma vez as medidas estruturantes necessárias ao seu desenvolvimento e que é no essencial um orçamento de continuidade da política e dos orçamentos do PSD. Um orçamento enfeudado aos critérios de Maastricht e da moeda única que ameaçam cada vez mais a nossa soberania e independência nacional, um orçamento que merece certamente o apoio e o aplauso do grande capital e dos grandes agrários, grandes beneficiários das privatizações, das benesses fiscais e de intermináveis e escandalosas indemnizações, mas

Números para um retrato da enfermagem em Portugal

Sindicato promoveu estudo sobre recursos e condições de trabalho dos enfermeiros

Falta de enfermeiros, instabilidade de emprego, insatisfação profissional, carência de material nos hospitais e centros de saúde são problemas conhecidos, por experiência própria, de utentes e profissionais do sector. Um estudo sociográfico encomendado pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses veio agora revelar números que dão uma ideia mais exacta da forma como é exercida a enfermagem em Portugal.

O ponto de partida para este trabalho, realizado pelo Departamento de Sociologia do ISCTE, foi o envio de 1294 questionários aos enfermeiros vogais dos 346 centros de saúde, aos enfermeiros directores dos 103 hospitais, aos enfermeiros chefes dos 845 serviços hospitalares de todas as regiões de saúde. Foram recebidas 774 respostas de 267 centros de saúde, 83 hospitais e 424 serviços.

Considera-se que não há enfermeiros suficientes em 89% cento dos casos, valor que sobe para 100% no Algarve e 95% em Lisboa e Vale do Tejo; a falta de enfermeiros é mais sentida na saúde comunitária e nos serviços domiciliários. Para responder às necessidades, seria necessário admitir mais 1711 enfermeiros (41%).

A terça parte (32%) dos centros de saúde tem frequentemente faltas de material, particularmente gazes, ligaduras e pensos, pomadas e produtos de uso tópico, medicamentos e materiais de consumo clínico e cirúrgico.

Dispõem de unidade de internamento 30% dos centros inquiridos; 44% destas unidades acusam frequentes faltas de material.



O trabalho divide-se em duas partes - centros de saúde e hospitais -, focando questões comuns, que permitem comparação, e aspectos específicos de cada tipo de unidade de saúde. Considerando, tal como o SEP, que os objectivos propostos foram alcançados, as autoras classificam o resultado como «um estudo de natureza sociográfica, de pendor predominantemente descritivo, que traça a cartografia da profissão de enfermagem em Portugal».

Centros de saúde

Nos 267 centros de saúde cujas chefias responderam ao inquérito trabalham cerca de 4200 enfermeiros. No Alentejo predominam os centros de saúde com menos de 10 enfermeiros (66,7%); no Norte 53% têm entre 11 e 20 enfermeiros.

São homens 13% do pessoal de enfermagem, e 57% têm mais de 41 anos. Apenas 52% estão integrados no Quadro da respectiva instituição; na região de Lisboa e Vale do Tejo um em cada cinco enfermeiros trabalha a recibos verdes.

Dos 123 enfermeiros que figuram como trabalhadores-estudantes (3% do universo abrangido), um terço frequenta cursos superiores fora da área de enfermagem.

No ano de 1994 saíram dos centros de saúde 406 enfermeiros (9,5% do total), sobretudo por aposentação (46% das saídas) e por iniciativa própria (38%). Foram admitidos naquele ano 466 enfermeiros (um acréscimo de 14%), dos quais apenas 54% foram integrados no Quadro.

Em média, 11% dos enfermeiros dos centros de saúde exercem funções cumulativamente em mais de uma instituição de saúde, verificando a taxa mais elevada em Lisboa e Vale do Tejo (20 por cento dos enfermeiros da região).

Hospitais

Nos hospitais que responderam ao inquérito trabalham 19200 enfermeiros, 19% dos quais são homens (36% nos hospitais psiquiátricos, 8% nos hospitais especializados); 66% têm menos de 41 anos.

Estão integrados no Quadro 79% dos enfermeiros, enquanto 17% estão com recibo verde ou contrato a termo certo.

Estudam em horário pós-laboral 5% dos enfermeiros dos hospitais, mais de metade dos quais frequentam cursos superiores fora da área de enfermagem.

Foram admitidos 3620 enfermeiros em 1994, ano em que deixaram o seu hospital 2034 profissionais (42% destes saíram por iniciativa própria, 29% por aposentação e 24% por não verem renovados os contratos a recibos verdes). Dos admitidos, 45% foram integrados no Quadro.

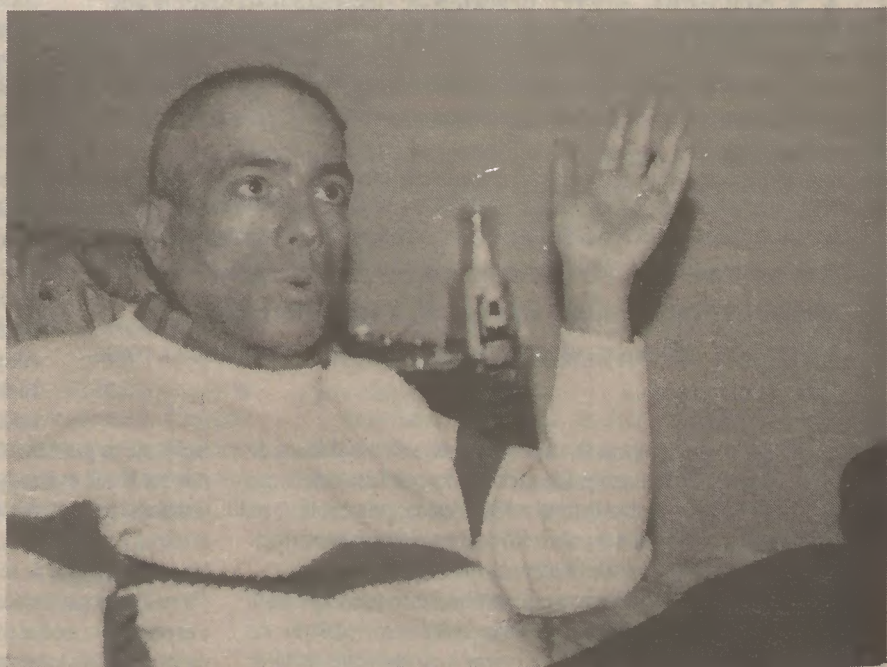
Apenas 7% dos hospitais têm os serviços de farmácia a funcionar durante mais de nove horas e meia por dia. Estes serviços funcionam durante 24 horas apenas em 9 por cento dos hospitais gerais centrais, de segunda a sexta, e num hospital ao fim-de-semana.

Afirmam ter número suficiente de enfermeiros apenas 25% dos serviços hospitalares, para os quais seriam necessários mais 1151 profissionais (16,6%).

As faltas de material mais frequentes nos hospitais são roupas para doentes (46%), roupas de cama (40%) e material de apoio à reabilitação (36%). Os hospitais centrais acusam mais faltas de material do que os distritais.

As chefias inquiridas consideram boa (75%) ou razoável (20%) a qualidade dos serviços de enfermagem prestados nos hospitais.

HIV



Chamam-lhe o «flagelo do século» e, segundo previsões da Organização Mundial da Saúde, o vírus do HIV ameaça infectar, em menos de dez anos, um terço da humanidade. Previsões que, sendo preocupantes não são alarmistas. Se não, atente-se na realidade dos 60 por cento de população infectada no Zaire e dos cerca de 50 por cento de Angola.

José Manuel Osório - conhecido fadista e estudioso do fado -, com quem o «Avante!» falou a propósito do Dia Mundial de Luta Contra a Sida, que se assinala 1 de Dezembro, alerta para a situação e diz que ou se toma cuidado ou ela se torna incontrollável.

Dono de uma vontade férrea, «teimoso» como se intitula, afirma que só a disciplina e a força de vontade lhe permitiram até à data resistir a uma doença que não se compadece de ninguém. Como mensagem, apela à solidariedade de todos, no sentido de não fecharem os braços às pessoas portadoras do vírus.

Como é ser doente de Sida em Portugal?

Um doente de Sida em Portugal vive com todos os problemas dos outros portadores de doenças crónicas. Considero, inclusive, que tratar a Sida à parte é um bocado discriminatório. É preocupação, aliás, destes doentes não se deixarem isolar.

Mas os medicamentos para a Sida são muito caros...

São muito caros - um medicamento que dá para quatro dias chega a custar 70 contos - e os apoios do Estado são muito difíceis.

Quer isso dizer que muito pouca gente está a ser tratada como deve ser?

Eu diria como pode ser. Todos os dias tenho de ir ao hospital fazer tratamentos endovenosos. Um tratamento que exige muita disciplina e que poderia ser substituído por medicação oral, se esta fosse acessível. Por outro lado, exige que a pessoa, para se deslocar, tenha que recorrer aos serviços de ambulância que, para além de muito caros, estão completamente cheios e às vezes nem se conseguem.

Mas há associações de apoio a doentes com Sida?

São muitas para um país tão pequeno e depois andam à guerra umas com as outras.

É certo que te disponibilizaste para testar medicamentos e ajudar ao estudo da doença?

Sim. Por outro lado, isso permitiu-me ter acesso a novas terapias muito eficazes que têm resultado bem. Mas como vai ser daqui a um ou dois anos, ou que patologia vem a seguir, são dúvidas ainda da comunidade científica. Não é fácil investigar um vírus mutante. Que se espera encontrar ali e de repente vai para outro lado.

E há os lucros incalculáveis, que os laboratórios querem manter, de medicamentos já descobertos. O AZT, por exemplo, que tem pelo menos dez anos, continua a um preço inacessível, apesar de estar mais que pago.

Sei que passaste fases muito difíceis e chegaste a estar cego. Mas reages sempre. Como consegues?

Uma boa parte da terapia está na força de vontade que as pessoas têm. Se as pessoas chegam a uma cama do hospital e se deixam cair, as coisas às vezes resolvem-se em poucas semanas. Agora quando são da fibra de teimosos...

Como tu?

Como aprendi no Partido a ser, porque essa escola não a tenho por acaso, foi toda ela feita no Partido: a disciplina que é preciso ter-se, o exemplo de camaradas que passaram muito mais do que eu, noutra domínio, o convívio... Sei que foi na acção no Partido, quando eu podia dar o meu contributo, que me formei. Eu não era assim. Tinha força de vontade, sabia o que queria, mas foi no Partido que aprendi a disciplina, o respeito pelos outros, a solidariedade. Que aprendi a viver com laços...

E a vencer obstáculos?

E a vencer obstáculos! Sempre acreditando na verdade dos nossos objectivos. Neste caso, como eu acredito sinceramente que não deve estar muito longe a cura, agarro-me às possibilidades concretas que sei existirem. Penso que não tenho feito mal.

Manifestaste a opinião de que os doentes com Sida não devem ser privilegiados. Por que consideras uma forma de discriminação?

Em relação a outros doentes crónicos considero que é uma forma de discriminação. O Estado tem que cumprir as suas obrigações em relação a todos os portadores de doenças crónicas em Portugal. São os antibióticos, que se tomam durante uma vida inteira, são vitaminas não participadas, é uma situação que tanto pode existir nos portadores do vírus do HIV como noutras doenças crónicas e que eu penso que tem de ser revista.

O flagelo do século

Texto: Margarida Folque

Fotos: Jorge Caria

«O que é preciso é solidariedade»

Entrevista com José Manuel Osório

Sentiste alguma vez discriminação?

Comigo, o primeiro que me discrimine leva com um pau de vassoura na cabeça. Mas fui discriminado sim, é muito, por um grande amigo. Foi uma situação complicada mas que ultrapassei. Às vezes, no hospital, aparece uma ou outra atitude menos correcta de funcionários administrativos. E tive também um problema com um médico que me disse recusar-se a observar doentes seropositivos.

É por medo que muitos portadores do HIV não conseguem assumir a sua doença?

Por medo, sim. Eu estive internado há pouco tempo e via os problemas que se colocavam às visitas primeiro que entrassem no quarto. Perguntavam se era preciso pôr máscaras, pôr luvas... E outros problemas muito mais graves: pessoas de família que deixam de falar com doentes, filhos que são rejeitados pelos pais. Conheço casos desses e não são tão poucos como isso. Quando, afinal, há tantos casos de infectados pelo HIV, toxicodependentes, mulheres contagiadas pelos maridos...

Que não lhes dizem...

Nem sabem. Porque têm vergonha e medo de fazer análises. Uma atitude que não resolve nada, só serve para eventualmente propagar a doença. Será isto por uma questão de formação?

Talvez um bocado de irracionalidade, que também existe em relação ao cancro...

Mas o cancro não é contagioso, não se transmite. Por outro lado, como existe há largos anos, quase entrou no domínio das conversas diárias. A infecção pelo HIV, ou seja, pelo vírus da Sida, ainda provoca atitudes inacreditáveis, como aquela de Fronteira. E reacções absolutamente incompreensíveis por parte da hierarquia da Igreja. Como é possível que no século XX ainda haja gente que veja a Sida uma «maldição», um «castigo divino»?

Se houvesse mais testemunhos como o teu, quem sabe? Aqueles pais que rejeitam os filhos também eles têm um «défice» de educação...

Nem sempre. É uma doença que mexe com as nossas opções íntimas e talvez por isso as pessoas tenham tanta vergonha de falar nisso.

És considerado uma autoridade em termos de fado. Tinhas, inclusive um projecto sobre o fado operário. Continuas a realizar qualquer trabalho?

Há muito tempo que deixei tudo. Fiz, de facto, uma longa pesquisa sobre o fado operário, o fado anarco-sindicalista. E trabalhei no âmbito da Lisboa/94, época em que sobre o fado se fez o mais completo trabalho de investigação.

Se agora estás afastado não é por falta de interesse. Os desgastes provocados pelo vírus ao nível do sistema nervoso central são evidentes: diminuição de capacidade de

“Não é fácil investigar um vírus mutante. Que se espera encontrar ali e de repente vai para outro lado. E há os lucros incalculáveis, que os laboratórios querem manter”

concentração, de trabalho, de memória, de paciência, que é fundamental ter. Para além das dificuldades de nos movimentarmos.

Fazes exercício físico?

Para mim a melhor fisioterapia é tentar sair de casa e andar, embora não saia com a frequência que gostava. Ainda no mês passado venci uma fase muito complicada, depois de um internamento em que estive duas vezes à morte. E dei mais uma vez um pontapé na doença.

Tenho, contudo, pena de uma coisa: de não conseguir ir às reuniões do Partido. Como tenho pena de não ir agora ao Congresso. Felizmente, os camaradas do sector intelectual mandam-me a propaganda e as convocatórias e isso dá-me alegria. Sinto-me acompanhado.

Pediram-te agora para fazer umas sessões de esclarecimento, não foi?

Sim. Em escolas do distrito de Évora e, se conseguir conciliar com os tratamentos, aceito. Serve para mostrar aos miúdos que um doente seropositivo não é nenhum bicho. Eles ouvem

muito falar na doença mas ninguém se mostra.

Os portadores do HIV não discutem problemas comuns?

Teoricamente as Organizações Não Governamentais deviam servir para

isso, mas poucas têm à sua frente doentes seropositivos. E as pessoas portadoras do vírus têm tendência para se fechar, mesmo com os outros doentes. Provavelmente por uma questão de formação. É necessária uma grande revolução no sistema educativo.

Não é só um problema nosso, não achas?

Não. Eu penso que é um problema mundial. Há notícias, por exemplo, da instalação de centros de apoio para doentes seropositivos nos Estados Unidos, em pequenas vilas, contra a qual a população se manifesta.

Aqui em Portugal tivemos também um exemplo desses ainda não há muito tempo: alguém quis instalar um centro de recuperação para doentes seropositivos numa quinta sua e a população não deixou. É um bocado como «levem os leprosos para outro lado».

No dia 1 de Dezembro, assinala-se o Dia Mundial da Luta Contra a Sida. Serve, ao menos, como chamada de atenção?

Tenho ideia que só serve para isso. É um dia em que se fala. E talvez se fale uns dias antes e talvez se fale uns dias depois. A televisão dá mais alguma atenção mas, depois de passar, acabou... Isso irrita-me um bocado. Na maioria das vezes cheira-me a oportunismo.

Esse é outro problema com que hoje nos defrontamos...

Falta um bocado de verdade. Falta tratar as coisas pelos seus nomes, sem sensacionalismos. Também não tenho notícia até hoje de algum partido ter na Assembleia da República tomado posição sobre o problema da Sida. Tanto quanto eu sei é a primeira vez que um órgão partidário se lembra de fazer uma coisa destas.

Há pouco - no âmbito da discussão das alterações à lei da Interrupção Voluntária da Gravidez - o Grupo Parlamentar do PCP contemplou essa questão entre as condições para a IVG.

Mais uma vez o Partido na fren-

te! Os outros, não consigo perceber. Ou têm tantos telhados de vidro, que têm medo, ou são dós que pensam que é uma doença de alguns grupos de risco.

Se calhar...

É uma mentira. Já não existem grupos de risco há muito tempo. Existem comportamentos de risco.

E o engraçado é que se diz isto mas não se tomam medidas. Nas prisões portuguesas, por exemplo, é absolutamente inaceitável que os seus directores não permitam a troca das seringas. Eu sei que o programa «troca de seringas» nas farmácias, e especialmente no Casal Ventoso, levanta muitos problemas. Que há quem vá buscar seringas para depois as vender. Algumas prostitutas vão buscar preservativos aos sítios de distribuição e depois vendem-nos aos clientes. Tudo serve para fazer negócio. Como evitar?

Passa, como dizes, por um plano de educação.

Por uma reformulação urgente das mentalidades. Dá impressão que não passaram estes anos todos pelas pessoas. Dá a impressão que as pessoas não sabem que existem milhares e milhares e milhares de casos em Portugal. De país mais «são» da Europa, Portugal passou a um dos mais atingidos. Porque as pessoas não querem saber. Pensam sempre que isso é para os outros.

Metem a cabeça na areia...

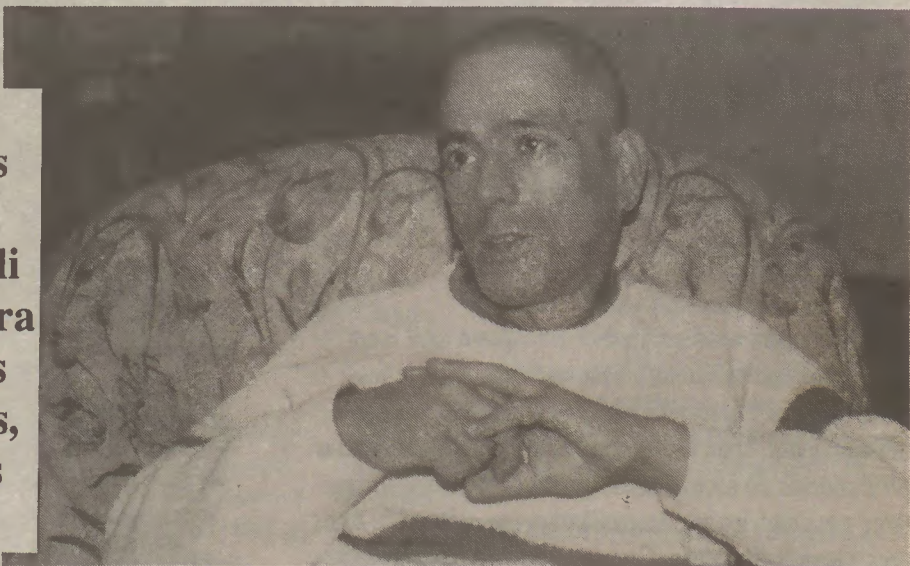
Que ninguém diga hoje que «foi apanhado de surpresa». Esta guerra de esclarecimento não é ainda uma guerra perdida. Mas é uma guerra urgente. Não consigo perceber, por exemplo, porque é que não se tomou ainda uma decisão no sentido de, todos os dias, se for preciso, se fazer uma limpeza aos bairros onde é inevitável tropeçar em seringas infectadas. Disponibilizem-se meios. O Governo que dê meios às câmaras das grandes cidades...

É preciso vontade política, não é?

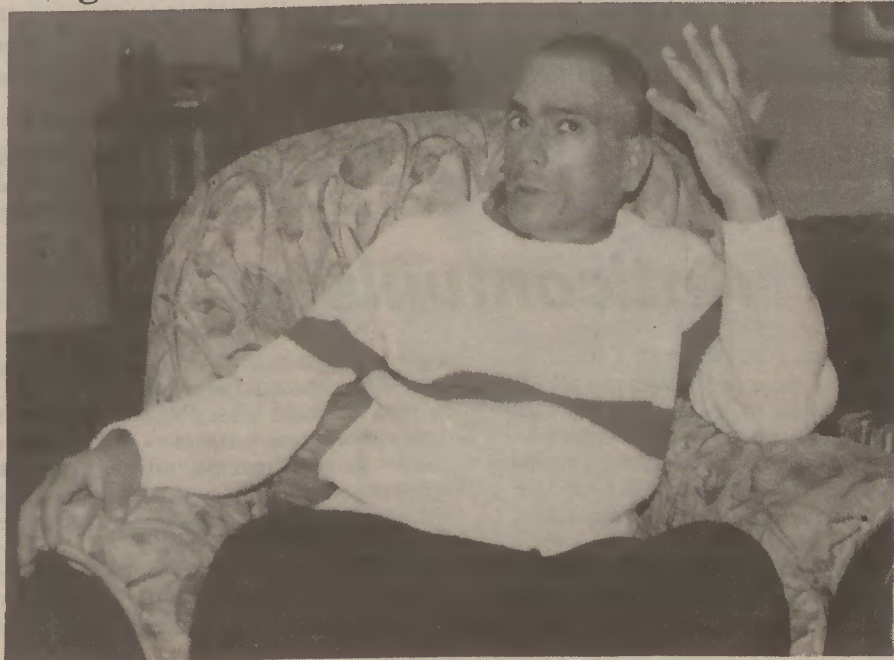
É preciso rapidamente mudar. Sob pena de um dia destes cumprirmos as mais negras previsões da OMS que será a infecção de um terço da humanidade em menos de dez anos. Não estamos a falar de uns quantos milhares de pessoas, nem um grupos de marginais, mas de um terço da humanidade. E depois? Como se controla?

Que mensagem deixarias aos nossos leitores?

Que utilizem a solidariedade e que não fechem as portas, não fechem os braços às pessoas portadoras do vírus da HIV.



“Tenho (...) pena de uma coisa: de não conseguir ir às reuniões do Partido. Como tenho pena de não ir agora ao Congresso”



Grã-Bretanha não quer a moeda única

■ Manoel de Lencastre

A jornada de luta levada a efeito, há uma semana, pelos trabalhadores do sector da Educação, incluindo professores de todos os escalões e universitários, envolveu nada menos de 120 000 trabalhadores em todo o país e chamou a atenção de forma gritante, para as condições de crise em que se vive e trabalha. O Sindicato TGWU (Transport & General Workers Union) disse que os seus filiados haviam aderido à greve de fome sólida. O mau tempo não desanimou ninguém. E a oferta das autoridades patronais (Local Education Authorities), que dependem do Ministério da Educação (9 pence por hora = 24 Escudos), foi tida como digna do maior desdém.

Democracia

Os estudantes aderiram de forma quase total emprestando uma enorme contribuição para que a greve fosse o êxito que foi. Colocando piquetes à porta dos colégios e universidades, associando-se à luta de todas as categorias profissionais do sector, deram forma particularmente agitante aos comícios que se realizaram nas cidades de Londres, Cardiff, Aberdeen, Coventry, Belfast, Glasgow, Exeter e muitas outras. Numa reunião realizada no Central Hall (Westminster), o secretário-geral do Sindicato UNISON, Rodney Bickerstaffe, disse não poder contemplar sem revolta a oferta feita aos trabalhadores quando os vice-chanceleres das Universidades estão com £90 000 anuais, o que equivale a 22 500 contos.

Com o país a afundar-se em debates de todos os tipos e o sentimento de que as eleições gerais se aproximam, surgiu o problema da moeda única europeia, o já célebre «Ecu» que os deputados à Câmara dos Comuns pretendem discutir. Pouca gente, neste país, está convencida da utilidade da moeda única que será controlada pelo Bundesbank e pelos grandes Bancos Internacionais. Ninguém deseja ver o último dia da libra esterlina. Os partidos, suspeitando de que o governo do funcionário Major estava a negociar com a Comissão de Bruxelas sem referência ao Parlamento, exigiram um debate formal na Câmara. O governo recusou. E a «speaker», a senhora Betty Boothroyd, declarou no passado dia 20 que o primeiro-ministro e o seu governo estavam a minar a integridade da Câmara dos Comuns. Outros deputados disseram:

«Se os grandes assuntos do país não podem ser debatidos, então o que estamos aqui a fazer?»

A verdade é que o capitalismo, quando as suas mais graves questões atingem a superfície do debate nacional, tem dificuldades para manter o aspecto democrático do sistema. Serve-se da democracia como forma de propaganda. Mas, no capitalismo não pode haver real democracia. Entretanto, sob a pressão dos seus próprios «Eurocépticos»; que são muitos, o governo e o Chanceler do Tesouro, Kenneth Clarke, o mais europeu de todos, viram-se obrigados a ceder. O debate realizar-se-á antes da reunião da União Europeia em Dublin, a nível de chefes de governo.



Jornalismo falso

Só ficou chocado quem não sabia. A CIA, que fornecia uma vasta rede de noticiário para os serviços radiofónicos mundiais da BBC (World Service), afirmou-se disposta a pôr fim à distribuição de informações e notícias alegando a necessidade de proceder a economias na sua própria organização. Esta decisão vai afectar, também, os serviços de preparação e divulgação de noticiários do «Foreign Office» e do Ministério da Defesa. Até agora, a CIA e a BBC recolhem informações em 140 países diferentes (Portugal incluído). Essas informações são trabalhadas por especialistas e divulgadas, depois, em 70 idiomas. Eis um trabalho que vai ficar reduzido a quase nada. Ainda bem.

Mas as dificuldades da própria BBC em termos orçamentais já são de há muito conhecidas. Vários departamentos têm sido encerrados e a própria secção portuguesa ficou reduzida a cinzas. Esta organização desempenhou todos os papéis possíveis e necessários ao imperialismo no sentido de que Portugal fosse mantido bem seguro na órbita dos interesses daquele. Ao serviço da secção portuguesa surgiram, através dos anos, muitos jornalistas que fizeram grandes nomes em Portugal. Era ali que os principais jornais portugueses iam buscar os seus correspondentes. Esta prática ainda se mantinha, recentemente. Porém, é de lamentar que todos fiquem a saber, agora, que os noticiários já vinham trabalhados pela «isenta e democrática» CIA. O que lhes parece? Pode imaginar-se a preparação que os chamados «nossos correspondentes em Londres» tiveram. Por isso, a qualidade do trabalho era a que se via e ainda vê. Educados na banalidade, só sabem produzir trabalhos banais. Nunca poderão sair do esquema que serviram. E os jornais portugueses que se aproveitaram desses e dessas jovens jornalistas, sofreram e sofrem. Os leitores já nem desejam entrar na selva que lhes oferecem. É tudo lixo.

Comunistas

1 – «Qualquer pessoa que entenda alguma coisa de medicina sabe que depois de três ataques cardíacos e de uma operação ao coração envolvendo cinco «bypasses», a que se juntam problemas com outros órgãos vitais, não pode trabalhar com normalidade.»

(Gennady Ziuganov), 22.11.1996

2 – «Os chamados jornalistas independentes foram, durante décadas, instrumentos que serviam a política de destruição das conquistas sociais e económicas do povo cubano.»

(Fidel Castro), 18.11.1996

3 – «Condenar cantores e metê-los na prisão, quaisquer que sejam as razões

invocadas, parece-me bastante inquietante. Não se trata, na verdade, de um sinal de boa saúde da democracia francesa.»

(Robert Hué), 17.11.1996

4 – «O julgamento que levou os cantores do grupo 'NTM' à prisão, parece-me inadmissível. Para além de tratar-se de um atentado à liberdade de expressão, o julgamento salienta a sagrada hipocrisia que se vive na nossa época. Na televisão, «morre» uma pessoa em cada três minutos, mas a indiferença é completa.»

(Patrick Braouezec), «maire» PCF de Saint-Denis

5 – Alexandre Tchemogorov, do PC da Federação da Rússia, foi eleito governador da região de Stavropol. Todas as eleições regionais que têm tido lugar e que continuarão a realizar-se até ao fim do ano, estão a produzir vitórias dos candidatos comunistas e nacionalistas, como já se vira em Volgogrado, em Kursk, em Pakov.

Anticomunistas

Gorbachev visitou os Estados Unidos para proceder ao lançamento naquele país do seu livro «Memórias», a que já fizemos referência anteriormente. Caso curioso: sempre que a situação na Rússia mostra sintomas de agravamento (a operação de Yeltsin, as comemorações da Revolução de Outubro), Mikhail afasta-se, não vá o diabo tecê-las. É assim, porém, que as coisas estão combinadas.

O antigo secretário-geral do Partido Comunista da URSS, em declarações ao jor-

nalista do «The New Yorker», David Rennick, que prestou no conforto dos salões do «Waldorf Astoria», disse, entre outras estranhas coisas: «O grande problema de Lenine, era a sua crueldade. Se os russos tivessem continuado na estrada que a revolução de Fevereiro abriu, o processo do pluralismo político estabelecer-se-ia e a situação ganharia aspectos diferentes. O desenvolvimento da Rússia nos primeiros tempos do século era extremamente dinâmico. Estaline os bol-

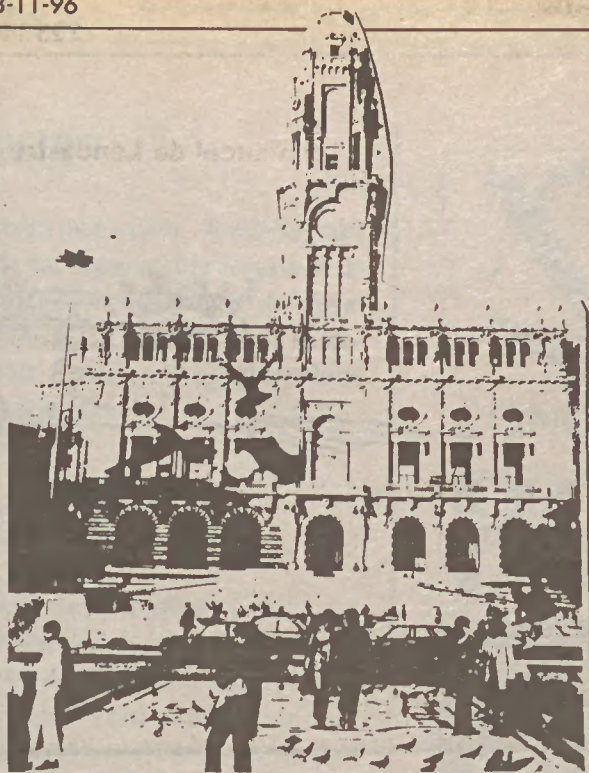
cheviques conseguiram industrializar o país. Perfeito. Temos, entretanto, o exemplo de outros países que também se industrializaram, mas segundo as regras da democracia». Gorbachev queria dizer, no capitalismo. Ficou-se na democracia.

Durante o jantar que celebrou a apresentação do livro, organizado pelos editores «Doubleday», (Raisa) numa pausa que se fez no discurso de Gorbachev: «Olha, Mikhail Sergeyevich! Estás a ver-nos bem, aqui? Será

possível imaginar qualquer outro antigo dirigente soviético aqui neste glorioso ambiente? Imagina o Chernenko neste jantar em New York com tantos amigos americanos...»

David Rennick, que também trabalha para «The Sunday Times», de Londres, nada tem de comunista, evidentemente. Entretanto, escreveu o seguinte: «Ao tentar reformar o sistema, Gorbachev destruiu-o. Encontrámo-lo um homem isolado, triste, deprimido, obscuro.»

EM FOCO



E a história aqui tão perto...

Foi no Porto, no coração do Porto, ali por detrás da estação de caminhos-de-ferro da Trindade, no salão nobre da Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, que num recente fim de tarde foi possível conviver com os personagens então clandestinos da nossa História recente.

Tratava-se da apresentação do Relatório da DORN (Direcção da Organização Regional do Norte) do PCP sobre a manifestação de 15 de Abril de 1972 contra a carestia, agora editado pelo «Avante!», no enquadramento do 75º aniversário do Partido Comunista Português.

De Lisboa vieram os camaradas Carlos Costa, Edgar Correia e José Carlos Almeida, membros da DORN ao tempo da manifestação, e Francisco Melo a representar a editora.

Foi oportunidade de velhos encontros sempre novos porque, vindos do passado, são do presente e do futuro.

Gentes agentes de um tempo que há-de vir, resistentes sempre e nunca desistentes, falaram de história da clandestinidade num tempo ainda recente mas já distanciado para as gerações que, nascidas depois de um outro Abril, o de 1974, também forjado naquela histórica manifestação, vivem uma realidade diferente.

Com uma sala quente de calor humano emanado de pessoas que não desistem de acreditar que a vida pode ser diferente e melhor com todos e para o bem de todos, ouviram-se histórias de aventuras inscritas indelevelmente nos anais da vida do nosso país, contadas pelo próprios personagens.

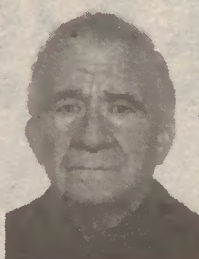
Não. A chamada comunicação social não estava presente. Estava uma jovem estagiária do jornal que se abriga num colossal edifício de cimento ali ao lado da Junta e que lá foi a uma aula diferente a integrar o currículo do seu estágio, mas que nem sei se conseguiu escrever alguma coisa no seu jornal.

Foi uma conversa informal mas rigorosa e verdadeira em que foi possível ouvir a designação «imprensa burguesa» num tempo repleto de aliciantes contradições mas que é também atravessado de uma extrema crueldade face à qual o rigor que o marxismo permite como instrumento teórico é indispensável. A contradição capital-trabalho mantém-se e a acumulação atinge níveis que podem ser anquilosantes para a própria economia capitalista ao mesmo tempo que destrói o planeta e os seus habitantes por entre mentiras, mistificações e panaceias.

Por tudo isto, a apresentação daquele relatório nas palavras de gente que viveu o tempo de então que se mantém firme, de pés assentes no presente e dispostos a caminhar pura o futuro foi uma lufada de ar vivificante pela frontalidade e pela verticalidade que é, afinal, o que nos distingue dos outros animais.

O relatório fica. Os intervenientes estão vivos e de saúde. Saibam as escolas aproveitar este magnífico potencial para levar às crianças e nos jovens deste país as aventuras verdadeiras de quem construiu o presente que vivem.

■ Maria Eduarda Castro



■ Miguel Urbano Rodrigues

Cumplicidades anticubanas entre União Europeia e EUA

A clara condenação da Lei Helms-Burton pela Assembleia Geral da ONU e pela Cimeira Ibero-Americana do Chile constituiu uma derrota transparente da Casa Branca e uma vitória do povo e do governo cubanos. Seria, porém, uma ingenuidade admitir que os EUA estão dispostos a alterar, no fundamental, a política de cerco e estrangulamento que atinge a ilha revolucionária.

A Administração norte-americana está empenhada em manter o bloqueio a Cuba e confia na possibilidade de chegar a um acordo com a União Europeia que neutralize a iniciativa desta ao levar a Lei Helms-Burton à Organização Mundial de Comércio.

São pouco tranquilizadoras as declarações que o comissário britânico Leon Brittan fez no passado dia 7 sobre a intenção que a UE tem de cooperar com os EUA na tarefa de contribuir para aquilo a que chama «a democratização do regime cubano». Essa estranha confiança consta do discurso que pronunciou em Nova Iorque na Câmara de Comércio Euro-Americana.

Segundo o comissário Brittan, «algumas das ideias avançadas pelo enviado do presidente Clinton à Europa (Stuart Eizenstat) estão próximas de iniciativas europeias em estudo». E, sem entrar em pormenores, aludiu «a medidas concretas para dar alento a organizações de defesa dos direitos humanos, aos partidos políticos independentes e à imprensa livre», concluindo: «Chegou a hora de a Europa e os EUA começarem a procurar um terreno de entendimento para, juntos, fazerem Cuba regressar ao seio da comunidade internacional. A Lei Helms-Burton torna essa cooperação mais difícil, cria um fosso entre nós, que somente aproveita a Castro.»

Descodificadas, essas palavras contêm o esboço de um programa de ingerência ilegítimas e carregam uma mensagem. Brittan sabe perfeitamente que os dissidentes cubanos não têm implantação popular e que as organizações a que se refere são, na prática, ficcionais, forjadas e financiadas pelos EUA, para efeitos de propaganda externa.

As sugestões do comissário foram interpretadas em Was-

hington como desbravadoras do terreno, com vista a um acordo de cumplicidades.

É oportuno recordar que a União Europeia nunca condenou a Lei Helms-Burton na totalidade. O que os seus governos rejeitam globalmente é a pretensão norte-americana de impor a extraterritorialidade, ou seja as suas leis em todo o planeta. Britton quis dizer nomeadamente que os Títulos I e II da Helms-Burton, relativos à questão do regime e a pressões ten-

dentes a modificá-lo (no caso ingerências), não chocam a União Europeia que, no fundamental, se conformaria com o seu espírito e letra.

Por outras palavras: se o Título III, que consagra a extraterritorialidade, desaparecesse do texto, a União Europeia poderia renunciar à sua iniciativa junto da Organização Mundial de Comércio e até cooperar com os EUA.

Fontes diplomáticas ocidentais manifestaram em Havana a este correspondente que o mais provável será o prolongamento em Janeiro, pelo Presidente Clinton, da suspensão da aplicação do polémico Título III da Helms-Burton. Essa seria uma maneira de ganhar tempo para o aprofundamento das cumplicidades esboçadas.

É significativo que o texto da referida lei contenha um dispositivo raríssimo que permite a aplicação parcial do diploma.

Uma certeza: é muito cedo para lançar foguetes. Não terá sido por acaso que Más Canosa, o líder fundamentalista das organizações contra-revolucionárias cubanas de Miami, afirmou, em recente conferência pronunciada em New Jersey, que a Fundação Cubano-Americana, a que preside, não faz questão da aplicação do Título III da Helms-Burton desde que a União Europeia se comprometa com aquilo a que chama «a luta pela democratização de Cuba».

A subtilidade das manobras que nos bastidores caracterizam neste final do ano a estratégia cujo objectivo último é a destruição da Revolução Cubana torna ainda mais necessário o reforço da solidariedade com a Ilha socialista e a dinamização das campanhas contra o bloqueio e pela revogação da Helms-Burton.



Também o Estado...

A notícia do *Público* rezava, sem tergiversações, que mais de 33 mil trabalhadores foram «dispensados» por apenas 10 empresas, nos últimos cinco anos, com um pormenor: oito dessas empresas eram públicas e, só à conta delas, foram eliminados cerca de 27 mil postos de trabalho, ocupando lugar cimeiro na lista a CP-Caminhos de Ferro de Portugal (10.502 funcionários «dispensados»), a Siderurgia Nacional (mais de 3.700) e a Lisnave (3.250). E a sangria promete continuar, em geral no rasto das gloriosas privatizações com que o Governo está a alienar as alavancas da economia nacional. Entretanto a maioria dos despedimentos colectivos não é comunicada às autoridades públicas, sendo que os seus responsáveis, se forem apanhados (o que é raro, porque muitas vezes nem se conhece a morada da

empresa) a coima pode ir, imagine-se, até aos 60 contos! Ao que se vê, isto não impressiona o sensível «governo do coração» do sr. engenheiro António Guterres, entretido a contar os (magros) milhões de contos que vão entrando nos cofres do Estado com as privatizações, na sua curiosa filosofia de trocar uns ovos de ouro pelas galinhas que os põem...

Mergulhos ilegais

Decorrem em Portugal, há pelo menos dois anos, três obras de mergulho em situação ilegal. A mais antiga é a da central termoeléctrica da Tapada do Outeiro, no rio Douro, próxima de Crestuma, a cargo de uma empresa alemã, que nem se deu ao trabalho de requerer à Escola da Armada portuguesa os indispensáveis certificados que os habilitariam a laborar

PONTOS CARDEAIS

em Portugal. Outra situação ocorre nos trabalhos do emissário submarino de Matosinhos, cujos 30 troços de tubos de 100 metros cada pelo mar dentro estão a ser feitos por uma empresa espanhola que, embora pedindo os tais certificados, mantém os trabalhadores a laborar sem câmara de descompressão, como é obrigatório sempre que os trabalhos decorram no mar alto, como é o caso. A terceira situação verifica-se na Barragem de Santa Luzia, junto a Unhais da Serra (próximo da Covilhã), onde decorrem desde a semana passada trabalhos de inspecção subaquática a cargo de uma equipa portuguesa de mergulhadores chefiada por um oficial da Marinha filho de uma alta patente deste ramo das FAP, onde também não há a obrigatória câmara de descompressão nem uma



grua ou guincho que possa içar os trabalhadores em caso de emergência. Note-se que morreram em Portugal, nos últimos dois anos, dois mergulhadores profissionais por incumprimento das normas de segurança. Entretanto, apesar de repetidos alertas e denúncias, ninguém, da administração central, parece dar conta do

que se passa. E por que é que haviam de dar? Em caso de tragédia, quem afinal «mete água» são as infelizes vítimas...

As pazes de Clinton

Sempre com aquele sorriso de plástico que lhe fica a matar, o

presidente norte-americano Bill Clinton decidiu descongelar as relações do seu país com a China, aproveitando a sua deslocação a Manila, nas Filipinas, para participar na reunião da APEC. O presidente Clinton encontrou-se, à margem do encontro, com o presidente chinês Jiang Zemin e marcou com ele duas cimeiras para os dois próximos anos, o que, aliás, deixou inquietos os seus amigos da Formosa e da Coreia do Sul.

Recorde-se que este «descongelamento» vem arrumar a crise aberta entre os dois países quando os EUA decidiram, pomposamente, «punir» a China por «violação dos direitos humanos» nos incidentes de Tienamen. Mas como estes «direitos humanos» estavam a sair muito caros, lá tiveram de voltar atrás. Valentes, valentes, são os EUA na sua perseguição a Cuba - pelo menos enquanto isso não lhe prejudicar os negócios...

Os acordos de Champalimaud

Diz o *Independente* da última semana que «teve acesso e revela na íntegra o polémico acordo feito entre António Champalimaud e o Estado. São 17,6 milhões de contos. Precisamente o preço da Mundial Confiança, que Champalimaud comprou no mesmo dia em que conseguiu o acordo». Não se trata propriamente de uma novidade, tal como já nem é novidade outra coisa: a indiferença com que coisas tão graves como esta são atiradas a público sem que o Governo se sinta obrigado a esclarecer com clareza o que se passa - neste caso, o que se passou. Esperamos que o escândalo não morra nas páginas do *Independente*, sob pena de se supor que o actual Governo ou não lê jornais, como Cavaco se gabava de (não) fazer, ou acha que uma golpaça de pelo menos 18 milhões de contos do erário público não merece atenção.

PONTOS NATURAIS

Jogo das oito pedrinhas

Quem tem os meios de produção, tem meios.

Se o comunismo acabou, por que o combatem?

Havia um rei que sonhava tornar-se operário.

Temer a morte torna a vida mais difícil.

Fábricas há, mas operários não? Como é então?

A televisão começa por nos comer os olhos.

Com a consciência tranquila, respira-se muito melhor.

Liberdade de Imprensa, há; Liberdade de empresa, não.

A Arte é o grande inimigo do óbvio.

Poesia: ser homem com um deus na garganta.

Subiu até deixar de ver os próprios pés.

Mente por ofício, mas é um mal profissional.

Ser honesto, eis aí um acto puramente voluntário.

Futuro não se recebe numa bandeja de prata.

Corre perigo quem pensa estar fora do perigo.

Oitocentos milhões passam fome. E viva o capitalismo!

Cuba: tão pequena, como podes ser tão grande?

Pode ser livre quem não lute pela liberdade?

Passo fome do pão que outros não comem.

Lutar pelo dinheiro, a mais ingloria das lutas.

As bolsas cheias morrem com as mãos vazias.

Ah, a vida inútil de tantos corações frios!

O medo não nos salva. Palavra do Senhor!

Reparo, o desemprego não acontece só aos outros.

Terras de Portugal, quem toma conta de vós?

Televisão, uma arma essencial entretida com o acessório.

Uma frase construtiva: o capitalismo só pode destruir.

Amor não pisa a areia, pisa o rochedo.

A política de ferro é atacada pela ferrugem.

Por vezes, «não» pode escrever-se com muitas palavras.

Sente-se mais forte quem pertence ao futuro.



Mário Castelhano

AGENDA

AVEIRO

Oliveira de Azeméis - Assembleia plenária das organizações concelhias de *Oliveira de Azeméis e Sever do Vouga*: sexta-feira, 29, às 21h30, no CT de Oliveira de Azeméis, com a participação de Manuela Silva.

BRAGANÇA

Mirandela - Assembleia plenária dos militantes dos concelhos de *Mirandela, Carraceda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo*: hoje, dia 28, às 21h, no CT de Mirandela, com António Lopes.

Bragança - Assembleia plenária dos militantes dos concelhos de *Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirando do Douro, Mogadouro, Vinhais e Vimioso*: sexta-feira, 29, às 21h, no CT de Bragança, com José Brinquete.

ÉVORA

Évora - Plenário de militantes em *Canaviais*: dia 30, às 17h, com Diamantino Dias.

Estremoz - da célula da *CM*: dia 29, às 18h, no CT.

FARO

Olhão - Reunião concelhia de militantes: sábado, dia 30, às 15h30, no CT.

LISBOA

Azambuja - IV Assembleia da Organização Concelhia, com eleição da nova Comissão Concelhia e eleição dos delegados ao Congresso: sábado, 30, às 15h, na Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, com a participação de José Casanova.

Cascais - Plenário concelhio para balanço do trabalho realizado e discus-



**Plenários
e reuniões
para
discussão
das TESES**

são final das Teses e das propostas de alteração feitas: sexta-feira, 29, às 21h, no CT.

Loures - Assembleia electiva da célula da *Covina*: hoje, dia 28, às 17h30; assembleia electiva da freg. de *S. João da Talha*: sexta-feira, 29, às 21h30, no CT de S. João da Talha.

Lisboa - Assembleia plenária electiva do Sector *Seguros*: hoje, 28, às 21h30, no CT Vitória

Oeiras - Plenário de militantes *Reformados de Porto Salvo*: dia 4 de Dezembro, 15h30, CT Porto Salvo.

Vila Franca de Xira - Assembleia electiva da organização de freguesia de *Forte da Casa*: sexta-feira, 29, às 21h30, no salão da Junta de Freguesia.

Sector Intelectual da ORL - Assembleia plenária do Sector *Comunicação Social* para discussão das Teses: hoje, dia 28, às 21h30, CT Vitória.

Évora

Sexta-feira,

29, às 21h,

no Hotel Planície

DEBATE

PÚBLICO

com

ÁLVARO CUNHAL

sobre o

XV Congresso

do PCP

O XV Congresso também vai estar em Lisboa

Na Praça da Figueira de 28 de Novembro a 12 de Dezembro, das 11 às 19h Pavilhão da DORL do PCP para divulgação do Congresso

Exposição

alusiva ao Congresso, aos 75 anos do PCP, às lutas mais recentes

Hoje

Carlos Carvalhas

estará presente

no acto de abertura, que será precedido de desfile a partir do Arco da Rua Augusta (às 16h30)



SETÚBAL

Setúbal - Sessão de esclarecimento sobre O XV Congresso e a situação política, com a participação de Valdemar Santos: sexta-feira, 29, às 21h30, no CT de Faralhão.

Associação de Amizade Portugal-Cuba

FIM DO ANO EM CUBA

27 de Dezembro a 5 de Janeiro

Havana - Pilar del Rio - Playas del Este e possibilidade de visita a outros lugares

Informações:

Rua Rodrigo da Fonseca, 107, r/c esq. - Lisboa

Tel/Fax: 385 73 05 (das 14h30 às 19h)

Conselho Português para a Paz e Cooperação

EXCURSÃO

E PASSAGEM DE ANO EM CUBA

27 de Dezembro a 10 de Janeiro

Havana - Trinidad - Cienfuegos - Varadero e outros programas alternativos

Inscrições e Informações:

Rua Rodrigo da Fonseca, 56, 2º - 1250 Lisboa - Tel. 3863375 - Fax: 3863221



NOITE CUBANA

30 Novembro - 22 h

CT do PCP da Ajuda (R. das Mercês, 112, Lisboa)

Com a presença da Embaixadora de Cuba e do escritor Urbano Tavares Rodrigues

Banca de Natal no Barreiro

(no CT Concelhio do PCP)

Até 30 de Dezembro, das 10 às 22h

Vidros da Marinha Grande

Barros de Setúbal

Peles de Grândola

Artesanto de outras regiões

Livros

Discos

e também em Lisboa

(no CT Vitória)

a partir de 3 de Dezembro

Visita de eleitos da CDU à freguesia da CRUZ QUEBRADA

Dia 30, a partir das 14h30, com visita a Colmeias, Alto de Sta Catarina, Bº S. Mateus, Dafundo, Bº Clemente

Quinta, 28

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.35 Seleção RTP
15.50 Ilusões
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País Real
20.00 Teletexto
20.45 Vidas de Sal
21.20 Tudo às Escuras
21.55 Notícias
22.55 Grande Entrevista
00.30 24 Horas
01.00 RTP/Financial Times
01.15 Olho Vivo



Paula Pinheiro, é uma das responsáveis do espaço diário de entrevista («Falatórios») em fim de emissão, na RTP 2

«O Rei do Gado», com António Fagundes no papel principal, continua todos os dias na SIC

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.50 Euronews
17.30 Infantil
19.30 Notícias 2
19.40 Missão Impossível
20.30 Absolutamente Fabulosas
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Jogo de Lágrimas
(de Neil Jordan, G.Bret.-1992, com Stephen Rea, Forest Whitaker, Jaye Davidson. Ver Destaque)
00.45 Falatório

SIC

10.10 Buéréré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 A Lei de Land
15.40 Buéréré
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Rei do Gado
22.00 Casos de Polícia
23.00 O Século do Povo
00.15 Último Jornal
00.35 Verdes Anos
01.35 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
15.50 Caída do Céu
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Uma Família às Direitas
21.00 Especial Informação / Desporto: o Barcelona
21.55 Notícia Escaldante
22.55 Carlos Cruz
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...

Sexta, 29

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
10.00 Palavras Cruzadas
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.35 Olho Clínico
15.20 Seleção RTP
15.55 Notícias
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País Real
20.00 Teletexto
20.45 Vidas de Sal
21.20 Tudo às Escuras
21.55 Notícias
22.55 Grande Entrevista
00.30 24 Horas
01.00 RTP/Financial Times
01.00 O Exército das Trevas
(de Sam Raimi, EUA-1992, com Bruce Campbell, Embeth Davidtz, Marcus Gilbert, Bridget Fonda. Comédia / Fantástico)

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.50 Euronews
17.30 Infantil
19.30 Notícias 2
19.40 Missão Impossível
20.30 100 Melhores Vídeos
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 M. Butterfly
(de David Cronenberg, EUA-1992, com Jeremy Irons, John Lone, Barbara Sukowa, Ian Richardson. Ver Destaque)
00.35 Falatório

SIC

10.10 Buéréré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 A Lei de Land
15.30 Buéréré
18.00 De Corpo e Alma
18.50 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.25 Malucos do Riso
22.25 Agora ou Nunca
23.25 Os Donos da Bola
01.30 Último Jornal
01.45 Playboy

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
15.50 Adultos à Força
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 3º Calhau a Contar do Sol
21.00 Ficheiros Secretos
23.00 Especial Informação: o Futebol Português
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
01.00 Hunter
02.00 Acção em Hong-Kong
(de Tsui Hark e Ringo Lam, Hong-Kong-1989. Acção)

E o futebol europeu regressa à RTP 1: é o Gottemburgo-F.C.Porto, na 4ª. feira 4 de Dezembro

Sábado, 30

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.30 Cybermaster
12.05 Cuidados com o Cão
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Top +
14.30 Jornal Jovem
15.05 Beverly Hills 90210
16.10 Magazine
16.40 Robin dos Bosques, o Justiciero
(de Ken Annakin, G.Bret.-1952, com Richard Todd, Joan Rice, Peter Finch, James Robertson Justice. Ver Destaque)
18.25 Super Bébés
18.55 Há Horas Felizes
20.00 Teletexto
20.50 Os Imparáveis
21.25 Futebol: Rio Ave-Benfica
23.50 Serviço de Urgência
00.45 24 Horas
01.05 Intimo Desconhecido
(de Allan Holzman, EUA-1991, com Deborah Harry, James Russo. «Thriller» Policial)
02.40 História de O - II
(de Eric Rohat, França-1984, com Sandra Wey, Carole James. Erótico)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Vida por Vida
12.35 Onda Curta - «Entre Mortos e Vivos»
(de Sérgio Godinho, Port.-1992, com José Viana, Rui Brás, Virgílio Castelo, Alexandra Lencastre. Ver Destaque)
13.00 A Caça
13.30 Mesa à Portuguesa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.00 Antologia dos Beatles (6 e UK)
19.05 Spray
19.30 2001
20.05 Foyer - «Os Homens de Hollywood»
21.00 Semana ao Sábado
22.05 Horizontes da Memória
22.30 O Deserto Vermelho
(de Michelangelo Antonioni, It./Fr.-1964, com Monica Vitti, Richard Harris, Carlo Chionetti. Ver Destaque)
00.40 Sinais do Tempo
01.35 Jalsa

SIC

08.30 Buéréré
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Tostões e Milhões
14.10 Passo a Passo
14.50 Malhação
16.10 Médicos Sem Fronteiras
17.00 Raiva Silenciosa
(de Michael Miller, EUA-1982, com Chuck Norris, Ron Silver. Acção)
19.00 Marina, Dona Revista
20.00 Jornal da Noite
20.45 Clube VIP
21.20 O Fim do Mundo
22.20 Pensão Estrela
22.50 Big Show Sic
01.35 Último Jornal
01.55 O Regresso de Hércules
(de David Parker, EUA-1992, com David Argue, Bruce Spence. Comédia)

TVI

09.30 Animação
11.30 Novos Ventos
12.00 Notícias
12.30 É Urgente Salvar o Planeta
13.35 Contra-Ataque
15.30 Ténis
15.30 Animação
15.50 O Sapó e Eu
(de David Grossman, EUA-1991, com Scott Grimes, Paul Williams, Elliot Gould. Fantástico)
18.00 Top of The Pops
19.00 Cybernet
19.30 Futebol: Gijon-Real Madrid (Liga Espanhola)
21.30 Teletexto
22.15 A Lei de Cada Dia (Longo-Metragem)
00.10 Notícias
00.30 Traçoceiro
(de Kevin Brodie, EUA-1993, com C. Thomas Howell, Adam Baldwin, Tia Carrere. Drama)



Domingo, 1

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.55 Sem Limites
12.25 Repórteres da Terra
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Made in Portugal
14.30 Alta Voltagem
15.00 86-60-86
15.45 Animais da Austrália
16.50 Avós e Netos
17.50 Caixa Mágica
18.25 Golos
18.35 Casa Cheia
19.20 Jet 7
20.00 Teletexto
20.50 Os Principais
21.45 Enviado Especial
22.40 Domingo Desportivo
24.00 24 Horas
00.20 Mr. Frost, o Assassino
(de Philip Seibon, EUA-1991, com Jeff Goldblum, Alan Bates, Kathy Baker, Jean-Pierre Cassel. «Thriller»)

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.30 Rumo à Lua
12.00 A Última Fronteira
12.30 O Dinheiro Não Dorme
13.00 Máquinas
13.35 Desporto 2
17.40 O Leão da Estrela
(de Artur Duarte, Port.-1947, com António Silva, Milú, Maria Eugénia, Erico Braga. Comédia)
19.40 Bom Bordo
20.10 Artes e Letras - «António Variações»
21.10 Venenos Vitorianos
22.25 O Nosso Século - (último episódio)
23.00 Ópera: «O Cavaleiro da Rosa»

SIC

08.30 Buéréré
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Internacional SIC
14.10 Assuntos de Família
14.40 Malhação
15.30 Balada de Nova Iorque
16.20 Guerra dos Mundos
17.10 Desejo de Glória
(de Ron Shelton, EUA-1994, com Tommy Lee Jones, Robert Wuhl, Lolita Davidovich. Biográfico / Desporto)
19.35 Trapalhões
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Fim do Mundo
21.15 Cantigas da Rua
22.15 Jogo Fatal
(de David Mamet, EUA-1987, com Lindsay Crouse, Joe Mantegna. Ver Destaque)
00.45 O Ressuscitado
01.45 Portugal Radical

TVI

09.30 Animação
11.00 Angelus
11.15 Missa
12.30 O 8º Dia
13.00 Notícias
13.30 Portugal Português
14.30 A Odisseia Submarina
15.45 Desafios
16.15 Gente Gira - III
18.20 1 West Walkid
19.30 Futebol: Roma-Fiorentina (Campeonato Italiano)
21.25 Teletexto
22.10 Sim, Senhor Ministro
22.50 Doças
24.00 O Último Dia
00.30 Notícias
00.50 Kalifornia
(de Dominic Sena, EUA-1993, com Brad Pitt, Juliette Lewis. Ver Destaque)

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
15.50 Adultos à Força
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Competente e Descarada
21.00 VRS, Realidade Virtual
22.00 Um Verão... Uma Vida
(de Jeff Bleckner, EUA-1967, com Kevin Bacon, Sean Astin, Jonathan Ward. Aventuras)
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...

Já no fim dos telejornais, vale a pena continuar a visitar a RTP 2 às 20.30: além dos Simpsons e de Murphy Brown, por exemplo, pode lá encontrar Cybill Shepherd



Segunda, 2

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.45 Seleção RTP
15.35 Emoções Fortes
16.05 Os Principais
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 O Campeão
19.15 País País
20.00 Teletexto
20.50 Vidas de Sal
21.50 Velocidade Terminal
(de Deran Serafian, EUA-1994, com Charlie Sheen, Nastassja Kinski. Acção / Aventura / Comédia)
23.45 24 Horas
00.05 RTP/Financial Times
00.20 Segunda Parte

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
19.05 Universidade Aberta
19.35 Missão Impossível
20.30 Murphy Brown
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.50 Bom Dia, Babilónia
(de Paolo e Vittorio Taviani, It./Fr.-1987, com Vicent Spano, Joaquim de Almeida, Greta Scacchi. Ver Destaque)
00.20 Falatório

SIC

10.15 Buéréré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 A Lei de Land
15.30 Buéréré
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.50 O Rei do Gado
21.50 Ai os Homens!
23.00 Esta Semana
00.15 Último Jornal
01.05 Escrita em Dia
02.05 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
15.50 Adultos à Força
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Competente e Descarada
21.00 VRS, Realidade Virtual
22.00 Um Verão... Uma Vida
(de Jeff Bleckner, EUA-1967, com Kevin Bacon, Sean Astin, Jonathan Ward. Aventuras)
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...

Terça, 3

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.45 Seleção RTP
15.25 Lá em Casa Tudo Bem
16.00 Notas para Si
16.30 Jet 7
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 O Campeão
19.00 País País
20.00 Teletexto
20.50 Vidas de Sal
21.50 Nós, os Ricos
22.20 De Par em Par
22.50 Maria Elisa
00.20 24 Horas
00.50 RTP/Financial Times

RTP 2

16.00 Informação Gestual
17.00 Infantil
19.00 Rotações
19.30 Notícias 2
19.40 Missão Impossível
20.30 Os Simpsons
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.50 O Estranho Mundo de Daisy Clover
(de Robert Mulligan, EUA-1965, com Natalie Wood, Robert Redford, Christopher Plummer, Ruth Gordon. Ver Destaque)
00.20 Falatório

SIC

10.00 Portugal Radical
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 A Lei de Land
15.30 Buéréré
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.50 O Rei do Gado
21.50 Ai os Homens!
23.00 Esta Semana
00.15 Último Jornal
01.05 Escrita em Dia
02.05 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
15.50 Adultos à Força
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Competente e Descarada
21.00 VRS, Realidade Virtual
22.00 Um Verão... Uma Vida
(de Jeff Bleckner, EUA-1967, com Kevin Bacon, Sean Astin, Jonathan Ward. Aventuras)
24.00 TVI Jornal
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...

Quarta, 4

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.35 Seleção RTP
15.25 Emoções Fortes
15.55 Nós, os Ricos
16.25 De Par em Par
17.25 Notícias
17.35 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País, País
19.45 Totobola
20.00 Teletexto
20.50 Vidas de Sal
22.35 Ilusões
23.35 Crime Violento
00.40 24 Horas
01.05 RTP / Financial Times

RTP 2

16.30 Informação Gestual
16.50 Euronews
17.30 Infantil
19.40 Missão Impossível
20.30 Os Simpsons
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.50 O Estranho Mundo de Daisy Clover
(de Robert Mulligan, EUA-1965, com Natalie Wood, Robert Redford, Christopher Plummer, Ruth Gordon. Ver Destaque)
00.20 Falatório

SIC

10.00 Portugal Radical
10.15 Buéréré
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 A Lei de Land
15.30 Buéréré
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.55 Surpresa
23.30 A Noite da Má Língua
00.50 Último Jornal
01.10 Toda a Verdade
02.10 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
15.50 Adultos à Força
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.15 7 Ponto 15
19.45 TVI Jornal
20.30 Frasier
21.00 Os Julgamentos de Rosie O'Neil
22.00 Mediterrâneo
(de Gabriel Salvatores, It.-1991, com Diego Abantano, Claudio Bigli. Ver Destaque)
00.20 TVI Jornal
00.50 Alfred Hitchcock Apresenta...

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Jogo de Lágrimas

(Quinta, 22.50, RTP2)

Um soldado negro (*Jody*), em serviço de ocupação na Irlanda do Norte, é raptado pelo IRA e a sua vida corre perigo caso o exército inglês não concorde em trocá-lo por um grupo de prisioneiros do IRA. Mas entre o soldado e um dos seus captores (*Fergus*) nasce na prisão uma profunda amizade, até que aquele consegue empreender uma fuga mas morrendo atropelado por um veículo militar inglês. Numa mudança de situação, vemos *Fergus* em Londres misturado nos meios operários irlandeses e acabando por encontrar *Dil*, uma cabeleireira - a namorada de *Jody* que este lhe pedira para tomar a seu cargo se viesse a morrer. Cresce o interesse recíproco entre ambos, até que *Fergus* é surpreendido por uma revelação de *Dil*... As referências apontam *Jogo de Lágrimas*, admiravelmente escrito e realizado por Neil Jordan, como um exemplo acabado do argumento que não pretende agradar a toda a gente e terminar em beleza, antes contém duas mudanças de situação bem surpreendentes que lhe conferem todo o interesse. O filme alcançou o *Oscar* para o Melhor Argumento Escrito para o Cinema e foi nomeado para o *Oscar* do Melhor Filme do Ano.

M. Butterfly

(Sexta, 22.50, RTP2)

Pequim, 1964: um cidadão francês (*René Gallimard*), funcionário da Embaixada da França, assiste a uma récita da ópera *Madama Butterfly*, de Puccini, e desejando conhecer *Song Liling*, a intérprete principal (cuja voz e presença física admirara de imediato), acaba por apaixonar-se perdidamente por ela, ignorando que se tratava de uma espia. Mais tarde, em plena Revolução Cultural, *Song* revela a *René* que está grávida mas é internada num campo de reeducação. *René* regressa a Paris e encontra mais tarde *Song* à qual continua a revelar informações confidenciais, sendo preso e descobrindo durante o processo que *Song* é, afinal, um homem, acabando por suicidar-se na prisão. O que o filme de David Cronenberg pretende mostrar é a evolução de *René*, alienado pela sua paixão e sempre se comportando como se ignorasse o que, afinal, sempre soubera ao longo de vinte anos. A crítica dividiu-se a propósito deste filme, como geralmente acontece com as obras do realizador canadiano, sobretudo comparando esta versão filmada com a peça teatral original da qual o argumento foi adaptado. Num papel impressionante, o destaque vai para Jeremy Irons.

Entre Mortos e Vivos

(Sábado, 12.30, RTP2)

Terceiro e último filme realizado por Sérgio Godinho sob o título genérico *Ultimatos* (produzida com o apoio da RTP), esta curta-metragem conta-nos, em tom de comédia, o entrecruzar das vidas e das experiências de várias pessoas que, por coincidência, se encontram... num cemitério. Bem escrito e bem dirigido, o filme é protago-



Jaye Davidson e Stephen Rea, intérpretes principais de «Jogo de Lágrimas», um filme de Neil Jordan



Um fotograma de «O Deserto Vermelho», de Michelangelo Antonioni

tendência para o suicídio, do qual nem mesmo a paixão que encontra num amante de ocasião a faz afastar. Um filme de culto de Antonioni que, como noutras obras suas, sabe como poucos situar as suas errantes personagens bem no centro da «paisagem» social, económica e cultural a que pertencem e em confronto (por vezes violento) com as contradições que ela gera. Resta ver se o filme e o seu modo de pensar terá ou não envelhecido com a passagem dos anos.

Jogo Fatal

(Domingo, 23.00, SIC)

Como é mais do que notório nos últimos tempos, esgotada que foi a oferta de filmes de qualidade com que os vários canais durante os primeiros tempos de concorrência esgrimiram em luta pelos primeiros lugares nas audiências, os programadores têm lançado mão dos mais variados argumentos (ciclos, efemérides, etc.) para, num ciclo vicio-

diversos locais que identificara como tendo sido palco desse tipo de crimes. Mas, para que as despesas não fossem tão pesadas, o nosso «herói» resolve pôr um anúncio a convidar os interessados na boleia a dividir os custos da viagem. Até que surge um casal em que a namorada é bem simpática mas cujo rapaz, a certa altura, surpreende tudo e todos ao cometer nas calmas um crime horrendo... Uma história de morrer, um «thriller» e um drama que não deixa de ser fortemente irónico e amargo e, ao que se diz, realizado com grande mão. Por Dominic Sena.

Bom Dia, Babilónia

(Segunda, 22.50, RTP2)

Também este belíssimo filme começa a entrar no rol dos repetidos. A última transmissão foi em Dezembro do ano passado, então na TVI. Trata-se do primeiro filme rodado em inglês pelos irmãos Taviani e transporta-nos ao princípio do século e ao Novo Mundo para onde imigram, em busca da fortuna, dois jovens italianos especialistas em restauro de obras de arte religiosas os quais, após um caminho tortuoso feito de humilhações e sofrimento, passam por S. Francisco onde encontram trabalho no pavilhão italiano da Exposição Panamá-Pacífico de 1915, acabando por chegar a Hollywood para construírem os elefantes a utilizar no cenário da Babilónia para *Intolerância*, a obra-prima de D. W. Griffith. Um argumento extremamente original para uma história profundamente humana e sensível de onde de desprende uma incontível paixão pela magia do cinema e que, para nós, apresenta a particular curiosidade de, entre os intérpretes principais, como Greta Scacchi, se encontrar o actor português Joaquim de Almeida.

Mediterrâneo

(Quarta, 22.00, TVI)

Durante a II Grande Guerra, um grupo de soldados italianos é destacado para uma ilha grega em missão especial que, entretanto, dada a total desorganização do pelotão, acaba por sair frustrada - e todos acabam isolados e esquecidos, vivendo uma vida regalada em muitos e variados aspectos, até porque todos os mancebos da localidade haviam partido para a guerra... Enfim, por esta pista se percebe que podemos estar perante uma «marialvada» porventura alarve ou de relativo mau gosto, embora as referências sejam contraditórias quanto aos méritos



Joe Mantegna e Lindsay Crouse num momento crucial de «Jogo Fatal», de David Mamet



Um fotograma de «Kalifornia», um filme de Dominic Sena

nizado entre outros por José Viana, Virgílio Castelo e Alexandra Lencastre.

Robin dos Bosques, O Justiceiro

(Sábado, 16.40, RTP1)

Mais uma versão entre tantas outras das aventuras de *Robin dos Bosques* e dos seus companheiros em luta contra o *Príncipe João*. Bem inferior a outros exemplares que, no cinema, se ocuparam deste tema - por exemplo, o magnífico filme de Michael Curtiz - apesar de tudo é um filme que poderá entreter a gente nova, habitualmente tão esquecida pelas nossas televisões. Com Richard Todd, Joan Rice, James Robertson Justice e Peter Finch nos principais papéis.

O Deserto Vermelho

(Sábado, 23.25, RTP2)

Uma jovem e bela mulher (*Monica Vitti*), saída da burguesia, sente-se aparentemente submergida e abafada pelos inúmeros bens que a sociedade de consumo lhe proporcionou e é incapaz de resistir à forte

so, de novo os voltarem a repetir, às vezes com intervalo de um ano. E todos os canais, julgando que a manobra passa despercebida, fazem o mesmo com vários filmes. Por exemplo, no caso deste excelente *Jogo Fatal*, é já a quarta vez que ele é transmitido no curto espaço de três anos, desta vez na SIC (a última projecção fora em Janeiro deste ano na TVI). Trata-se, como se sabe, da primeira obra realizada por um brilhante argumentista - David Mamet - centrada em torno de uma psiquiatra de sucesso cuja vida, por puro acaso, se cruza com a de um vigarista que pertence ao mundo da noite e do jogo e é levada, de início por curiosidade profissional, a irresistivelmente alinhar nos seus brilhantes truques, e não só... Uma atmosfera filmica exemplar, uma cuidada dramaturgia, e duas grandes interpretações de Joe Mantegna e Lindsay Crouse, mulher do próprio Mamet.

Kalifornia

(Domingo, 23.25, TVI)

Um jornalista que está a desenvolver um trabalho sobre «assassinios em série» parte com a namorada para a Califórnia pretendendo visitar

do filme. A confirmar, se não houver nada de mais importante para fazer.

O Estranho Mundo de Daisy Clover

(Quarta, 22.50, RTP2)

O prestígio de actores, actrizes, produtor e realizador envolvidos nesta reconstituição da história de uma cantora adolescente que se torna uma vedeta do cinema musical (e que, ao mesmo tempo, pretende ser uma crítica à «máquina dos sonhos» de Hollywood), faria supor estarmos perante um filme que, como costuma dizer-se, tinha pés para andar. É o tens! Também aqui o azar bateu à porta e nem os diálogos, nem o argumento, nem as interpretações, nem a própria música (num filme em grande parte musical!) se safam. Depois de uma série de filmes menores (que continuam a povoar a programação de três dos quatro canais), salvo as raríssimas e honrosas excepções aqui destacadas, esta é a segunda grande frustração da semana. Apesar de tudo, diga-se que o realizador é Robert Mulligan e do naipe de intérpretes sublinhem-se Natalie Wood ou Robert Redford.

O horror e a raiz

■ Correia da Fonseca

Era a invasão da URSS pelos nazis. Zvi Michaelis, judeu lituano, tinha dezasseis anos de idade e estava, juntamente com muitos outros judeus, junto de uma vala. Cerca de cinquenta anos depois, contou diante de uma câmara da BBC como foram aqueles momentos infernais: «Quando nos despimos, quando vi o rabo despido, percebi que era o fim. Com os versos dos salmos que ele recitava. Até essa altura estava convencido de que não morreríamos. O meu pai dizia-me: "Viverás, descansa, viverás e vingar-te-ás!" Pôs a sua mão esquerda sobre mim. Vi o meu irmão David agarrar-se com muita força à perna dele. Não a largou até ao último momento. Os tiros das metralhadoras... Era uma amálgama de vozes, de choros de adultos e crianças, os tiros, o pó... Tudo se misturava. Dei por mim dentro da vala. Senti o meu pai empurrar-me e depois cair sobre mim. Cobriu-me. Queria que eu vivesse.»

Duas «maneiras»

Este foi um dos muitos depoimentos pungentes incluídos no episódio de «O Século do Povo» que abordou os anos de ascensão e poderio do nazismo alemão. Nele, muito se falou e mostrou da perseguição e massacre dos judeus, e não se dirá que se falou de mais porque nunca será excessivo lembrar a ferocidade inteiramente inumana que a repressão nazi atingiu.



Mas sempre poderá dizer-se, isso sim, que não foram apenas os judeus que foram assassinados: houve o meio milhão de ciganos, aliás demoradamente referidos por «O Século do Povo», e houve também os deficientes e os homossexuais que o episódio não esqueceu. Também houve, porém, os comunistas e os socialistas convictos sobre quem se abateu a sanha nazi, e desses, desta vez como em todas as outras, pouco ou nada se falou. Na verdade, quando se evoca a política de extermínio praticada pelo regime hitleriano quase sempre se pensa apenas, ou quase apenas, nos seis milhões de judeus e da chamada «solução final», mas seria justo não omitir que também para os comunistas Hitler tinha uma estratégia de «solução final», isto é, de assassinio sistemático, que foi praticada ao longo de anos e que, afinal, parece ter caído no esquecimento. E, contudo, do Partido Comunista Alemão,

que antes da subida do nazismo ao poder era o mais numeroso da Europa Ocidental, restavam poucos sobreviventes em 45.

Para lá disto, que é grave, sabe-se que a liquidação física dos militantes, que é a «maneira forte» adoptada por Hitler entre 33 e 45 e por outros noutros lugares e anos (com destaque para a eficaz actividade de Pinochet no Chile de 73 e anos seguintes, com crimes que emocionaram o mundo e continuam escandalosamente impunes), é comumente complementada por formas muito mais brandas de liquidação política, com exclusão do abate pessoal, praticadas em democracia por verdadeiros democratas individuais ou colectivos. Entre estes últimos conta-se, como é sabido, a veneranda BBC, seguida por uma multidão de congêneres suas discípulas. Porque estou a escrever acerca de um concreto

episódio de «O Século do Povo» e da sua transmissão pela SIC, não posso evitar dizer que também nos comentários de Mário Soares assoma um tóxico de uso aliás generalizado: a evocação em simetria do nazismo e do comunismo numa sugerida equiparação que a verdade não consente e que constitui, de facto, uma manipulação inaceitável e ultrajante. De resto, convém dizer que Mário Soares usou, pelo menos desta vez, de alguma prudência e estabeleceu uma explícita diferenciação. Disse ele que, ao contrário do nazismo, a natureza



ção de causa e efeito: S. Petersburgo, 1917, Roma 22, Alemanha Anos 20, Portugal 26 e 32 (com Sidónio já em 18), Espanha em 36. Repare-se entretanto, mesmo apenas a partir deste «O Século do Povo», em alguns aspectos caracterizantes do nazismo e aliás apontados pelo comentador Mário Soares: «contra os partidos e os sindicatos; contra os trabalhadores socialistas e comunistas». No brevíssimo extracto de um discurso de Hitler que o episódio nos fez ver, a enumeração dos inimigos é outra: segundo ele, a Alemanha nazi estava contra «o comunismo e o judaísmo». São os comunistas que estão lá como alvo de primeira linha, mas em abono de Mário Soares deve lembrar-se que para os nazi-fascistas em acção não há nenhuma diferença entre comunistas e socialistas. Estes últimos é que têm o hábito tradicional, e de tristíssimas consequências, de esquecerem este dado factual vezes de mais.

Porém, voltando um pouco atrás, repare-se: «contra os partidos e os sindicatos; contra os trabalhadores socialistas e comunistas». Era Hitler em 33. Não continuará a ser assim, hoje mesmo, uma enorme parte da direita, mesmo da que não se quer extrema e extraparla-

mentar? Não valerá a pena olharmos bem o que aconteceu e como aconteceu, ouvirmos bem o que foi dito, não decerto porque temamos a reedição de horrores que não parecem agora possíveis (até porque não são «necessários»), mas sim para compreendermos o que vai acontecendo? Parece que sim. Afinal, de resto, permitir o entendimento das coisas, e também das actuais, é um dos grandes méritos de olharmos o passado afinal ainda recente, ainda consequência do germinar de sementes que não foram talvez extirpadas.

Uma série como «O Século do Povo», a despeito de insuficiências e omissões, ainda nos permite retirar algum desse dividendo possível.

Vivendo nós imersos em obsessões de mercado sempre ávido de dividendos de qualquer espécie, seríamos tontos se descurássemos este.

do comunismo «entronca no universalismo, na tradição iluminista do progresso e na tradição da igualdade essencial de todos os homens». Não é dizer tudo, nem sequer será dizer muito quando se trata de estabelecer distâncias entre nazismo e comunismo, mas é sem dúvida dizer alguma coisa.

A encomenda

Entre o muito que faltou, é preciso registar um aspecto fundamentalíssimo que é o do sentido do movimento histórico. A Revolução de Outubro e o regime que dela resultou visavam caminhar para uma sociedade liberta das opressões

ESCAPARATE

DANÇA

Danças na Cidade

Ainda pode assistir hoje às 21.30, na Sala Polivalente do Acarte, ao último espectáculo de *Danças na Cidade* cuja quarta edição decorreu desde meados da semana passada em Lisboa. No espectáculo de hoje, o destaque vai para «Castanho é a Cor da Alma do Meu Verdadeiro Amor» com concepção, coreografia, vídeo e cenografia de Teresa Prima e João Galante. Na segunda parte haverá duas coreografias a solo, da autoria de um grande bailarino venezuelano radicado em Nova Iorque - José Navas - que apresentará «Celestiales» e «Sterile Fields».



CINEMA

O Regresso dos Autores

Continua o ciclo subordinado ao título em epígrafe em sessões realizadas no Cinema Medeia do Centro Comercial A. C. Santos, na Avenida da Igreja em Lisboa. No período que vai até Domingo, 1 de Dezembro, sublinha-se a projecção da célebre trilogia do cineasta polaco Krzysztof Kieslowski, de que ainda poderão ser vistos «Branco» (1993) e «Vermelho» (1994). As sessões realizam-se às 15.00, 18.00 e 22.00 horas.



Um fotograma de «Vermelho»

REVISTAS

Vértice

O número de Outubro-Novembro da *Vértice* está em distribuição e é, desta vez, dedicado ao ambiente e à problemática que lhe diz respeito. Numerosos e variados artigos, da autoria de destacadas personalidades - investigadores e professores, economistas e autarcas - preenchem esta edição temática que se organiza de forma a propor uma diversificada abordagem das questões do ambiente, do desenvolvimento e da qualidade de vida. *A relação homem-natureza e a crise do paradigma moderno; Bioética e qualidade de vida; Jogos políticos - jogos ecológicos; (Des)equilíbrios ecológicos e desenvolvimento económico; Ecologia, urbanismo e planeamento do território; Novas tecnologias e tratamento de resíduos; Ambiente e direitos dos consumidores; Educação ambiental; Organizações ambientalistas; Limites do desafio*, são apenas os «capítulos» que agrupam os artigos deste número e que aqui fornecemos para aguçar o apetite dos leitores. Não apenas daqueles que se interessam particularmente pela temática ambiental, mas de todos os outros que, de alguma forma sub-

metidos à moda ecologista que grassa, cheia de erros e de superficialidades, na maioria dos media, deparam aqui com abordagens sérias da questão.

Caderno Vermelho

Na próxima semana sairá o número 3 do *Caderno Vermelho*, uma publicação da responsabilidade do Sector Intelectual de Lisboa do PCP, em que se

ÁLVARO CUNHAL A arte, o artista e a sociedade



CAMINHO

A arte, o artista e a sociedade de Álvaro Cunhal

Está já em distribuição, embora não tenha havido ainda uma esperada sessão pública de lançamento, o livro da autoria de Álvaro Cunhal, *A arte, o artista e a sociedade*. Trata-se de uma esmerada edição da Caminho, com numerosas ilustrações de boa qualidade, a maior parte a cores, reproduzindo obras de arte, com uma correspondência cuidada ao texto e um índice rigoroso. É de há muito conhecida a actividade do dirigente comunista no domínio da literatura e da arte e menos conhecidas as suas reflexões neste âmbito, vindo este livro, finalmente, e de forma sistematizada, revelar o pensamento do autor sobre temas tão polémicos ainda como "A forma e o seu valor", ou "A mensagem e os meios formais", ou ainda "A realidade social na obra de arte" - temas que, com muitos outros, constituem capítulos deste ensaio.

Ensaio, assim lhe chama Álvaro Cunhal, revelando que a obra agora publicada começou há anos a ser escrita, inserida "num projecto de aprofundamento ulterior do estudo que acompanhasse a evolução das ideias e das obras de arte no quadro das realidades sociais no mundo em mudança", como se lê no prefácio do autor. O projecto inteiro, como também se lê no prefácio, não terá sido realizado, "por razões óbvias", e essas razões são do conhecimento geral e prendem-se com toda uma vida dedicada às lutas pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo, lutas em que Álvaro Cunhal continua a ter papel destacado. Mas, como ainda refere o prefácio, "se o projecto ficou adormecido, nunca o ficou a reflexão".

É o resultado de reflexões, desenvolvidas ao longo de anos, que agora é proposto ao leitor. Com a advertência de que "a data deste ensaio é a data deste prefácio (Julho de 1996). Contém as opiniões actuais do autor sobre a matéria versada. É uma reflexão e, porque editada, é também uma proposta de reflexão".



Catarina Monteiro no Solar dos Zagallos

Uma bela exposição - e simultaneamente uma estreia da autora - encontra-se, desde o passado sábado, patente no *Solar dos Zagallos*, na *Sobreda da Caparica*. O lugar é magnífico e os azulejos, fruto do trabalho de alguns anos que Catarina Monteiro realiza em painéis que abarcam o tradicional e a modernidade, dispõem-se, sobriamente ordenados, de modo a valorizar a cor e a técnica. A exposição-venda, que estará patente até 15 de Dezembro, é promovida pela Divisão de Museus da Câmara Municipal de Almada.

O México em Fotografia

Ainda está patente ao público até ao próximo domingo na *Galeria de Exposições da Casa de Cultura de Mora* uma exposição de fotografia intitulada *México* e da autoria de Ulisses Rolim, fotógrafo distinguido com vários prémios e autor de mais de quarenta exposições realizadas no país e no estrangeiro. Esta exposição é promovida pela Câmara Municipal de Mora e tem o patrocínio do Ministério da Cultura, através da Direcção Regional de Cultura do Alentejo.

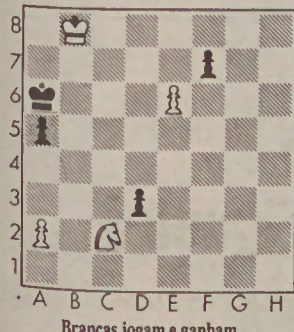


George Gershwin (1898/1937) no reportório de Bruno Canino

XADREZ

DLXXXVII - 28 DE NOVEMBRO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X048
Por: LADISLAV PROKES
1949

Pr.: [4]: Pa5, d3, f7 - Ra6
Br.: [4]: Ps, a2, e6 - Cc2 - Rb8



Brancas jogam e ganham

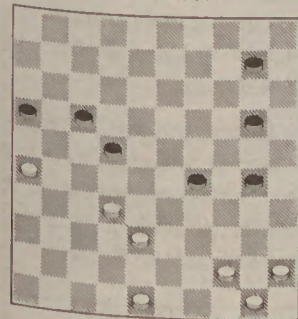
SOLUÇÕES DO Nº DLXXXVII

Nº 1996X048 [L.P.]: 1. Cb4+, ab: 2. e7, d2; 3. e8-D, d1-D; 4. Dc6+, Ra5; 5. Rb7, Dd3 (e2f1); 6. Db6+, Ra4; 7. Da7, Rb5; 8. Da6+ e.g.
A. de M. M.

DAMAS

DLXXXVII - 28 DE NOVEMBRO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D048
Por: GERMAIN AVID
L'INDEPENDANT, 1960

Pr.: [7]: 10-16-17-20-22-29-30
Br.: [7]: 26-32-38-44-45-48-50



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXXXVII

Nº 1996D048 [G.A.]: 1. 26-21!, (17x26*); 2. 32-27, (-); 3. 38-33, (29x38); 4. 48-43, (38x40); 5. 45x3-D, 31-36; 6. 50-44-39...+
A. de M. M.

CLASSICA

A Grande Música na Gulbenkian

Prossegue a Temporada de Música e Dança deste ano organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian. Em destaque esta semana vão estar três concertos: no primeiro, com duas apresentações (hoje às 21.30 e amanhã às 19.30) no *Grande Auditório* estarão em foco a *Orquestra Gulbenkian* sob a direcção do maestro Franz Brüggen com o solista Ronald Brautigam em piano. Serão executadas duas grandes obras do repertório concertístico e sinfónico de Beethoven: o *Concerto nº. 4 em Sol Maior, op. 58* e a *Sinfonia nº. 4 em Si bemol Maior, op. 60*; no segundo, a realizar às 19.00 na segunda-feira 2, no *Auditório Dois*, será a vez de actuarem dois solistas da *Orquestra Gulbenkian* - Darcy Edmundson-Andrade (trompa) e Leonor Braga Santos (viola) - com o *Quarteto Capela*, formado por António Anjos, Jorge Teixeira, Barbara Friedhoff e Maria José Falcão. Serão executadas obras de Coole, Mozart e Brahms. Finalmente a 3 de Dezembro, terça-feira, pelas 19.00, novamente no *Grande Auditório*, actuará num recital a solo o pianista Bruno Canino num reportório que incluirá Bach, Hindemith, Debussy, Corea e Gershwin.

ATALHE DE FOICE A «notícia»

A «notícia» teve honras de primeira página nos noticiários de terça-feira: camionistas portugueses iam bloquear a fronteira de Vilar Formoso em retaliação aos congéneres franceses em luta há mais de uma semana por legítimas reivindicações. Ouve-se e não se acredita.

Como é possível que trabalhadores da mesma profissão, sujeitos a condições de trabalho e de exploração muito piores, decidam usar as mesmas armas de combate aos exploradores para penalizar os explorados? Como é possível congeminar uma vingança mesquinha de perdas e danos mais alheios que próprias, e que em última análise serviria apenas para semear o germe da divisão onde a unidade tinha tudo a ganhar?

É verdade que a realidade nacional comporta um número porventura significativo de camionistas-patrões, pequenos grãos de areia no vasto mercado dominado pelo grande capital. Mas mesmo esses, prejudicados embora pelo presente conflito, não teriam mais a ganhar com novas regras do sector que tornassem a concorrência desenfreada existente no sector menos brutal?

É verdade que durante toda a semana a comunicação social centrou a informação do conflito em França nos «coitadinhos» dos portugueses bloqueados, como se os «nossos» camionistas tivessem mais frio, mais fome, mais prejuízo do que todos os outros que nestes dias vivem nas estradas francesas ao sabor do imprevisto.

É verdade que as condições de trabalho dos camionistas portugueses estão a anos-luz de distância das condições vigentes na generalidade dos países da União Europeia - por cá ganha-se ao quilómetro, as pensões de reforma são uma miséria -, pelo que as reivindicações dos franceses podem até parecer coisa de ficção.

Mas, mesmo assim, um bloqueio de retaliação em Portugal?

Ouve-se e não se acredita.

Alguma coisa cheira mal nesta «notícia» que mobiliza para Vilar Formoso magotes de jornalistas e agentes da GNR.

A verdade confirma a suspeição. O alegado bloqueio não passou de uma fantochada protagonizada por um indivíduo que se assume como «homem de direita e nacionalista», admirador da Indonésia, ex-candidato autárquico do PSD, ex-candidato do PSN, ex-pré-candidato presidencial, motorista de camiões em "part-time" entre muitas outras actividades, que não perde uma oportunidade de dar nas vistas nem olha a meios para o conseguir, seja apresentando-se como dirigente sindical (o que é falso), seja encostando o «seu» camião a outros estacionados no terminal TIR da fronteira de Vilar Formoso e apresentando-os como «companheiros de bloqueio» (o que é igualmente falso).

A questão é que a «notícia» circulou pelos meios habituais. Na pressa de chegar primeiro, na ânsia de não perder um «furo», no afã de conquistar audiências, os órgãos de comunicação esquecem regras básicas como a confirmação das fontes, antecipam os acontecimentos, criam a «notícia» que não há.

A reposição da verdade nunca tem o mesmo impacto. A não-notícia não é notícia.

À mesma hora que o bloqueio que nunca existiu circulava nas redes da informação, os camionistas da Dinamarca decidiam seguir o exemplo dos franceses e começavam a bloquear os acessos à Alemanha. Em Portugal, um fantoche saboreava o seu dia de glória mediática.

Lamentável, profundamente lamentável.

■ AF

PCP protesta contra atentado às liberdades Estado de sítio em Lisboa?

Em conferência de imprensa expressamente convocada para o efeito, o PCP denunciou ontem, como um inadmissível atentado às liberdades democráticas, uma manifestação de abuso de poder e uma clara violação da legalidade democrática a decisão do Governador Civil de Lisboa proibindo uma iniciativa da DORL marcada para 2 de Dezembro.

Segunda-feira, dia 25, a Direcção Regional de Lisboa do Partido comunicou ao Governo Civil o seu propósito de promover, no próximo dia 2 de Dezembro, pelas 11 horas, junto ao Padrão dos Descobrimentos, em Belém, uma «iniciativa simbólica de solidariedade e paz com todos os povos do mundo» para «apresentação de uma mensagem de apoio aos povos que, enfrentando adversas condições sociais e políticas, lutam pelo direito à dignidade e autonomia de decisão, de seguir um rumo correspondente aos seus interesses e anseios de liberdade e progresso».

Anteontem, em ofício dirigido à DORL, o Governador Civil de Lisboa comunicou que, «em virtude da realização da Cimeira da Organização para a Segurança e a Cooperação Europeia (OSCE), estarão em curso medidas especiais de segurança em toda a cidade de Lisboa, pelo que não são permitidas concentrações ou manifestações em qualquer ponto da cidade, durante os dias 1, 2 e 3 de Dezembro».

Para o PCP, a decisão do Governador Civil de Lisboa de suspender ou proibir o exercício de direitos democráticos corresponde, na prática, à instauração de uma espécie de estado de sítio na cidade de Lisboa durante três dias. Na conferência de imprensa, dada no CT da Rua Soeiro Pereira Gomes, foi recordado, a este propósito, que o estado de sítio só pode ser declarado pelo Presidente da República após autorização prévia da AR e apenas em circunstâncias de gravíssimo perigo para o País e para o regime democrático.

O PCP salientou também que o Governador Civil não tem qualquer poder para proibir reuniões ou manifestações: nos termos do artº 45º da Constituição e do artº 2º do DL 406/74, o exercício dos direitos de reunião e manifestação não está sujeito a qualquer autorização prévia do Governo ou de qualquer entidade administrativa ou policial.

O PCP esclarece ainda que esta iniciativa simbólica - uma concentração sem desfile que se propõe realizar e de que não ten-

ciona abdicar - respeita integralmente os condicionalismos atinentes a horários, trânsito e distância de órgãos de soberania previstos no referido DL 406/74.

Foi reclamada pelo Partido a pronta anulação do ofício do Governador Civil de Lisboa, sublinhando que, se o ministro da Administração Interna não desautorizar imediatamente esta arbitrária decisão do seu representante no distrito, terá de entender-se que o Governo do PS e o primeiro-ministro se assumem como primeiros responsáveis políticos por este grave atentado às liberdades democráticas.



PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

Congresso em exposição na Praça da Figueira

É hoje inaugurado na Praça da Figueira, em Lisboa, um espaço de divulgação do XV Congresso do PCP.

Trata-se de um pavilhão de 48 m² onde estará patente ao público uma exposição com materiais alusivos ao Congresso, bem como aos 75 anos do PCP. O visitante poderá encontrar ainda vasta informação sobre as lutas mais recentes no distrito de Lisboa.

Ao dispor do público estará também uma banca e um bar de apoio, cujo horário coincide com o de funcionamento do pavilhão, a saber, entre as 11.00 e as 19.00 horas.

Promovida pela DORL, esta exposição contará com a visita de Carlos Carvalhas, após um desfile que partirá, cerca das 16.30 horas, do Arco da Rua Augusta.

O secretário-geral, acompanhado de dirigentes e eleitos comunistas, participa durante o dia em iniciativas de esclarecimento político no distrito.



GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE LISBOA
Secretaria

C/ Conhecimento ao
Comando Metropolitano de Lisboa
da Polícia de Segurança Pública
1296 LISBOA CODEX

A
DORL do PCP
Direcção da Organização Regional de
Lisboa do Partido Comunista
Português
Av. da Liberdade, n.º 170
1200 LISBOA

Sua referência: Sua comunicação de: Nossa referência: Rua Capelo
L.º 96 1294 Lisboa Codex
P.º T/13-134
N.º C/ 004220 86-11-26

Em referência ao ofício de 25 do corrente mês, dando conta da intenção de promover iniciativa junto ao Padrão dos Descobrimentos em 2 de Dezembro próximo, comunico que, em virtude da realização da Cimeira da Organização para a Segurança e a Cooperação Europeia (OSCE), estarão em curso medidas especiais de segurança em toda a cidade de Lisboa, pelo que não são permitidas concentrações ou manifestações em qualquer ponto da cidade, durante os dias 1, 2 e 3 de Dezembro.

Com os melhores cumprimentos.

O GOVERNADOR CIVIL,
Alfredo Manuel Avelino

FESTRU solidária com motoristas franceses

A Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos solidarizou-se com a luta dos motoristas franceses, sublinhando, em comunicado, que os problemas laborais que estão na origem destas reivindicações são idênticos aos que afectam os motoristas portugueses.

Excesso de tempo de trabalho, péssimas condições de trabalho, baixos salários e redução da idade de reforma,

são, concretamente, alguns dos problemas partilhados pelos motoristas dos dois países, com a agravante, segundo a federação, que os portugueses têm «piores condições de trabalho e salários mais baixos».

Depois de recordar as diligências por si feitas junto do Governo no sentido de ser prestado apoio humanitários aos motoristas portugueses que ficaram bloqueados, a FES-

TRU alerta para o facto de estes não poderem ser lesados do ponto de vista remuneratório. Assinado pela sua Comissão Executiva, o comunicado da federação, filiada na CGTP-IN, assinala que os dias de paragem em França não são da responsabilidade dos motoristas portugueses, pelo que, «mantém o direito ao salário e a todos os restantes direitos consagrados no seu contrato colectivo de trabalho».